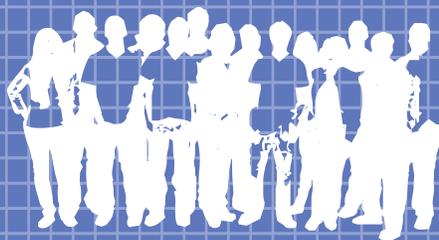


PROUNI



PERFIL DA
PRIMEIRA GERAÇÃO
DO PROGRAMA
EM PERNAMBUCO

RUY DE DEUS E MELLO NETO

PROUNI

Perfil da primeira geração do Programa em Pernambuco.

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha, CRB4-1702

M527p Mello Neto, Ruy de Deus e.
PROUNI : perfil da primeira geração do Programa em Pernambuco / Ruy de Deus e Mello Neto. – Recife : Editora UFPE, 2014.
160 p. : il.

Inclui referências.
ISBN 978-85-415-0591-8(online.)

1. PROUNI (Programa : Brasil). 2. Ensino superior – Brasil. 3. Educação e Estado – Brasil 4. Bolsas de estudo – Política governamental – Brasil . 5. Estudantes – Pernambuco. I. Título.

378.34 CDD (23.ed.) UFPE (BC2014-199)

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

PROUNI

Perfil da primeira geração do Programa em Pernambuco.

Ruy de Deus e Mello Neto

Editora
Universitária  UFPE

RECIFE - 2014

*Família, a que nasci e a que
escolhi, este livro é de vocês.*

AGRADECIMENTO

Como não poderia deixar de ser, agradeço inicialmente aos meus pais. Agradeço e afirmo que estarei eternamente em dívida com vocês. Dívida esta que farei de tudo para honrar e quitar sempre que for possível.

Agradeço às minhas irmãs pela vida dividida e pelo aprendizado compartilhado.

Aos meus avós e tios por toda experiência e carinho.

Aos primos pela nossa história juntos.

Aos amigos da *Casa da Vêia* por tudo que vivemos durante os anos da Aurora, em especial ao meu irmão Fábio Paiva que tanto me ajuda na carreira e na vida. Também, com muito carinho, ao outro irmão por escolha, Igor Cabral, pela bela capa deste livro.

Agradeço ao Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes pela oportunidade e pela orientação durante o mestrado.

Ao meu amor da vida, que me acompanha e me suporta por tantos anos. Sem você nada seria possível.

À editora da UFPE e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) na figura do Prof. Dr. Edilson Fernandes Souza, pelo incentivo dessa publicação.

E, por fim, à amiga Fernanda Souza pelo ótimo trabalho de revisão do texto.

NOTA DO AUTOR

Este livro parte de uma premissa básica: a necessidade de conhecer melhor o Programa Universidade para Todos (ProUni) no que concerne às suas características, à sua dimensão, aos seus resultados e ao seu impacto social. O objetivo fundamental do trabalho, que venho desenvolvendo, ao longo dos últimos seis anos¹, é compreender a importância do papel do Ensino Superior na vida dos estudantes bolsistas. Entretanto, em função da pouca quantidade de dados existentes, resolvi dar, com este material, um primeiro passo no sentido de construir e apresentar um mapeamento dos estudantes que fazem parte do ProUni.

Seria, financeira e logisticamente, inviável reproduzir a pesquisa em todo o País. Por isso, este estudo trata especificamente dos estudantes bolsistas do Estado de Pernambuco. De todo modo, mesmo ciente de que não se pode considerar esse recorte como uma realidade replicável nacionalmente, considero que a possibilidade de discussão do perfil dos bolsistas em um dos estados da federação pode servir como pontapé inicial de pesquisa.

Por isso, resolvi apresentar² um robusto e estruturado banco de dados³ que permita as mais diversas análises futuras acerca do Programa. É na intenção de auxiliar pesquisadores e “curiosos” na compreensão do impacto dessa Política Educacional que proponho aprofundar a

1 Este livro é resultado de parte da dissertação de mestrado que desenvolvi sobre o tema. Entretanto, não corresponde ao texto integral, uma vez que, durante a pesquisa, foram feitas algumas entrevistas em profundidade que não serão apresentadas aqui, bem como existem algumas variáveis que estarão presentes nos questionários e não foram apresentadas neste livro.

2 Os dados estão disponibilizados de forma que foram coletados, ainda que, muitas vezes, tenham sido “tratados” para facilitar o seu entendimento.

3 Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0BxxnXPB4hHpVQVdXWm5scHFaWUk&usp=sharing>

análise em torno do contexto histórico de sua criação, desenvolvimento e implementação. Considerando ainda, talvez como foco principal deste livro, a necessidade de conhecer o perfil do estudante contemplado com a bolsa e suas mais diferentes percepções sobre o ProUni, com destaque para os aspectos socioeconômicos, seu histórico de vida e suas percepções acerca do Ensino Superior.

Minha expectativa é que este livro venha a servir como ferramenta para novos estudos sobre o tema, de tal modo que apresento, muitas vezes, “hipóteses provocativas” que pretendem funcionar como base a novas “inquietações” de pesquisa — muitas delas sobre as quais ainda pretendo me debruçar e outras que espero que sejam analisadas por terceiros.

Sob a tutela de uma apresentação simplificada do percentual de entrevistados em Pernambuco, pretendo apreender como os indivíduos se percebem enquanto bolsistas, como se sentem fazendo parte do Programa em um Instituto de Ensino Superior privado e qual é a expectativa que têm em relação ao mercado de trabalho e ao futuro. Além disso, traçar o perfil socioeconômico do bolsista pernambucano e discutir o ProUni enquanto uma política nacional, dando destaque aos seus mais diversos recortes específicos e a sua legislação.

PREFÁCIO – ALFREDO MACEDO GOMES

A preocupação histórica com a formação das novas gerações de pesquisadores se renova no debate contemporâneo marcado pelo entendimento político de que o bem estar social é um processo socialmente construído, vinculado à socialização do conhecimento e à formação de novos quadros de pesquisadores, assim como às transformações porque passam a educação e a sociedade brasileiras. Esse debate, por sua vez, perpassa, indubitavelmente, pelo aprofundamento de questões centrais que são visadas pelas políticas públicas de educação no contexto atual da nossa sociedade.

O livro PROUNI: Perfil da primeira geração do Programa em Pernambuco, de autoria de Ruy de Deus, trata de um dos temas mais relevantes e centrais do campo da Educação, especialmente da Educação Superior Brasileira, que é o Programa Universidade para Todos (ProUni). O ProUni é, como objeto de estudo, tema essencialmente polêmico, disputado e espinhoso. Requer do pesquisador que o analisa uma visão ampla, refletiva, problematizadora e fundamentada, seja do ponto de vista das pesquisas em políticas públicas, seja do ponto de vista sociológico. Foi com esse espírito que Ruy de Deus se debruçou sobre dados e referências para investigar o tema, que era, em 2009, ao mesmo tempo desconhecido e pouco estudado. A decisão de enveredar pelo estudo do tema representava um enorme desafio, o qual foi enfrentado com dedicação e paciência, com observação e visão construtivista, o que resultou em uma pesquisa inédita e relevante social e academicamente.

No período entre 2009-2011, como estudante-pesquisador da Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da

Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, sob minha orientação no Curso de Mestrado, Ruy formulou projeto e analisou os dados de sua pesquisa de campo com os primeiros bolsistas do ProUni em Pernambuco. Os resultados a que chegou apresentam uma leitura impactante dos bolsistas pernambucanos do ProUni. Além de contribuir para entendermos os efeitos do Programa, o autor disponibiliza o banco de dados que construiu e que mantém, para estudos e trabalhos futuros. O presente livro socializa grande parte da pesquisa realizada. É importante destacar que se trata de pesquisa que guarda coerência temática, rigor argumentativo, clareza de linguagem e preocupação empírico-analítica fundamentada, ao lado do interesse vivo pelas políticas públicas educacionais, seus efeitos sobre a questão das desigualdades sociais e sua dimensão prática.

É, no conjunto, material acessível não apenas a especialistas, mas também a leitores leigos. Todavia, aqueles familiarizados com o *habitus* acadêmico e os que vivem o cotidiano das políticas públicas encontrarão *insights* e contribuições que podem levar a reflexão de práticas, valores e atitudes. De maneira geral, o livro que ora vem a público deverá interessar a todos aqueles que se preocupam com a educação pública, que se preocupam com a adequada formulação e execução das políticas de educação superior, com as perspectivas e armadilhas do processo de implementação, dos seus efeitos sociais, econômicos e educacionais e, também, com o tratamento acadêmico cuidadoso e aprofundado de questões candentes do campo da educação superior.

É importante também destacar que – embora nem sempre explícito –, percebemos a nítida inclinação em prol da construção de uma

educação democrática, pública e de qualidade, justamente no momento que o público, e a universidade pública em particular, vêm sendo alvo do ataque indisfarçável das políticas conservadoras e privatistas. A existência de pesquisadores comprometidos com a educação pública e com a melhoria da qualidade do ensino é um sinal alentador para todos nós que entendemos ser a educação fundamental ao processo de transformação social, o que implica o esforço conjunto para resolução das enormes desigualdades sociais, econômicas e regionais que caracterizam a sociedade brasileira.

Finalizo dizendo que nada mais oportuno convidar à leitura deste livro para desfrutar das análises, do rico material reunido e da qualidade das informações, ao mesmo tempo se sentir instigado a participar do debate crítico-propositivo que o tema desperta. Creio que temos aqui uma referência fundamental para os próximos estudos sobre o ProUni, assim como para os estudos das políticas públicas de educação.

Alfredo Macedo Gomes.

O QUE É PROUNI?

Ainda no período de campanha eleitoral, Luís Inácio Lula da Silva deixou claro que a proposta de expansão seria a tônica de seu governo para a Educação Superior. Ao apresentar o documento *Uma escola do tamanho do Brasil*, o então candidato mostrou com clareza que pretendia expandir a oferta de vagas e massificar o sistema superior de ensino no País. No percurso traçado pelo governo Lula (2003–2010), uma das políticas voltadas ao Ensino Superior (ES) foi justamente o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Medida Provisória (MP) nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096 de 2004 (BRASIL, 2004). O Programa objetiva regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior, atuando no que se refere à isenção fiscal das Instituições de Educação Superior (IES), e também promover o ingresso de estudantes oriundos da rede pública de ensino na Educação Superior. Apesar do referido destaque na Lei, o ProUni envolveu também a lógica de financiamento das IES privadas com fins lucrativos — lógica esta que perpassarei, em parte, nas argumentações deste livro.

O propósito deste livro é discutir o estudante bolsista do ProUni; entretanto, para facilitar a leitura e a compreensão do tema proposto, creio ser necessária uma breve apresentação do Programa. Para isso, destacarei, a seguir, pontos que considero fundamentais para essa discussão.

CRITÉRIOS E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Focando na legislação que regula o Programa, as instituições e os bolsistas, faz-se necessário destacar toda a logística que circunda a manutenção do estudante e da instituição vinculada ao ProUni. A Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) procura inscrever o Programa conforme o discurso de justiça social. Seu público alvo é diferenciado, como destaca o artigo 1º, parágrafo 1º e 2º.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais, de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

O ProUni, como política de educação, mostra-se afinado com as políticas de ação afirmativa implementadas pelo governo Lula, bem como com a necessidade de melhor formação de professores da rede pública de Ensino Básico. Nesse sentido, o Art. 2º afirma que a bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da

lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da Educação Básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Na seleção dos candidatos, são considerados, além dos critérios acima indicados, o desempenho escolar e o perfil socioeconômico, observados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A logística da inscrição é simplificada, já que o candidato deve apenas indicar os cursos para os quais deseja concorrer, além de declarar que atende às condições socioeconômicas necessárias à concessão da bolsa. No momento da decisão pelo curso desejado, o Sistema do ProUni (Sisprouni)⁴ apresenta aos candidatos uma nota mínima no Enem para que ele possa concorrer às bolsas. Cabe ao candidato decidir, diante da pontuação obtida, os cursos que considera ter condições de se candidatar. Também no instante da inscrição, o candidato declara sua composição familiar e a renda bruta de sua família, e estes são os critérios que definirão o tipo de bolsa a ser recebida. A classificação do candidato depende, então, da média obtida no Enem e, posteriormente, da opção do curso. Depois disso, para ingressar no Programa, o Ministério da Educação (MEC) requer uma lista de documentos necessários à comprovação dos critérios de elegibilidade, cabendo às IES a responsabilidade pela comprovação das informações prestadas pelo candidato.

As inscrições ficam abertas por um longo período de tempo, e, no momento em que um estudante se inscreve para determinada

⁴ Trata-se do banco de dados do ProUni, operacionalizado pela Direção de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva do MEC.

vaga, o próprio sistema informa automaticamente qual a sua posição no *ranking*, podendo o estudante modificar sua opção até o último dia de inscrição. Semestralmente, as IES verificam se a bolsa de estudo dos estudantes deve ser mantida. A bolsa pode ser cancelada caso o estudante não se adeque às condições previamente estabelecidas — caso obtenha um aproveitamento escolar menor do que 75% ou tenha extrapolado o fim do prazo de utilização da bolsa (ou conclua o curso). O ProUni permite que as IES prorroguem a concessão da bolsa apenas uma vez para os estudantes que não obtiverem resultados satisfatórios.

Sobre as obrigações das IES para com o ProUni, a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) garante ao MEC o papel de regulador e fiscalizador exclusivo da manutenção do Programa, o que demonstra seu caráter diferenciado em relação⁵ ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que tem como um dos principais órgãos⁶ reguladores a Caixa Econômica Federal. Conforme reza o artigo 7º da referida Lei:

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de Ensino Superior serão previstas no termo de adesão ao ProUni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

5 Relação apresentada em específico no decorrer deste livro.

6 O Art. 3º da Lei 10.260 (BRASIL, 2001) afirma que:
I - ao MEC, na qualidade de formulador da política de oferta de financiamento e de supervisor da execução das operações do Fundo;
II - à Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador e de administradora dos ativos e passivos, conforme regulamento e normas baixadas pelo CMN. (*modificado pela Lei nº 12.202 (BRASIL, 2010)*)

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

No caso de não cumprimento de tais exigências, serão aplicadas as punições previstas no artigo 9º, indicadas abaixo:

O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do ProUni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

São consideradas aptas a receber estudantes bolsistas do ProUni instituições que estejam adequadas ao artigo 5º da Lei.

A instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

O ProUni é operacionalizado pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), e cabe às IES, quando interessadas em aderir ao Programa, acessar o Sisprouni ao inscrever candidatos ou renovar as bolsas. Para efetuar a inscrição, as IES devem comprovar que não fazem parte do Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e garantir o cumprimento das exigências citadas na Lei. Depois desse processo, as instituições estão aptas a abrir as inscrições referentes ao Programa.

Ainda que seja obrigada a oferecer uma quantidade mínima de bolsas, de acordo com o Art. 7º, as IES têm a possibilidade de solicitar e oferecer bolsas extras “não obrigatórias”, desde que comprovem a necessidade de demanda.

No intuito de entender o que motiva a adesão das IES ao Programa, busquei aprofundar a análise na legislação referente às vantagens obtidas ao fazer tal adesão, visando compreender o alto número de IES participantes do ProUni.

ADESÃO DAS IES AO PROUNI

A Lei nº 11.096 (Brasil, 2005), que regulamenta o ProUni, estabelece alíquotas e regras diferenciadas para os diferentes modelos de instituições. Para isso, o Programa define regras flexíveis de adesão, ficando a critério das IES aceitar ou não. O texto da Lei define no artigo 5º as obrigações referentes às instituições com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes.

§ 4º-A instituição privada de Ensino Superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no *caput* deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou sequencial de formação específica.

É fundamental na discussão sobre o ProUni, antes de mais nada, compreender a lógica administrativa privada do Ensino Superior brasileiro, no qual, segundo o Censo da Educação Superior de 2010⁷ (Inep, 2010), o Brasil conta com um sistema hegemonicamente privado, com 88,3% das Instituições de Ensino Superior ligadas a essa categoria administrativa. Sobre a organização acadêmica, o sistema de Ensino Superior brasileiro é composto majoritariamente por faculdades, perfazendo 85,1% das IES; dentre as quais, 93,4% são IES privadas. Em resumo, o que os dados do Inep contam é que 76,9% das IES brasileiras⁸ são faculdades privadas.

Dada a dimensão desse recorte no bojo das instituições brasileiras, como forma de ampliar a participação das IES com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes, a Lei nº 11.096

⁷ Apesar da existência de dados mais atualizados, mantive esse como referência, em função do período de realização das entrevistas.

⁸ No Estado de Pernambuco, 69,4% das instituições são Faculdades Privadas.

(BRASIL, 2005) flexibilizou critérios para as IES que aderissem ao programa desde o seu início.

§ 5º-Para o ano de 2005, a instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni, efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou sequencial de formação específica.

Ao tratar de instituições privadas lucrativas e sem fins lucrativos não beneficentes, o governo, por meio da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) aperfeiçoou o processo de ampliação de vagas, oferecendo, em troca das bolsas, desconto na receita bruta dessas instituições (via impostos isentos).

Art. 8º-A instituição que aderir ao ProUni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991;

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o *caput* deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do *caput* deste artigo, decorrentes da realização de atividades de Ensino Superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

Além da flexibilidade e da isenção, indicadas como forma de atrair as IES lucrativas e sem fins lucrativos não beneficentes, o ProUni serviu também para flexibilizar a ampliação e a criação de novas vagas nessas IES, já que, em seu Art. 7º, a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) dá liberdade às IES de redistribuir suas vagas de acordo com a proporção de bolsas oferecidas, liberando e estimulando a ampliação das vagas.

Art. 7º - § 3º As instituições de Ensino Superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

Em relação às instituições filantrópicas, com a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005), o ProUni procura estabelecer maior rigor em sua regulação. Para essas instituições, a adesão ao Programa de bolsas integrais é obrigatória.

Art. 10. A instituição de Ensino Superior, ainda que atue no Ensino Básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

A possibilidade de barganha, por parte dessas instituições, localizava-se apenas nas bolsas parciais e nos programas de assistência social, que poderiam compor 20% da receita bruta, o que, por sua vez, já caracterizava o requisito mínimo desse tipo de instituição.

§ 1º A instituição de que trata o *caput* deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

A Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) permitiu às instituições filantrópicas a contabilização de estudantes que já se enquadrassem ao perfil de bolsista adotado pelo Programa. Ou seja, as instituições filantrópicas poderiam alocar como bolsistas do ProUni estudantes que antes fossem

bolsistas ou beneficiários de programas sociais da própria instituição e até mesmo estudantes pagantes, desde que pertencentes ao perfil requerido pelo Programa.

§ 2º-Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o *caput* deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em Programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

Dessa forma, a instituição filantrópica tinha compensado o arrocho da adesão obrigatória pela transformação de estudantes que se enquadrassem no perfil do Programa, mesmo que anteriormente pagantes de baixa renda e/ou inadimplentes. Isso garantiu e respaldou o financiamento de grande parte dos estudantes matriculados sem risco algum para a instituição. Ou seja, se por um lado a Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) viria regular a distribuição dos recursos das instituições filantrópicas, por outro, serviria como fiadora de parte dos estudantes de baixa renda (e com pendências financeiras) matriculados regularmente nas IES.

A participação no Programa também garantiu a retomada do *status* de instituição filantrópica às IES que porventura o tivessem perdido pelo não cumprimento das condições mínimas requeridas, como atesta o artigo abaixo:

Art. 11º.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade

exigido, que adotarem as regras do ProUni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei nº8.212, de 24 de julho de 1991.

Dessa forma, essas entidades passariam, desde que aderissem ao ProUni, a contar novamente com as isenções de impostos próprios das instituições filantrópicas. Isso significou uma retomada de bolsas sociais anteriormente oferecidas, mas que haviam sido deixadas de lado por incapacidade de suporte financeiro das referidas IES.

A tabela a seguir apresenta as diferentes alíquotas para os diferentes tipos de instituição:

Tributos	Com fins lucrativos				Sem fins lucrativos			
	Com fins lucrativos		Confessional/Comunitária		Confessional/Comunitária		Filantrópica	
	Anteriormente	Após ProUni	Anteriormente	Após ProUni	Anteriormente	Após ProUni	Anteriormente	Após ProUni
IRPJ	2,5% x lucro	-	-	-	-	-	-	-
CSLL	9% x lucro	-	-	-	-	-	-	-
COFINS	7,6% x lucro	-	3% x receita	-	-	-	-	-
PIS	1,65% x receita	-	1% x folha	-	-	1% x folha	-	-
INSS (Patronal)	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	20% x folha	-	-

TABELA 1: ALÍQUOTAS E BASE DE CÁLCULOS DOS TRIBUTOS FEDERAIS POR CATEGORIA DAS IES

FONTE: CARVALHO E LOPREATO (2005). ELABORAÇÃO: CARVALHO (2006).

Podemos ver que praticamente não há alteração entre os tributos federais pagos anteriormente pelas IES filantrópicas. Estas deixaram de contribuir apenas com o Programa de Interação social (PIS), que representa 1% da folha. Por outro lado, as IES com fins lucrativos foram as mais favorecidas. Ao entrar no ProUni, deixaram de contribuir com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de ter redução da Contribuição para Financiamento de Seguridade (COFINS) e do PIS. Já as instituições privadas confessionais e comunitárias deixaram de pagar apenas o COFINS e o PIS, já que não pagavam os demais tributos mesmo antes do ProUni.

Tal observação aponta para um nítido afrouxamento da política fiscal em relação às IES com fins lucrativos. A necessidade de garantir a adesão desses tipos de IES fez com que instituições que anteriormente pagavam todos os tributos federais passassem a contribuir apenas com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) patronal. Por outro lado, instituições sem fins lucrativos que já tinham considerável redução dos tributos federais obtiveram pouca vantagem ao aderir ao Programa.

Assim, é perceptível que o Programa tratou de forma distinta a facilitação de adesão dos diferentes tipos de IES. Por um lado, garantindo a adesão das IES com fins lucrativos pela isenção de impostos; por outro — apesar do menor favorecimento —, garantiu às IES sem fins lucrativos o financiamento de parte de seus estudantes já matriculados.

PROGRAMAS “AUXILIARES”

Articulados⁹ ao ProUni, dois programas se comportaram como

⁹ Não foram criados para atender ao ProUni, mas tiveram grande importância na sua manutenção.

ferramenta auxiliar na sua manutenção: o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), programa de financiamento do Ensino Superior privado que antecedeu o ProUni — passando posteriormente a coexistir com ele —, e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que passou a regular a avaliação das IES, servindo como ferramenta de um suposto controle de qualidade dos cursos e das IES que aderissem ao ProUni.

Convertido na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, o FIES atribui ao Estado o papel de financiador do ensino privado, porém, no papel de credor, ou seja, o Estado financia o curso superior por meio de empréstimos aos estudantes que, por sua vez, pagariam seus débitos após a conclusão do curso. O Ministério da Educação teria o papel de regulador do ensino privado, cabendo a uma instituição financiadora, Caixa Econômica Federal (CEF), o controle e a cobrança do dinheiro investido.

Para que as IES pudessem fazer parte desse processo precisavam apenas se manter regular de acordo com as normas previamente anunciadas¹⁰. Ou seja, instituições adequadas ao modelo de expansão e de regulação do governo federal teriam, a partir de então, suas mensalidades financiadas por um banco federal, sem necessariamente ter que classificar os estudantes financiados por um caráter social.

A coexistência do ProUni e do FIES é garantida no artigo 14º da lei nº 11.096, que regulamenta o ProUni, ficando claro que não há substituição. O artigo se utiliza da facilidade em obter bolsas do FIES como ferramenta de aumento de inscrições no ProUni, como demonstra a seguir:

10 Em seu artigo primeiro, exige-se das IES apenas a não gratuidade e a avaliação positiva, seja pelo Sinaes ou pelo Exame nacional de cursos, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) as instituições de direito privado que aderirem ao ProUni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Já a portaria do MEC nº 2.729, de 8 de agosto de 2005, estabelece o caráter complementar dos dois Programas ao afirmar que seria prioritária a concessão de financiamento do FIES a estudantes que obtivessem bolsas do ProUni.

Art. 1º A política de oferta de financiamento no âmbito do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, será implementada conforme a seguinte escala de prioridades para a concessão de financiamentos:

I - estudantes beneficiários de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) vinculadas ao Programa Universidade para Todos - ProUni, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005;

II - estudantes beneficiários de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) adicionais às vinculadas ao ProUni, oferecidas pela própria instituição de Ensino Superior, com prioridade aos matriculados em cursos de licenciatura e pedagogia;

III - estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior que tenham aderido ao ProUni;

IV - demais estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior.

Em suma, o FIES passa a se portar, em parte, como programa de apoio ao Programa Universidade para Todos, priorizando sua existência e distribuição de créditos, como uma ferramenta complementar, ou seja,

servindo prioritariamente para financiar aos estudantes que tenham recebido apenas bolsas parciais no ProUni.

Não obstante a necessidade de financiar vagas ao Ensino Superior, era necessário à manutenção de um Programa da magnitude do ProUni a existência de um referendado sistema de avaliação institucional. Assim, em 14 de abril de 2004, foi criado, por meio da lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que veio substituir e “superar” as limitações do Exame Nacional de Cursos¹¹ substituindo-o por um sistema mais complexo de ações de avaliação, com algumas mudanças básicas, dentre as quais, a aplicação de provas¹² distintas¹³, uma no início e uma no fim do curso.

O objetivo principal do Sinaes é assegurar o processo de avaliação das IES, bem como dos cursos de graduação, e avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes. Assim, mostrou-se fundamental no processo de criação e manutenção do ProUni, pois serviu, além de ferramenta de um suposto controle de qualidade do Ensino Superior brasileiro, como forma de controle de elegibilidade (ou não) de adesão das IES ao Programa.

Art. 7º

II –

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do ProUni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, por duas avaliações consecutivas, situação

11 Exame Nacional de Cursos: Instituído pela Lei Nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 (BRASIL, 1995).

12 Por meio do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).

13 A partir de 2012, o exame passou a contar com uma fase única realizada apenas no fim do curso.

em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei-(Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007).

A política de avaliação vincula-se à criação e à manutenção do ProUni e passa a legitimar seu financiamento sob o argumento da garantia da qualidade. Com isso, não seria possível questionar a qualidade das IES e, conseqüentemente, questionar o investimento nelas. De tal forma que os dois Programas acima mencionados passam a se portar como elos de sustentação e referência do ProUni; o FIES por garantir a complementação do financiamento a estudantes que por ventura não tenham recebido bolsas integrais — evitando qualquer prejuízo para as IES ou desistência do bolsista — e o Sinaes por se portar como uma garantia estatal do controle de qualidade e subsequente respaldo do investimento de dinheiro público nestas IES.

O PROGRAMA E SEUS RECORTES

O propósito deste livro é dar um primeiro passo no sentido do mapeamento do estudante do ProUni em Pernambuco; entretanto, considero necessário conhecer primeiramente o ProUni como um Programa nacional. Dessa forma, apresento aqui um primeiro mapeamento nacional que possa servir como ferramenta comparativa entre a distribuição nacional de bolsas do ProUni e o mapa do Ensino Superior privado brasileiro, possibilitando uma melhor compreensão do Programa em si. Serão observados os seguintes recortes: distribuição de bolsas por curso, por turno, por tipo de bolsa, por grupos etnicorraciais, por portadores de deficiência, além de um mapa geográfico da distribuição de bolsas no Estado.

É fundamental destacar que, por motivo de comparação futura com os dados coletados, apresento dados referentes ao ano de 2010. Além disso, comparo, também quando possível, a distribuição de bolsas do ProUni com dados do Censo da Educação Superior (2010), dando uma real dimensão das semelhanças e diferenças entre os bolsistas do ProUni e o número de matrículas no Ensino Superior privado. Em função disso, e por se tratar de uma política específica do Ensino Superior Privado, os dados gerais observados no Censo serão filtrados por esse recorte, não levando em consideração estudantes que se declararam da rede pública de Ensino Superior.

BOLSA POR RECORTE ACADÊMICO

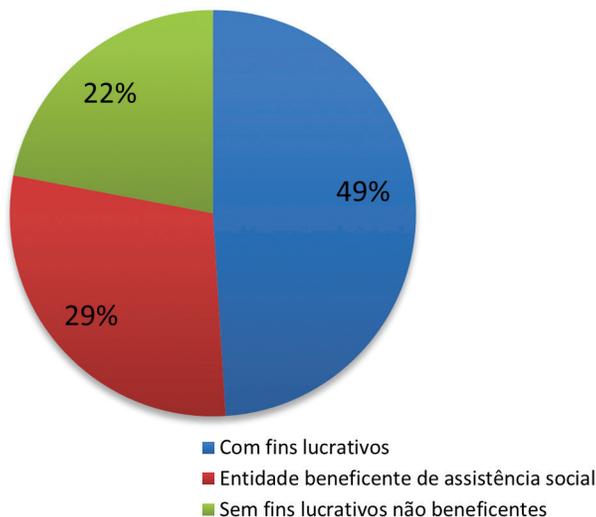


ILUSTRAÇÃO 1: PERCENTUAL DE BOLSISTAS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA NO PROUNI. FONTE: SISPROUNI (2010).

Um importante fator a ser observado na distribuição de bolsas é sua relação com o tipo de IES por categoria administrativa. Vale a pena lembrar que o Programa, desde seu marco regulador, visava “regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior” (BRASIL, 2005). Além disso, como apontei anteriormente, é clara a percepção de favorecimento e maior benefício às instituições com fins lucrativos, ficando estas isentas de quase todos os impostos federais que pagavam. É possível, assim, demonstrar a expressiva participação das IES com fins lucrativos no Programa, como observaremos a seguir.

É impactante o fato de que, até o ano de 2010, segundo o Sisprouni (2010)¹⁴, 49% das bolsas sejam distribuídas entre IES com fins lucrativos (Ilustração 1), especialmente se lembrarmos que apenas as

14

Ao fim de 2013 o percentual era de 56%.

IES sem fins lucrativos eram obrigadas a aderir ao programa. Pode-se afirmar que o mecanismo atrativo para a adesão das IES com fins lucrativos funcionou muito bem¹⁵. Isso é relevante, pois o programa que visava regular as entidades beneficentes terminou por distribuir majoritariamente bolsas a estudantes matriculados em IES com fins lucrativos. Se comparado com dados do Censo da Educação Superior 2010 (BRASIL, 2011), 57,5% das matrículas em IES privadas brasileiras ocorreram em IES sem fins lucrativos, ou seja, naquele ano, havia mais estudantes matriculados em instituições sem fins lucrativos; no entanto, mais bolsas eram destinadas a instituições com fins lucrativos.

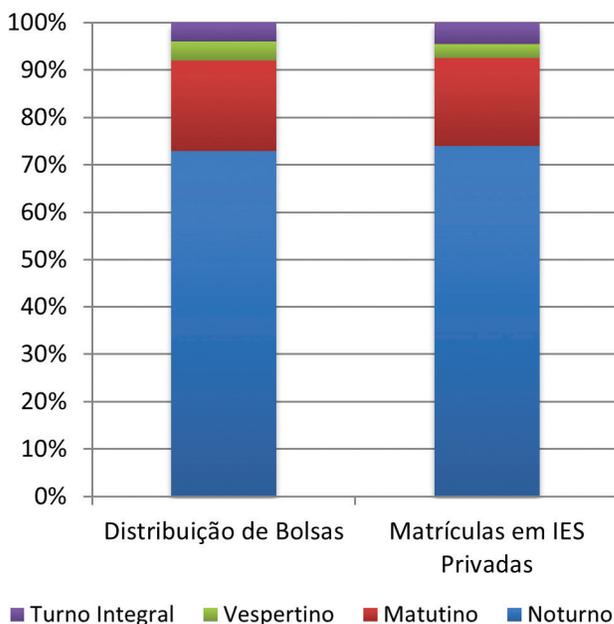


ILUSTRAÇÃO 2: PERCENTUAL DE BOLSISTAS POR TURNO EM CURSOS PRESENCIAIS.
 FONTE: SISPROUNI (2010) E INEP.SUPERIOR (2011).

15 Destacando-se que, em 2013, esse percentual foi ampliado, com 56% das bolsas distribuídas entre IES cadastradas no ProUni categorizadas como instituições com fins lucrativos. (Sisprouni, 2013)

Mais importante do que esse fato isolado é refletir o impacto dele sobre a expansão do Ensino Superior privado. Ao garantir a adesão em massa das IES com fins lucrativos, o ProUni ofereceu a garantia da manutenção e da criação de novas vagas para todas as categorias de IES privadas brasileiras — assunto que merece um robusto material de discussão. Porém, de modo a continuar sob a tutela de conhecer o bolsista do ProUni, considero importante ter em mãos a distribuição das bolsas como um todo.

A esmagadora maioria (74%) dos estudantes bolsistas do ProUni são do turno da noite. É praticamente insignificante o percentual de bolsistas de período integral e do turno vespertino, 4% e 4%, respectivamente (Ilustração 2). Comparado com os dados da distribuição de matrículas em IES privadas apresentados no Censo da Educação Superior (2010), a distribuição de bolsas do ProUni parece não alterar em nada o mapa geral apresentado. Ou seja, no que se refere à distribuição de bolsas por turno, o ProUni oferta bolsas de forma bem próxima a distribuição de vagas total.

Em relação ao tipo de bolsa ofertada¹⁶, predominam as integrais. Do total de bolsas distribuídas no período de funcionamento do Programa, aproximadamente 70% das bolsas são integrais, representando um montante de 417.087 contra 386.670 bolsas parciais. No campo da conjectura, minha hipótese a respeito das razões dessa distribuição é que ela se dá pela liberdade de escolha do tipo de bolsa ofertada pelas IES. Há, entre as IES, a liberdade de aceitar ou não bolsas parciais, sendo de sua obrigação apenas distribuir bolsas integrais. Ou seja, diante da ne-

16 Dados de 2013 mostram que 72% (830.509) das bolsas são integrais, e 28% (386.670), parciais.

-cessidade de oferta de bolsas e aliada a não necessidade de garantia de ocupação dessas bolsas¹⁷, as IES não sentiam necessidade de oferecer bolsas parciais. Além disso, é importante considerarmos que o bolsista do ProUni se enquadra num perfil socioeconômico distante do que pode custear o valor médio das IES privadas no Brasil, fazendo com que a procura do estudante por esse tipo de bolsa caia consideravelmente. É importante lembrar que, ao receber bolsas parciais, o estudante é obrigado a custear o restante da mensalidade enquanto também está cursando o Ensino Superior, o que se torna dispendioso e aumenta o risco de inadimplência¹⁸.

Com a não obrigatoriedade de oferecer vagas parciais, fazê-lo significaria perder um estudante que viesse a pagar pelo ensino ou financiá-lo pelo FIES. Um fator interessante é que a legislação obriga as IES a oferecerem bolsas integrais que podem ser substituída por bolsas parciais, desde que em maior quantidade, o que vem a corroborar a justificativa de maior oferta de bolsas integrais do que de parciais. Em suma, é possível que boa parte das IES não ofereça bolsas parciais porque esse tipo de bolsa não garante o financiamento completo das vagas, além de aumentar o risco de desistência por parte dos estudantes e retirar potenciais pagadores como candidatos à vaga nas IES.

BOLSA POR GRUPOS ETNORACIAIS

O ProUni poderia servir de ferramenta impulsionadora da correção de disparidades de acesso ao Ensino Superior, especificamente para

17 Alterado pela portaria normativa nº 6, de 5 de abril de 2011, que Dispõe sobre a ocupação de bolsas remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos — Prouni, referente ao primeiro semestre de 2011.

18 Ainda que esse mesmo estudante que recebe bolsas parciais possa ter acesso ao financiamento pelo programa FIES, pelo qual deverá repagar o ensino após a conclusão do curso, com juros baixos e parcelas menores.

os grupos etnorraciais, basta observarmos a regulamentação da Lei nº 11.096 (Brasil, 2005), pelo Decreto nº 5.493 (Brasil, 2005), que afirma no Art. 2º, § 4º que:

O Ministério da Educação disporá sobre os procedimentos operacionais para a adesão ao ProUni e seleção dos bolsistas, especialmente quanto à definição de nota de corte e aos métodos para preenchimento de vagas eventualmente remanescentes, inclusive aquelas oriundas do percentual legal destinado a políticas afirmativas de acesso de portadores de deficiência ou de autodeclarados negros e indígenas.

Há uma abertura legal para uma política de ação afirmativa de cunho racial, e, na prática, o que se percebe diante do mapa de bolsas do Programa é que, apesar de ainda estar longe de ter conseguido uma ação efetiva nesse sentido, o Programa representa inegavelmente um avanço.

A soma dos declarados PPI¹⁹ — pretos, pardos e indígenas —, entre os bolsistas do ProUni, apresenta considerável diferença percentual (50% contra 31,5%) em relação aos declarantes matriculados em instituições privadas, segundo o Censo da Educação Superior 2010 (INEP.SUPERIOR, 2011) (Ilustração 3). Entretanto, há duas considerações que devem ser feitas: a primeira é a relativização do dado em função da baixa quantidade de pessoas que declararam raça (73% dos respondentes do censo matriculados na rede privada não declararam raça, enquanto 4% dos bolsistas do ProUni também não o fizeram) e a segunda trata da possibilidade de tal distribuição ser característica do recorte socioeconômico do Programa, e não de uma política especificamente focada em raça. Ainda assim, perceber que

19 Em 2013, 50,4% dos bolsistas eram PPI.

os que se declaram pretos, pardos ou indígenas representam a maioria dos bolsistas representa um avanço considerável, dada realidade da distribuição de vagas no Brasil.

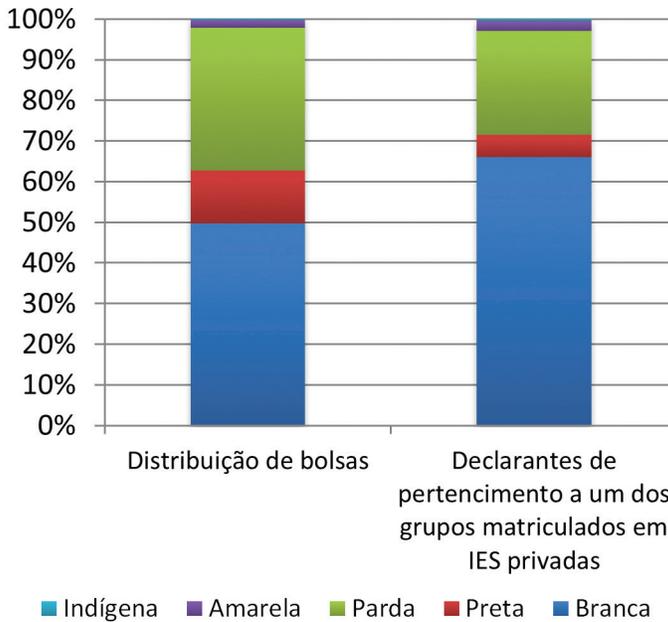


ILUSTRAÇÃO 3: PERCENTUAL DE BOLSISTAS POR GRUPO ETNORRACIAL (EXCLUÍDOS OS QUE NÃO INFORMARAM). FONTE: SISPROUNI (2010) E INEP.SUPERIOR (2011).

BOLSA PARA OS ESTUDANTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Ponto importante a ser observado se refere ao papel do ProUni em contribuir para o acesso da pessoa com deficiência à Educação Superior, como destaca a Lei nº 11.096 (Brasil, 2005), em seu artigo 2º, inciso II, que define que a bolsa deve ser destinada, entre outros, a “estudantes portadores de deficiência, nos termos da lei”. Segundo o

site do Programa (Sisprouni, 2010)²⁰, até 2010 tinham sido destinadas 3.954 bolsas para estudantes portadores de algum tipo de deficiência, o que representa 0,7% da quantidade total de bolsas. Quando comparado ao percentual de estudantes portadores de deficiência matriculados na rede privada de Ensino Superior observados no Censo da Educação Superior 2010 (INEP.SUPERIOR, 2011), mostra um avanço considerável (0,66% entre os bolsistas e 0,3% entre o total). O percentual de concluintes portadores de deficiência no Ensino Médio da rede pública no Brasil²¹ também gira em torno de 0,3% (BRASIL.ESCOLAR, 2011). Assim, é necessário reconhecer que o programa avança nesse sentido, sendo, inclusive, importante que futuros estudos abordem essa questão.

O PROGRAMA E SEU MAPA GEOGRÁFICO

Deixando um pouco de lado questões ligadas às IES e aos estudantes, parece-me também interessante observar como é realizada, geograficamente, a distribuição da oferta²² de bolsas. Com esse propósito, discutirei a distribuição do Programa por recortes geográficos, baseando-me no banco de dados e nos relatórios encontrados no *site* oficial do ProUni. Farei também, em alguns casos, comparações com o número de matrículas apresentados no Censo da Educação Superior entre os anos de 2005 e 2012 (INEP.SUPERIOR, 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013), destacando possíveis discrepâncias entre a quantidade de bolsas ofertadas e o número de vagas existentes (no Ensino Superior) nas regiões.

Ao longo dos primeiros oito anos (2005–2012) do Programa,

20 Em 2013, totalizou-se 5.599 bolsas para estudantes portadores de alguma deficiência, o que representa 0,6% da quantidade total de bolsas.

21 Médio Integrado e Ensino Médio (magistério/normal).

22 Bolsas ofertadas, não necessariamente ocupadas.

foram ofertadas 1.659.302 bolsas, entre integrais e parciais. A distribuição da oferta de bolsas por região mostra uma forte tendência de concentração na Região Sudeste, com total de 854.888 mil bolsas ofertadas para essa região ao longo do período entre 2005 e 2012 (Ilustração 4), número que revela a discrepância em relação às outras regiões do País. Dando uma real dimensão da disparidade de oferta, as outras regiões somam, no mesmo período, 804.414 de bolsas ofertadas. Em termos percentuais, isso representa que o total de bolsas ofertadas na Região Sudeste corresponde a 51.5% do total de bolsas ofertadas no Brasil. Em média, foram ofertadas, por ano, 106.6861 bolsas, na Região Sudeste, e 100.551, por ano, em todas as outras regiões.

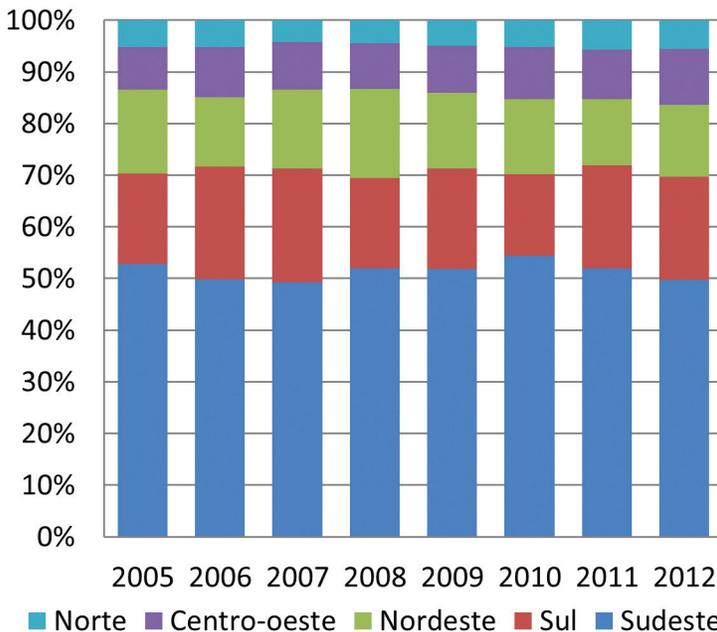


ILUSTRAÇÃO 4: RELAÇÃO ANUAL DE BOLSAS OFERTADAS POR REGIÃO DO BRASIL.
 FONTE: [HTTP://PROUNIportal.mec.gov.br/](http://prouniportal.mec.gov.br/).

Entretanto, segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010), mais de 40% da população brasileira mora nessa região, tal dado não seria absurdo, podendo esta análise inicial dar uma falsa impressão do impacto do Programa por região. Para exemplificar o que afirmo, observemos a distribuição de vagas anuais em IES privadas por região e a proporção entre a distribuição de bolsas presenciais e a relação do número de vagas presenciais ofertadas em IES privadas nos mesmos anos.

A análise dos dados expostos cria uma nova perspectiva sobre o impacto da distribuição das bolsas. A participação do Sudeste no Ensino Superior brasileiro supera a sua participação no total de bolsas ofertadas. O número de vagas ofertadas²³ na região é próximo a 60% das vagas presenciais ofertadas no País (Ilustração 5). Se em números absolutos o Sudeste tem uma maior quantidade de bolsas, quando comparamos a razão entre vagas ofertadas em IES privadas²⁴ e as bolsas do ProUni, verificamos, em termos relativos, que a disparidade se inverte, e a Região Sudeste apresenta a menor relação de ofertas de bolsa por vaga oferecida em IES privadas em todos os anos. Parece absurdo afirmar isso observando os números absolutos, mas a Região Sul, apesar de apresentar baixa oferta absoluta em comparação ao Sudeste, apresenta números relativos bem maiores. A Região Sudeste apresenta uma relação média²⁵ entre bolsas e vagas ofertadas de 6,89% ao ano, enquanto a Região Sul apresenta média no mesmo período de

23 Vagas presenciais, em IES privadas, e ofertadas por vestibular ou por outros processos seletivos.

24 Decidi, para o exercício de comparação de “impacto” das bolsas do ProUni por região, observar apenas vagas de graduação presencial, ainda que tenha observado bolsas presenciais e a distancia. O fiz por impossibilidade de acesso a dados, uma vez que não são apresentados, no Sisprouni, informações referentes a bolsas ofertadas por tipo de bolsa e por região simultaneamente. Tampouco há informações suficientes sobre números absolutos de vagas ofertadas em EAD entre os anos de 2005 e 2008 nos microdados do Censo da Educação Superior.

25 Média aritmética da relação anual entre vagas ofertadas e bolsas ofertadas por região do País.

11,46% anuais (as demais regiões: 9,03% no nordeste; 8,63% no norte; e 7,83% no Centro-oeste) (Tabela 2).

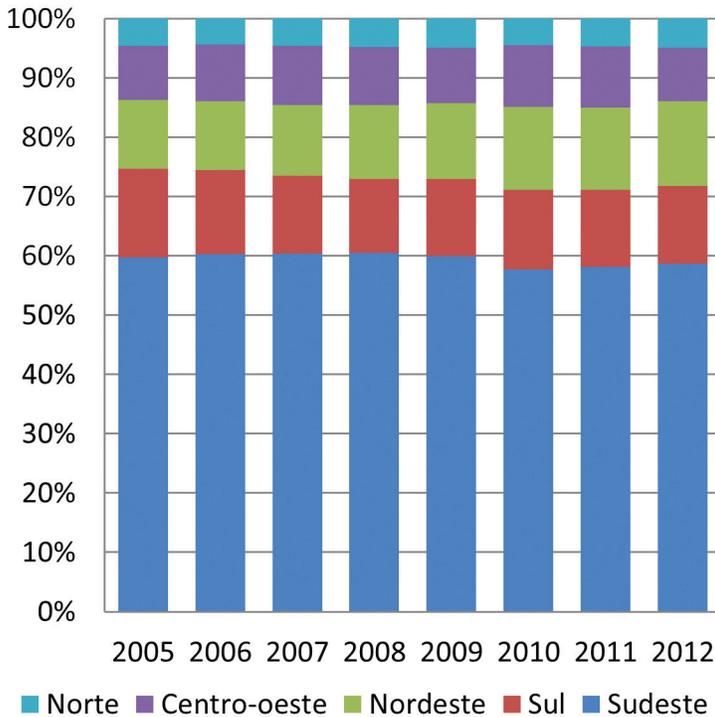


ILUSTRAÇÃO 5: RELAÇÃO ANUAL DE VAGAS PRESENCIAIS OFERTADAS EM IES PRIVADAS POR REGIÃO DO BRASIL. FONTE: INEP.SUPERIOR (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013).

A Região Sul é, em termos percentuais, a maior contemplada com bolsas em todos os anos, muito acima da média percentual de outras regiões e da média nacional. Assim, pode-se concluir que as regiões que possuem uma grande demanda de vagas no Ensino Superior, também necessitam de uma oferta maior de bolsas. Isso torna possível que regiões, como o Centro-oeste, cuja oferta de bolsa não chega a 10% das bolsas ofertadas no Sudeste, apresente dados relativizados bem

próximos aos apresentados do Sudeste. Na prática, se compararmos o número de vagas oferecidas no Ensino Superior e a demanda por essas vagas, veremos que a Região Sudeste é a que sofre o menor “impacto” do Programa.

	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-oeste	Norte	Total Nacional
2005	0,046834925	0,06151466	0,07427692	0,04795914	0,05952406	0,03626371
2006	0,049847429	0,09305357	0,06953665	0,06171003	0,07118494	0,04316658
2007	0,053514673	0,1103085	0,08411369	0,0611472	0,06024055	0,04616557
2008	0,07312364	0,1198151	0,1181968	0,07674628	0,07905995	0,05836772
2009	0,077302352	0,1342297	0,1018711	0,08627758	0,09138109	0,06138273
2010	0,08160011	0,1010054	0,09011537	0,0833953	0,1012625	0,05717234
2011	0,082218107	0,1407138	0,08510062	0,08583924	0,1121669	0,06325483
2012	0,08699809	0,1569045	0,09940951	0,1234626	0,1157392	0,07281424

TABELA 2: RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE BOLSAS OFERTADAS E O NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NA REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR EM CADA REGIÃO DO PAÍS. FONTE: INEP.SUPERIOR (2006; 2007; 2008, 2009; 2010; 2011; 2012; 2013) E [HTTP://PROUNIPORTAL.MEC.GOV.BR/](http://PROUNIPORTAL.MEC.GOV.BR/)

No campo da conjectura, abrindo espaço para novas abordagens, a menor quantidade de bolsas parece estar diretamente ligada à menor quantidade de vagas oferecidas por região, onde uma possível explicação para esse menor impacto no Sudeste se dá pela maior força do Ensino Superior privado na região. Ou seja, maior número de instituições e melhor conceito de IES privadas como uma possibilidade de acesso ao Ensino Superior de qualidade. Na prática, a população das regiões onde o Ensino Superior privado ainda está se estruturando tende, ainda, a considerar o acesso ao Ensino Superior, seja ele público ou privado, como restrito a poucos. Regiões onde a massificação do Ensino Superior se deu alguns anos antes já se encontrariam em um estágio onde o Ensino Superior, bem como sua necessidade de financiamento, é tido como uma realidade massificada.

Por outro lado, ainda que restrito a poucos, o Ensino Superior privado em regiões onde ele não se consolidou pode vir a ser considerado como de segunda linha, o que não ocorre em regiões mais estruturadas. Ou seja, a estrutura montada em torno de IES privadas em regiões como o Sudeste conseguiria garantir, mesmo que só em teoria, o *status* de qualidade para parte das instituições privadas. Soma-se a isto o fato de que, nessas regiões, o acesso a IES públicas se torna cada vez mais concorrido, distante do estudante médio, havendo uma predisposição deste em financiar seu Ensino Superior como forma de investimento profissional, coisa que ainda não ocorre em regiões com IES privadas menos desenvolvidas. Sendo, assim, bastante promissora a continuidade de estudos nesse sentido, buscando compreender melhor as disparidades regionais na oferta de bolsas do ProUni, bem como mapeando possíveis razões para sua maior incidência na Região Sul, por exemplo.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Aqui, descrevo os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa, onde, de maneira geral, este estudo caracteriza-se pela adoção de uma metodologia de caráter quantitativo. Busquei aprofundar-me sobre a percepção dos estudantes acerca do ProUni e de sua própria vida, tratando especialmente das mudanças ocorridas posteriormente ao ingresso no Programa. Além disso, não deixei de lado o importante papel da análise socioeconômica dos estudantes entrevistados, bem como suas perspectivas futuras em relação ao mercado profissional.

OS ESTUDANTES

Não houve preocupação em caracterizar o estudante a ser entrevistado, pois a própria seleção do Programa constituiu a principal delimitação dos sujeitos da pesquisa: bolsistas do ProUni no Estado de Pernambuco.

Tendo em vista o grande número de bolsistas, foi feita uma primeira análise da distribuição de bolsas ofertadas por cidade. A escolha do número de bolsas ofertadas e não de bolsistas se deu, naquele momento, por falta de dados mais precisos em relação ao número exatos de bolsistas. Assim, procedi à tabulação do número de bolsas ofertadas no período entre 2005 e 2010.²⁶ em todo o município de Pernambuco que houvesse recebido alguma bolsa. Fiz o agrupamento pelas cinco mesorregiões: Região do São Francisco; Região do Sertão; Região do Agreste; Região da Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife. Tal

²⁶ Até o período do levantamento dos dados, não havia sido feita a divulgação de dados referentes a 2010.2 e 2011.1.

subdivisão me deu uma nova perspectiva da distribuição de ofertas de bolsas no estado, servindo como base para aplicação dos questionários.

A CONSTRUÇÃO DE UMA AMOSTRA

Uma das características desta pesquisa foi a necessidade de grande aparato técnico e financeiro, ao qual não tive acesso. Por conta disso, não houve a possibilidade de escolher a metodologia de uso do processo de amostragem aleatório simples. Diante desse fato, decidi construir um método de amostragem em três passos. No primeiro, defini a proporção de bolsas por mesorregião, seguido por uma amostragem sequencial²⁷ apenas na Zona Metropolitana do Recife e, posteriormente, amostragem estratificada²⁸; coletei questionários nas demais mesorregiões visando manter, o mais próximo possível, a proporção da distribuição de oferta de bolsas. Ou seja, apliquei o máximo de questionários possível na Zona Metropolitana do Recife e, em seguida, apliquei-os nas outras regiões, de modo a manter proporção com a distribuição de ofertas de bolsas pelo estado (as outras regiões tiveram amostra dimensionada sob a proporção do número encontrado inicialmente na Zona Metropolitana do Recife). Ficou decidido, como regra de amostragem sequencial, o contato de alunos²⁹ em IES da Zona Metropolitana do Recife e posteriormente de cada outra mesorregião, onde seriam aplicados questionários com a maior quantidade possível de bolsistas do ProUni. A decisão de colaborar ou não ficou a cargo do estudante.

27 Método em que não se sabe, *a priori*, o tamanho da amostra, mas se define uma regra de decisão antes do início da coleta. Os elementos da população são retirados e analisados de modo sequencial. Em cada fase do processo, é tomada a decisão de continuar, ou não, o processo de amostragem.

28 Método onde se determina, *a priori*, quantos elementos se retirará de cada estrato daquela amostra.

29 Pelo método *Snowball sampling*.

Estimo que mais de 60% dos estudantes decidiram não responder aos questionários; em sua grande maioria, sob a alegação de “falta de tempo” e críticas em relação ao “tamanho” do questionário. Alguns estudantes alegaram não poder colaborar naquele instante, mas demonstraram interesse em fazê-lo posteriormente. Diante disso e da falta de recursos para a minha manutenção nas cidades do interior, foram utilizadas ferramentas auxiliares para esta pesquisa, como, por exemplo, o uso do Skype, Google Talk, Telefone, Google Docs e Windows Live Messenger. Em alguns casos, o questionário foi aplicado via videoconferência; em outros, foram utilizados esses outros mecanismos apenas para esclarecer alguma dúvida em relação às respostas, cabendo ao estudante responder ao seu próprio questionário.

Como disse anteriormente, foram respondidos questionários em quatro das cinco mesorregiões pernambucanas, faltando apenas a mesorregião Sertão. A dificuldade em conseguir acesso às IES e às informações quanto aos bolsistas, aliada à indisponibilidade em colaborar, resultou na ausência de questionários respondidos naquela região. De todo modo, isso não interferiu de forma negativa nos resultados finais da pesquisa, pois tal região representa apenas cerca de 2% das bolsas ofertadas³⁰ no estado.

Ao final, foram totalizados 231 questionários, aplicados e respondidos, entre o período de setembro de 2010 e novembro de 2010.

QUESTIONÁRIOS

O instrumento para a coleta dos dados foi construído com base

³⁰ Percentual referente a 2010. Não há informação do percentual de bolsas ocupadas.

questionários preexistentes³¹ e pré-testes aplicados com voluntários. Os pré-testes tinham o objetivo de observar a “clareza” das questões e a possível necessidade de acrescentar opções de resposta. Foram feitos dez pré-testes³² com bolsistas³³. As principais mudanças foram feitas em relação às respostas não encontradas no questionário. Os pré-testes serviram também para estimar o tempo médio gasto por estudante ao responder o questionário. Tal observação me ajudou a justificar a escolha da autoaplicação dos questionários pelos estudantes, já que aplicação³⁴ feita por intermédio do entrevistador demoraria, em média, quatro vezes mais do que a respondida pelo bolsista.

Além disso, por meio dos pré-testes, consegui mostrar a predominância do “politicamente correto”³⁵ como resposta de algumas questões e percebi a necessidade de reformulá-las para evitar que as respostas fossem dadas de forma incoerente com a posição do estudante. Percebi também que não havia considerado a possibilidade de que os estudantes não tivessem pai e mãe vivos. Isso causou certo desconforto ao aplicar os pré-testes, pois os estudantes, muitas vezes, demonstraram tristeza e constrangimento em afirmar que seus parentes haviam falecido. Outro aspecto que não considerei foi a possibilidade de que os estudantes não conhecessem seu pai ou sua mãe. Contudo, decidi que não destacaria essa possibilidade, deixando a critério do estudante responder ou não³⁶ a tais perguntas.

31 Questionário socioeconômico aplicado pela COVEST em estudantes candidatos a vagas na UFPE.

32 Não foram incluídos na amostra final.

33 Inclusive foi testada a opção *on-line*, com bolsistas do Estado de São Paulo (Piracicaba).

34 Ainda no princípio da aplicação dos questionários, tentei manter essa metodologia. Porém, a dificuldade em conseguir aplicar os questionários a cada estudante com perguntas do entrevistador, fez com que esse procedimento fosse abandonado.

35 Por muitas vezes percebemos que os estudantes davam respostas e logo se contradiziam com comentários. Isso ocorreu bastante quando tratamos de questões mais pessoais, como a relação desses estudantes com seus pais, por exemplo.

36 Caso não conhecessem algum de seus pais, pedimos que deixassem em branco as respostas referentes a ele.

Percebi, ainda, durante os pré-testes, que era necessário o destaque à confiabilidade no anonimato do questionário. Muitos dos estudantes afirmaram que não responderiam a verdade caso não tivessem a convicção de que aqueles dados não poderiam prejudicá-los. Decidi, então, afirmar e destacar que os questionários não teriam identificação alguma e que não tínhamos interesse em avaliar os estudantes ou a instituição de ensino, e sim o impacto do Programa. Isso se tornou uma necessidade tanto na abordagem dos responsáveis pelo acesso às IES (nos poucos casos em que fui autorizado) quanto na abordagem dos estudantes.

O pré-teste constava de 45 perguntas, mas, por razões diversas, sobretudo para ser mais compreensivo, o questionário final ficou com 58 perguntas objetivas. Além dessas perguntas, quando necessário, abri espaço para comentários por escrito. Em vinte delas, pedi que fossem feitos comentários, caso houvesse alguma resposta diferente das anteriores. Decidi por esse procedimento, pois percebi, durante os pré-testes, que muitos entrevistados gostariam de justificar suas respostas. Dentre as questões comentadas, deixei também aberta a possibilidade de acrescentar uma resposta, quando esta não fosse encontrada no questionário. Percebi essa necessidade ao questionar sobre a atual situação de emprego dos pais do estudante. Muitos deles fizeram questão de deixar claro que seus pais não se encontravam em nenhuma daquelas situações, ou até mesmo se encontravam em mais de uma. Diante da múltipla possibilidade de respostas destas e de outras questões, decidi incluir a opção “outras” e acrescentar um espaço onde o estudante a responderia. Adotei essa opção em 13 das questões abordadas.

O questionário final³⁷, constituído pela forma acima descrita, foi formado por 58 questões, subdivididas em três³⁸ núcleos de análise: o primeiro foi dedicado a compreender o perfil do estudante bolsista em Pernambuco; no segundo, procurou-se observar a percepção dos estudantes quanto ao Programa e às necessidades principais de mudança; e o terceiro buscou analisar como os estudantes se percebiam em relação à sua entrada na universidade, a principal motivação de participar do ProUni e as mudanças relacionadas à sua vida após o ingresso no Ensino Superior.

No questionário, buscou-se facilitar seu preenchimento, apesar de sua extensão e da necessidade de concentração por parte do estudante. Eu sabia que seu tamanho seria, em grande parte, o responsável pelo alto nível de desinteresse; por isso, houve maior preocupação em deixar muito clara a relação das perguntas e a necessidade de apenas assinalar a resposta. Houve também a preocupação em esclarecer qualquer possível dúvida de interpretação e o sentido das perguntas. O estudante tinha autonomia para decidir se responderia ou não a toda e qualquer questão. Não houve, em momento algum, pressão ou cobrança por respostas.

PESQUISA DE CAMPO

O escopo do estudo é o ProUni em Pernambuco. Dessa forma, destaco que foram oferecidas 14.123 bolsas, entre 2005 e o segundo semestre de 2010³⁹, aos estudantes desse estado. Para maior

37 A versão final do questionário encontra-se em anexo.

38 Destacamos que algumas variáveis foram utilizadas em mais de um núcleo, e muitas foram cruzadas.

39 Momento em que foi aplicado o questionário.

representatividade da amostra, busquei aplicar os questionários em todas as mesorregiões do estado, não obtendo sucesso apenas na mesorregião do Sertão pernambucano, em função do menor número de estudantes bolsistas e das limitações de recursos que não me permitiu prolongar a estada nas diversas cidades da região.

A escolha das IES se deu de forma aleatória, guiada pela oportunidade de aplicação dos questionários e indicações de colegas professores. A indicação ou recomendação, geralmente feita por professores da UFPE ou das IES, fez-se necessária em função da resistência, por parte das instituições, em permitir a aplicação de questionários aos “seus” estudantes. Muitas delas solicitaram conhecer o conteúdo dos questionários antes da aplicação, e boa parte não permitiu que houvesse aplicação direta em sala de aula, salvo na Faculdade dos Guararapes, em Jaboatão dos Guararapes, e na Faculdade Osman Lins, em Vitória de Santo Antão. Os outros questionários foram conseguidos individualmente. Para tanto, foi necessário contato direto com os estudantes e solicitações de encontros via Redes Sociais⁴⁰. Apliquei⁴¹ questionários em estudantes das seguintes IES:

40 Foi necessário buscar, nas plataformas Orkut e Twitter, os contatos de estudantes das IES, a fim de descobrir quem seriam os estudantes bolsistas e posteriormente marcar uma data e local para encontrá-los.

41 Apliquei questionários nas cinco mesorregiões de Pernambuco e em diversas IES em cada mesorregião. Apresentamos aqui as IES onde obtivemos respostas.

Cidade	IES	Questionários aplicados
Recife	Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)	26
	Faculdade Maurício de Nassau	48
	Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)	2
	Faculdade São Miguel	12
Ipojuca	Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas (Fajolca)	2
Caruaru	Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces)	20
	Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP)	17
Vitória de Santo Antão	Faculdade Osman Lins (FACOL)	15
Floresta	Instituto Superior de Educação de Floresta (ISEF)	3
Jaboatão dos Guararapes	Faculdade dos Guararapes (FG)	86

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DE QUESTIONÁRIOS POR IES. FONTE: PESQUISA DE CAMPO

A realização da etapa de campo ocorreu durante o segundo semestre de 2010, onde, com a finalidade de garantir o máximo possível de participação dos estudantes na pesquisa, houve a preocupação de que essa etapa não ultrapassasse as datas limites do semestre letivo. Tal fato acarretaria maior dificuldade em encontrar estudantes dispostos a colaborar, já que, em período de férias, torna-se praticamente impossível reunir os estudantes e aplicar os questionários. O ideal, para esse trabalho, seria a formação de uma equipe de colaboradores que pudessem realizar a aplicação simultaneamente dos questionários, porém, por falta de recursos financeiros, a aplicação dos questionários foi feita de forma individual⁴², tornando o trabalho mais cansativo e difícil.

42 Na tabulação dos dados, contei com a ajuda de colaboradores.

Também por dificuldades orçamentárias, minha estratégia de ação precisou ser dividida em dois tipos: IES de fácil acesso e IES cujo acesso fosse caro e/ou distante.

A estratégia de ação para IES com fácil⁴³ acesso baseou-se nas seguintes etapas:

1. Identificação das IES cadastradas no Programa em cada mesorregião.
2. Escolha aleatória das IES em cada mesorregião.
3. Identificação⁴⁴ de estudantes⁴⁵ bolsistas.
4. Escolha, por intermédio de indicação⁴⁶ do estudante bolsista, de professores que pudessem ajudar na realização da pesquisa em sala de aula (não os aplicando durante a aula, mas facilitando o contato dos estudantes e permitindo a entrega de questionários).
5. Contato inicial com o professor em questão, podendo receber ou não permissão de realização da pesquisa em sala⁴⁷.

43 Ainda que algumas instituições fora da Região Metropolitana do Recife fossem de difícil acesso, em grande parte dos casos me desloquei para as respectivas cidades de modo a aplicar os questionários ou fazer contato com o estudante para aplicação posterior.

44 A identificação foi feita tanto por indicação de professores e coordenadores quanto por contato direto com estudantes bolsistas.

45 Tivemos muita dificuldade em identificar aleatoriamente os bolsistas, por considerar que poderíamos ser tratados como “preconceituosos” ao perguntar aleatoriamente quem seria e quem não seria bolsista. Dessa maneira, decidimos evitar a abordagem aleatória, adotando a metodologia *snowball sampling*.

46 Foi necessário usar desse mecanismo, dada a dificuldade em conseguir liberação formal das IES. Sendo então possível destacar que a primeira etapa da estratégia foi a tentativa de liberação das IES. Apenas a Faculdade dos Guararapes e a Faculdade Osman Lins permitiram a realização do trabalho, porém sem permissão formal de entrada em sala de aula.

47 Entenda-se por pesquisa em sala a pesquisa fora do horário de aula. Não houve casos onde foi permitida a pesquisa durante as aulas, o professor servia apenas de contato e abalizador da pesquisa para os estudantes.

- a. Em caso de permissão, os questionários eram entregues aos estudantes bolsistas e devolvidos ao pesquisador. Este ficava disponível, em horário fora de aula, para eventual dúvida.
- b. Em caso de não permissão, era solicitado o encontro com os estudantes bolsistas após o término da aula, onde era feito o mesmo procedimento anterior.

No caso das IES de difícil acesso⁴⁸, a estratégia de ação baseou-se nas seguintes etapas:

1. Identificação das IES cadastradas no Programa em cada mesorregião.
2. Identificação de possíveis contatos nas referidas IES⁴⁹.
3. Identificação de meios eletrônicos⁵⁰ para estabelecer contato com os estudantes bolsistas.
4. Solicitação dos contatos eletrônicos de estudantes bolsistas que fossem matriculados nas mesmas turmas dos estudantes anteriormente identificados.
5. Contato com esses novos estudantes, como forma de

48 Caso do Instituto Superior de Educação de Floresta (ISEF).

49 Apesar de identificarmos alguns contatos, esse mecanismo se mostrou ineficiente, pois praticamente não obtivemos respostas dos questionários assim procedidos. De toda forma, esses contatos serviram como *network*, pois foi possível identificar bolsistas dessa maneira.

50 Utilizamos das redes sociais (Orkut, Facebook e Twitter), dos *sites* oficiais das IES, dos *sites* oficiais das entidades estudantis (DA's, CA's, UEP) e das "listas de *e-mail*" dos cursos em IES cadastradas no ProUni, como forma de estabelecer contato com os estudantes bolsistas.

atestar a veracidade do contato eletrônico e de explicar o conteúdo da pesquisa e da entrevista.

6. Aplicação⁵¹ do questionário a distância⁵².

Ainda sobre a dificuldade na aplicação dos questionários, reforço que houve um grande número de estudantes que se recusaram a respondê-los. Atribuo isso a dois fatores: primeiramente, a desconfiança por parte dos estudantes da idoneidade do processo, ou seja, muitos alegaram que tinham medo de serem prejudicados, no Programa, ao informar seus dados econômicos⁵³; a segunda, já dita anteriormente, pelo tamanho do questionário (já percebido no pré-teste). Assim, como era de se esperar, muitos estudantes se mostraram interessados em colaborar, mas, ao perceber a quantidade de perguntas e sua complexidade, decidiram não fazê-lo. Já havia considerado isso no pré-teste, ponderado e, ainda assim, mantido o questionário com a mesma extensão e complexidade, pois, apesar da ciência de que enfrentaria um número considerável de recusa, pareceu-me importante tentar prezar pela melhor qualidade das respostas, ainda que em menor quantidade.

Considero relevante, também, destacar o papel fundamental de alguns estudantes, tanto no processo de convencimento na colaboração dos professores quanto na ajuda em identificar os estudantes bolsistas. Esses estudantes se destacaram, ainda, ajudando-me a selecionar os

51 Como informamos anteriormente, nos utilizamos de ferramentas como: Skype, Google Talk, Telefone, Google Docs e Windows Live Messenger

52 Como forma de garantir a organização dos dados, os questionários foram posteriormente transcritos “a mão” pelo entrevistado, num formulário padrão de entrevista presencial.

53 Ressaltando a necessidade de questionar e investigar melhor os critérios adotados pelas IES na verificação dos estudantes em relação aos critérios de elegibilidade do Programa. Além da percepção do medo recorrente por parte de alguns estudantes, foi também recorrente a reclamação de bolsistas afirmando que muitos de seus colegas não deveriam receber bolsas, mas recebiam.

melhores momentos para aplicação dos questionários. É importante salientar a colaboração de duas das IES: a Faculdade dos Guararapes, que enviou *e-mails* para todos os bolsistas, atestando a veracidade e a idoneidade de nossa pesquisa, e a Faculdade Osman Lins, que identificou alguns estudantes bolsistas de modo a facilitar a pesquisa.

Um dos fatos marcantes dessa etapa foi a enorme dificuldade encontrada em conseguir acesso aos dados das IES. A maioria delas se recusou a informar precisamente o número de bolsistas ou a dar maiores detalhes sobre uma boa forma de identificá-los. Apesar de insistir que o objetivo da pesquisa não seria avaliar as instituições, e sim os impactos do Programa; muitas das IES solicitaram a observação prévia dos questionários de modo a avaliar se seria necessária a retirada de alguma pergunta. É claro que respondemos prontamente que não pretendíamos modificar o questionário, deixando a nítida impressão de que o sistema de controle dos bolsistas é falho e que as IES estão cientes disso, o que reforça a necessidade de uma nova discussão sobre os mecanismos de controle do acesso e da manutenção dos estudantes no Programa. A conclusão da fragilidade evidente desse mecanismo me trouxe grandes dificuldades para a realização desse trabalho.

Ainda assim, considero um argumento recorrente das IES como pertinente: “a necessidade de não exposição dos estudantes”, pois percebi que, na maioria dos casos, os colegas de turma não sabiam identificar os bolsistas do ProUni. Porém, percebi também que os bolsistas eram capazes de se identificar entre si. O que reforçava a argumentação das IES de que uma exposição em momentos de sala de aula só serviria para criar a possibilidade de tratamento diferenciado por parte dos colegas, o que não era de interesse da instituição.

Não levei em consideração o tipo de disciplina ministrada em sala de aula ou o período da turma, apenas segui as indicações dos estudantes que nos deram uma melhor perspectiva de qual seria o momento ideal para conversar com seus colegas e professores. Em decorrência disso, por muitas vezes, apliquei os questionários em disciplinas nos ciclos básicos e nos “trancos comuns” de alguns cursos, o que nos levou a encontrar estudantes de diferentes cursos em uma mesma aula. Algumas vezes, mostrou-se presente apenas um estudante de determinado curso; isto se dá, pois, no momento em que estava sendo aplicado o questionário, esse estudante estava cursando uma disciplina junto a colegas de outros cursos, sendo essa disciplina do ciclo básico ou não.

Considero, assim, apresentada a metodologia de coleta dos dados, bem como as etapas e os problemas encontrados na realização de campo. De forma resumida, fica claro que se tratou de uma pesquisa permeada de dificuldades, entretanto creio ter conseguido estruturar um bom banco de dados que pode vir a fundamentar estudos específicos sobre o tema.

O BOLSISTA DO PROUNI EM PERNAMBUCO

No início deste livro, apresentei brevemente o Programa em uma contextualização sobre suas as mais diversas nuances nacionais; entretanto, como já foi dito, o propósito da publicação deste material situa-se na apresentação de novos — e relevantes — dados sobre o bolsista do ProUni em Pernambuco. Por isso, torna-se fundamental, a partir de agora, caracterizar e avaliar o perfil do estudante bolsista pernambucano, assim como conhecer o impacto do ProUni na vida deles.

Conhecer melhor as características socioeconômicas e culturais dos estudantes me ajudou a dimensionar a relevância do Programa e a discutir seus possíveis impactos na educação brasileira como um todo. Decidi, conforme deixei claro no apêndice deste livro, estudar o bolsista do ProUni no Estado de Pernambuco. Isso aparentemente poderia me dar um recorte bastante específico do programa, porém, por outro lado, permite-me compreender, de forma bastante satisfatória, o papel do ProUni em regiões onde o Ensino Superior privado ainda não está totalmente consolidado, o que, conseqüentemente, permite-me entender o Programa justamente onde ele tem mais impacto no cotidiano do estudante bolsista.

De início, ainda que muitas vezes apresente algo que não necessariamente seja relevante à análise do Programa, decidi que seria importante, para uma melhor compreensão, a apresentação da distribuição e caracterização do perfil de estudantes que analisei, ou seja, as características mais gerais da amostra desta pesquisa. De modo a me permitir compreender o papel do ProUni como ferramenta de seleção

de estudantes e, especialmente, avaliar os dados coletados, decidi que seria importante — ao menos para alguns dos dados — a comparação da distribuição dos bolsistas pernambucanos estudados em relação aos dados oficiais do estado. Para tanto, comparei os dados coletados entre bolsistas pernambucanos com as matrículas em IES Pernambucanas observadas no Censo da Educação Superior (2010) ⁵⁴.

Como disse anteriormente, a real importância deste trabalho, creio eu, não está na sua apresentação em si, e sim na disponibilização de todo seu banco de dados, bem como no direcionamento de possíveis novos estudos decorrentes dele. Em função disso, considero relevante destacar que não apresento neste material todas as variáveis coletadas no estudo; muitas delas foram suprimidas neste livro e devem ser mais bem exploradas futuramente (seja por mim ou por outros pesquisadores).

Feitas essas considerações, inicio efetivamente este capítulo apresentando dados do perfil do estudante que sejam comparáveis com dados do Censo da Educação Superior no Estado de Pernambuco. Decidi partir deste ponto pois me permite uma comparação inicial da “fidelidade” dos dados coletados, já que posso, por meio da comparação percentual com os dados oficiais, verificar o quão próximo estão os números encontrados na pesquisa de campo e os números apresentados oficialmente — ao menos na distribuição de algumas variáveis.

Como esperava, o grupo de entrevistados tem distribuição de gênero bem próxima ao observado entre os bolsistas no Censo da Educação Superior (2010) (Ilustração 6), com uma diferença ínfima, a maior parte dos bolsistas é composta de mulheres, nos dois casos.

⁵⁴ Estudantes de IES privadas pernambucanas que não sejam bolsistas do ProUni (Integral e Parcial).

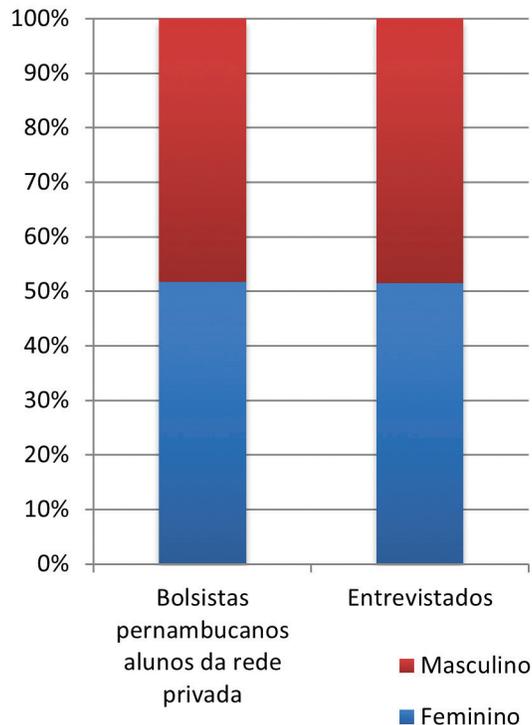


ILUSTRAÇÃO 6: DISTRIBUIÇÃO DE BOLSISTAS PERNAMBUCANOS POR GÊNERO DE ACORDO COM O SENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2011 E A PESQUISA DE CAMPO.
FONTE: INEP.SUPERIOR (2011) E PESQUISA DE CAMPO.

Em relação à faixa etária (Ilustração 7), há uma importante ressalva a ser feita já que não se utilizou o mesmo critério para calcular a idade (na pesquisa de campo e nos dados do Censo da Educação Superior): No caso da pesquisa que realizei, simplesmente perguntei a idade do entrevistado; já o Censo fez os cálculos com base na idade que o estudante irá completar no ano de referência do Censo. Assim sendo, é possível que haja diferenças mínimas em decorrência do momento em que o estudante respondeu ao questionário.

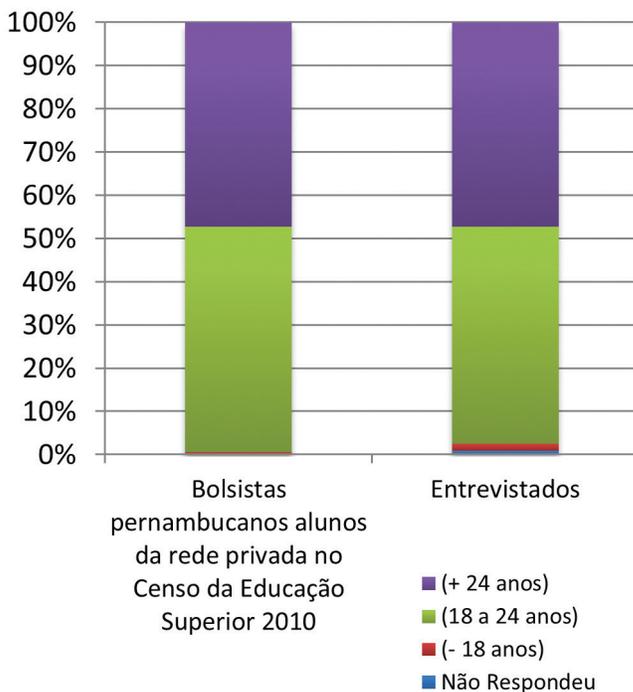


ILUSTRAÇÃO 7: IDADE DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS ALUNOS DA REDE PRIVADA, DE ACORDO COM O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010 E DA PESQUISA DE CAMPO.
FONTE: INEP.SUPERIOR (2011) E PESQUISA DE CAMPO.

Agrupei os estudantes seguindo a distribuição por idade. O grupo etário “esperado” no Ensino Superior está entre os 18 e 24 anos; desse modo, subdividi-os seguindo a distribuição por idade, conforme grupos: abaixo da faixa etária esperada (-18 anos); na faixa etária esperada (18 a 24 anos); e acima da faixa etária esperada (+24 anos), conforme o gráfico abaixo.

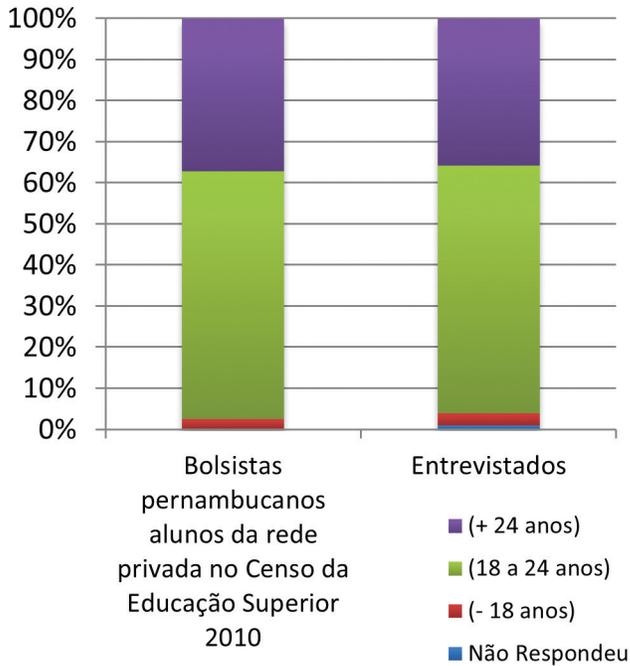


ILUSTRAÇÃO 8: IDADE DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM O SENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: INEP.SUPERIOR(2011) E PESQUISA DE CAMPO.

Mais uma vez, há grande semelhança entre os percentuais apresentados pelos bolsistas entrevistados e pelos apresentados pelo Censo. A maioria dos bolsistas se enquadra na faixa entre 18 e 24 anos em ambos os casos. É destacável também que, em todos os casos, há um alto índice de estudantes, acima da faixa indicada, e cursando o Ensino Superior (próximo de 50%, em média), e uma porção ínfima, abaixo da faixa esperada (próximo a 1%). A média de idade do estudante bolsista entrevistado é de 25,5 anos, pouco acima da média dos bolsistas segundo o Censo, que era de 24 anos. A idade máxima entre os bolsistas entrevistados foi de 49 anos e 62 anos entre os bolsistas no Censo. A idade mínima em ambos os casos foi de 17 anos. Entre os bolsistas

entrevistados, a média de idade feminina é 24,2 anos, e a masculina é de 26,8 anos; entre os bolsistas do Censo, a idade média era de 25 e 23 respectivamente.

Em busca de aproximar os dois bancos de dados, resolvi calcular a idade desses estudantes no momento de ingresso⁵⁵ (Ilustração 8). É importante destacar, mais uma vez, que se mantêm próximos os percentuais de bolsistas entrevistados e os encontrados no Censo da Educação Superior, o que reforça a fidelidade dos dados em relação à distribuição de bolsistas no estado. Quanto à distribuição, há uma maior concentração de estudantes na faixa intermediária de idades (aproximadamente 60%), e uma grande, porém menor, concentração de estudantes na faixa mais velha (algo próximo a 36%). Em todos os casos, é muito baixo o percentual de estudantes que entraram no Ensino Superior com menos de 18 anos.

Ao final da realização de campo, apliquei questionários com 231 estudantes bolsistas, em um universo de dez instituições em todo o estado, divididas em 23⁵⁶ cursos⁵⁷:

55 Assim, a idade na pesquisa de campo = idade declarada (2010 – ano de ingresso no Ensino Superior); e a idade no Censo = ano de entrada no Ensino Superior – ano de nascimento.

56 Alguns cursos tiveram apenas um entrevistado, por estar cursando uma disciplina de outro curso no momento da entrevista e/ou ter sido indicado por outros bolsistas.

57 Não necessariamente os mesmos cursos em uma mesma instituição. Como exemplo, havia estudantes de Direito em diferentes IES.

<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Administração – Análise de sistemas • Administração – Ênfase em <i>marketing</i> • Biomedicina • Ciências da Computação • Direito • Educação Física • Enfermagem • Farmácia • Fisioterapia • Gestão da Produção Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Hospitalar • Jornalismo • <i>Marketing</i> • Nutrição • Odontologia • Pedagogia • Psicologia • Publicidade e Propaganda • Redes de Computadores • Tecnologia da Informação • Telecomunicações • Turismo
--	---

De modo a observar a distribuição dos bolsistas por área de conhecimento, dividi os cursos em grupos específicos (Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Exatas), comparando-os com a distribuição de bolsistas apresentada no Censo da Educação Superior.

Assim, apesar de haver uma pequena diferença percentual, os dados coletados se mostraram, mais uma vez, muito próximos da distribuição apresentada no Censo da Educação Superior em Pernambuco (Ilustração 9). Destaca-se que quase 20% dos bolsistas são alunos do curso de bacharelado em Direito e 21% são do curso de Administração (nas mais diversas habilitações), o que segue a lógica do Ensino Superior privado no estado (segundo o mesmo censo, aproximadamente 17% dos estudantes matriculados na rede privada em Pernambuco cursam bacharelado em Direito e aproximadamente 21% cursam uma das modalidades de Administração).

Quanto à distribuição dos estudantes em relação ao estágio de conclusão do curso, foram entrevistados estudantes de todos os períodos, sem distinção ou pré-seleção alguma. Entrevistei, em uma mesma sala, estudantes de diferentes períodos que estavam cursando a mesma

disciplina. Entretanto, apenas para apresentação do material neste livro, considere o período do estudante de acordo com o semestre de entrada deste. Por exemplo, mesmo cursando uma disciplina do quinto período, um estudante foi considerado do sexto, pois sua primeira matrícula tinha sido feita seis períodos atrás.

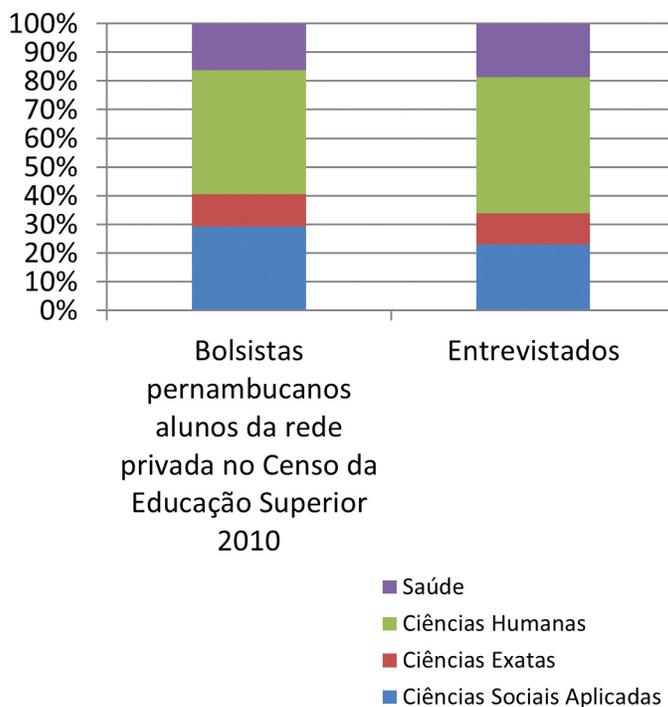


ILUSTRAÇÃO 9: ÁREA DE CONHECIMENTO DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM O SENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: INEP.SUPERIOR (2011) E PESQUISA DE CAMPO.

A distribuição dos bolsistas entrevistados apresentou, mais uma vez, pequena diferença percentual ao apresentado entre os bolsistas no Censo da Educação Superior (Ilustração 10). A maior parte dos estudantes estava na fase inicial do curso e tal informação se mostrou primordial para entender as diferenças de percepção entre estudantes

ingressantes e prestes a concluir o curso. Para isso, com base no cálculo do tempo total de cada curso⁵⁸ e do ano de ingresso, tentei estimar os estudantes que estivessem concluindo o curso (último ano) e comparar com o Censo da Educação Superior.

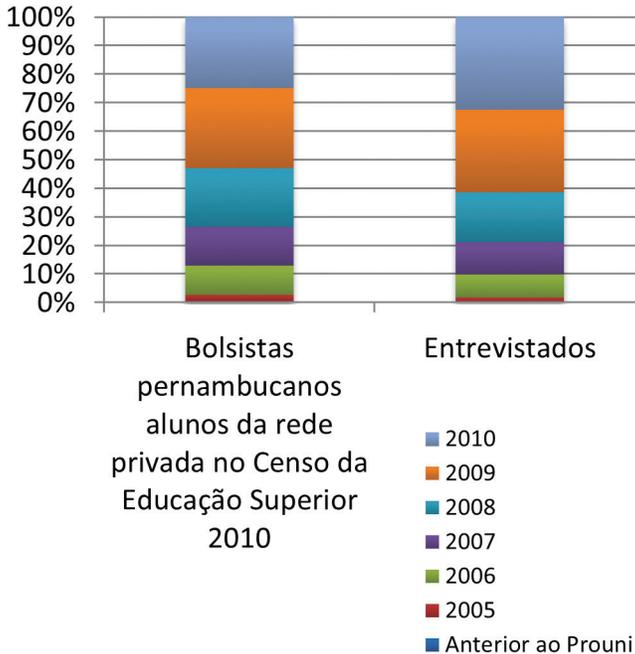


ILUSTRAÇÃO 10: ANO DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: INEP.SUPERIOR (2011) E PESQUISA DE CAMPO.

Nos dois casos (Ilustração 11), o percentual de concluintes é bem menor (15,2% e 9,2%, respectivamente), e, muitas vezes, uso essa informação para analisar as mudanças ocorridas na percepção dos estudantes sobre o ProUni e sobre a sua vida enquanto bolsista, comparando perspectivas de concluintes e não concluintes.

58 Disponível no *site* das instituições.

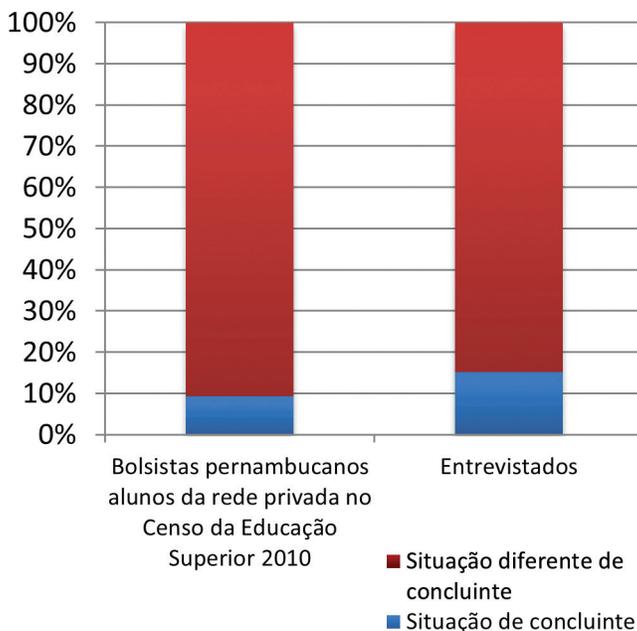


ILUSTRAÇÃO 11: SITUAÇÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM O SENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: INEP.SUPERIOR (2011) E PESQUISA DE CAMPO.

O ESTUDANTE E SEU APORTE FINANCEIRO

Continuando a tentativa de esmiuçar o perfil do estudante bolsista, apresento, pela primeira vez, informações que não poderei comparar com estimativas oficiais (inexistem dados desta natureza no Censo da Educação Superior). Dados referentes ao orçamento familiar dos estudantes se mostram imprescindíveis na tentativa de traçar melhor um perfil destes, e, com base nisso, começo a desenhar um mapa das percepções dos estudantes acerca de si e do ProUni. Por isso, passarei agora a discutir um pouco mais a visão desses estudantes sobre suas vidas, observando e apresentando a sua autoidentificação de classe e, posteriormente, comparando-a com sua condição de renda declarada. Como forma de padronizar este estudo, decidi pedir que os estudantes

identificassem, em uma escala entre 0 e 7, qual sua autopercepção de proximidade com uma classe social (porém apenas afirmamos que a escala seria de 0 para o mais pobre e 7 para o mais rico, sem apresentar os valores de referência) (Ilustração 12).

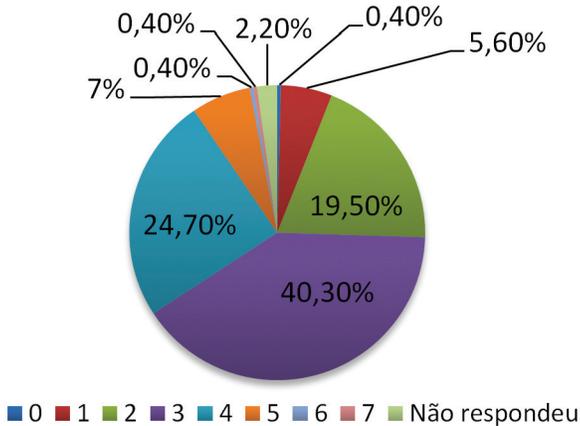


ILUSTRAÇÃO 12: AUTOPEERCEÇÃO DE CLASSE DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Com base nessas informações, comparei a renda familiar declarada pelo estudante com a percepção de renda do mesmo; entretanto, antes de continuar a análise, é importante destacar que, na tentativa de fazer a comparação entre a renda declarada e a percepção de classe, deparei-me com um problema metodológico sobre o estudo de dados catalogados em bases diferentes. O problema se deu pelo fato de ter, por um lado, uma relação de renda baseada em número de salários mínimos e, por outro lado, uma escala arbitrária. De todo modo, ainda que de forma imprecisa, a comparação da renda e da declaração desses bolsistas me ofereceu dados bastante curiosos, apresentados na sequência (Ilustração 13).

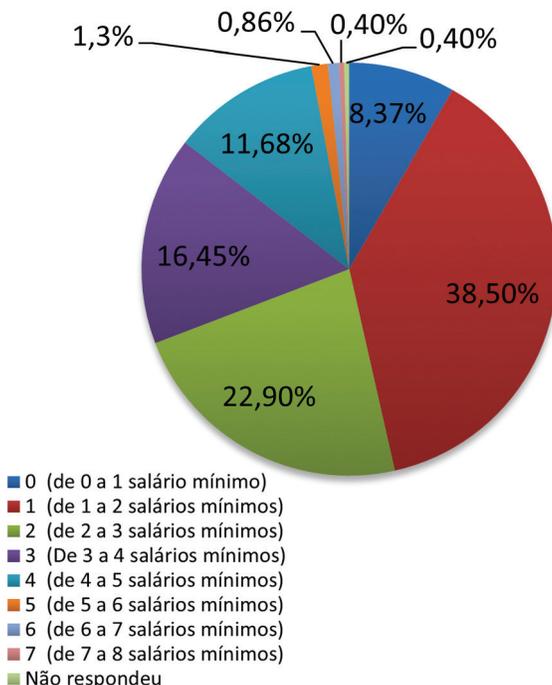


ILUSTRAÇÃO 13: ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO POR RENDA DECLARADA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A distribuição feita pela comparação das escalas mostra que há uma grande diferença entre a percepção de classe e o padrão de renda dos estudantes (Ilustração 14). A maioria dos estudantes se concentra na escala mais baixa de renda (46,87% na escala 0 e 1); no entanto, se percebe em uma escala intermediária (59,8% nas escalas 2 e 3). É curioso perceber que, em um Programa que visa dar oportunidades de acesso ao Ensino Superior aos jovens de baixa condição de renda, tão poucos tenham se declarado na escala de renda mais baixa. É claro que se deve levar em conta a fragilidade desse dado, uma vez que a comparação, como disse anteriormente, é arbitrária. Além disso, é preciso considerar também que, independente da renda familiar total

declarada pelo estudante, nenhum deles pode (ou deveria poder) ter renda acima de 1,5 salários mínimos *per capita*, cuja distribuição⁵⁹ eu apresento a seguir, de forma agrupada, possibilitando a observação dos estudantes pela renda *per capita* declarada.

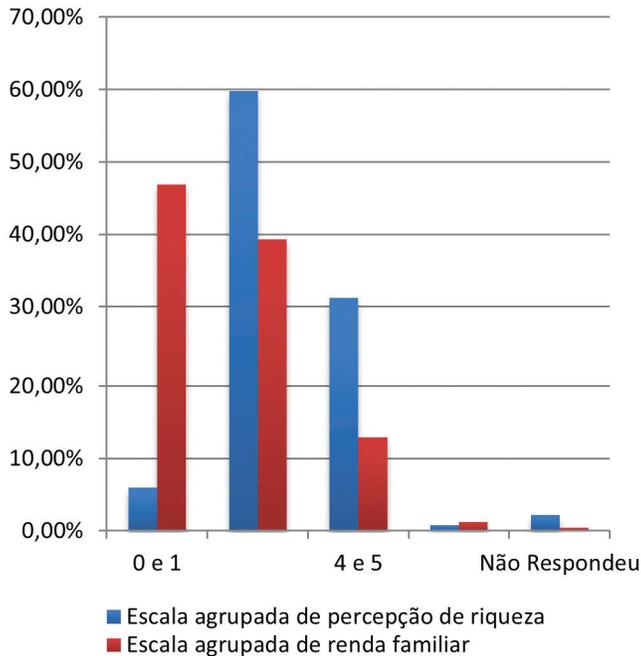


ILUSTRAÇÃO 14: COMPARAÇÃO ENTRE PERCEPÇÃO DE RIQUEZA E RENDA FAMILIAR DECLARADA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

O estudante médio do ProUni aparenta possuir condições de baixa renda, já que 45% destes vivem com menos de 0,5 salários mínimos *per capita*, e grande parte (36,8%) vive com até 1 salário mínimo *per capita*. Não houve estudantes que declararam ganhar acima de 1,5 salários mínimos *per capita* e 0,4 deles não declarou renda (Ilustração 15).

⁵⁹ Aproximada pelo ponto central no intervalo. (Assim, $a < x < b \Rightarrow x = (a+b)/2$)

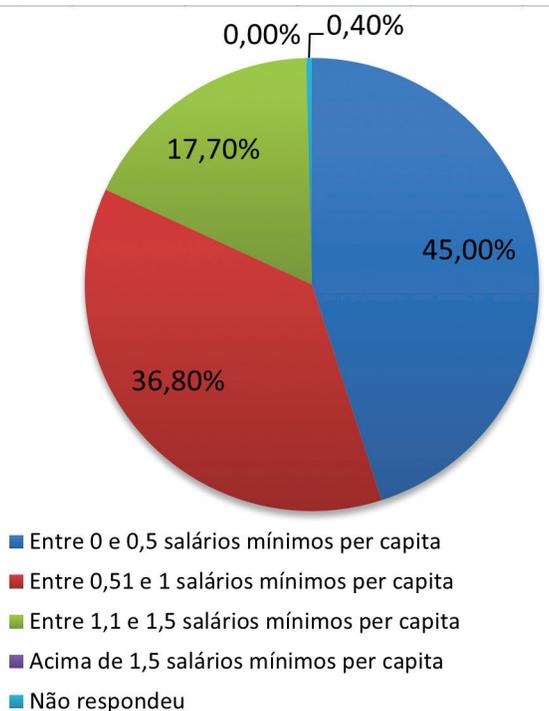


ILUSTRAÇÃO 15: DISTRIBUIÇÃO POR RENDA PER CAPITA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A alta concentração de estudantes com baixa renda traz à tona a lembrança da impossibilidade de pagamento de uma faculdade privada por parte desses estudantes. Como ilustração de tal fato, o Tribunal de Contas da União (2010) considera como gasto médio de uma vaga nas IES brasileiras algo em torno de 608,00⁶⁰ mensais. Partindo desse pressuposto e considerando a renda *per capita* calculada com base na declaração dos estudantes, 87,8% dos estudantes bolsistas observados que declararam renda não poderiam pagar mensalidades⁶¹ em cursos de

60 Equivalente a 1,19 salários mínimos. Considerando o salário mínimo em 510 R\$, valor corrente no momento da pesquisa (2009/2010).

61 Calculados com base no salário mínimo do momento da entrevista.

graduação. Dentre os demais, apenas 10,3% não teriam mais de 50% de sua renda *per capita* comprometida, e somente 34,49% teriam menos de 75% de sua renda comprometida. Observando em relação à renda familiar, 53,5% das famílias não teriam renda para pagar o valor médio de uma mensalidade no País.

Tais dados apontam duas perspectivas diferentes sobre os estudantes do ProUni. Primeiramente, mostram que dificilmente o estudante poderia custear sua mensalidade no Ensino Superior privado; por outro lado, indicam que esse estudante não tem a devida percepção desse fato. Ao sinalizar sua condição de classe majoritariamente acima da real, o estudante demonstra, mesmo que involuntariamente, não estar ciente de sua “real” condição, onde se colocar nesse patamar social é se colocar implicitamente em um patamar salarial acima do seu.

Conhecer a renda dos estudantes bolsistas me possibilitou aprofundar estudos sobre a sua realidade escolar; nesse sentido, pareceu-me fundamental entender o financiamento dos gastos escolares⁶² por parte do aluno bolsista do ProUni (Ilustração 16).

É importante deixar claro que tratamos de custos escolares de forma diferenciada dos custos de manutenção da residência do estudante. É possível, então, que um estudante ajude nas finanças de sua casa, mas precise trabalhar para conseguir recursos necessários ao financiamento dos custos de manutenção dos gastos escolares. Sobre o tema, é destacável que apenas uma pequena parte declarou não conseguir financiamento algum para os estudos (2,6%), e que a maior parte faz pequenos trabalhos para auxiliar nesses gastos (32,9%). É também

62 Apesar de terem sido apresentadas alternativas objetivas, o estudante teve também, nesta questão, a opção de acrescentar respostas. Diante disso, levei em consideração também as respostas escritas.

relevante lembrar que não se está analisando o gasto de sobrevivência desses estudantes, e sim os gastos exclusivos com a rotina escolar. Isso reforça a importância e a necessidade do financiamento estudantil no Ensino Superior brasileiro, já que os dados mostram ser imprescindível que haja uma renda extra para custear os estudos.



ILUSTRAÇÃO 16: PERCENTUAL DO TIPO DE FINANCIAMENTO DOS CUSTOS ESCOLARES DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO (EXCLUÍDA A MENSALIDADE). FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Diante da necessidade de financiamento dos gastos escolares, parece-me prudente observar se há grande diferença entre o aluno concluinte e o não concluinte no Ensino Superior. Aponto para essa necessidade por saber que há a possibilidade, com o avançar do curso

superior, de conseguir novas oportunidades no mercado de trabalho (Ilustração 17).

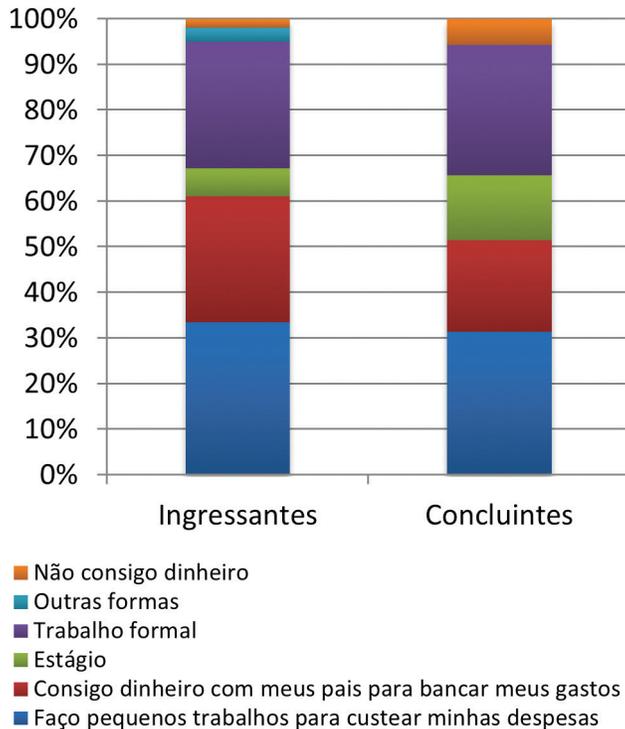


ILUSTRAÇÃO 17: PERCENTUAL DA RELAÇÃO DO TIPO DE FINANCIAMENTO DE GASTOS EXTRAS EM FUNÇÃO DO ESTÁGIO DE CONCLUSÃO DO CURSO DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO (EXCLUÍDA A MENSALIDADE). FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Há pouca variação entre os estágios de andamento do curso superior. Percebe-se uma natural migração da situação de dependência financeira para estagiário com o avançar do curso, o que, pela estrutura de seleção dos programas de estágio, faz bastante sentido, uma vez que é natural que o estudante que esteja concluindo o curso tenha tido mais oportunidades de estágio do que os demais. Isso tende a ocorrer pela exigência de nível mínimo de formação por algumas empresas e/ou

pela contratação de mão de obra barata. Dentre as outras categorias, ainda que a resposta “outras formas” apresentada entre os ingressantes tenha desaparecido nos concluintes (ampliando a resposta “não consigo dinheiro”, que passa a representar 5,7% destes), há um padrão de distribuição que, ainda que apenas intuitivamente, faz-me acreditar não haver grande diferença entre os períodos. Assim, estudantes que precisam trabalhar no início do curso, provavelmente também precisarão trabalhar no final dele.

Por entender que parte fundamental do financiamento se dá com gasto de material escolar, resolvi investigar como os estudantes conseguem seus materiais. Para tal análise, considerei como material escolar apenas os livros didáticos, deixando de lado outros materiais importantes. Sobre o dado apresentado (Ilustração 18), não se pode deixar de considerar que boa parte das cópias retiradas é feita de livros das bibliotecas, o que dimensiona ainda mais o impacto das bibliotecas na educação dos bolsistas pernambucanos — especialmente os de baixa renda. Há que se considerar que o preço médio de um livro didático é bastante elevado para o padrão de renda média dos estudantes bolsistas.

Ainda sobre os gastos de manutenção, a questão do transporte para as IES é também fundamental no processo de entender os custos atrelados ao Ensino Superior. A distância entre as IES e a residência do estudante pode ser um fator que venha a potencializar os índices de evasão, bem como um possível critério para a escolha da instituição onde estudar.

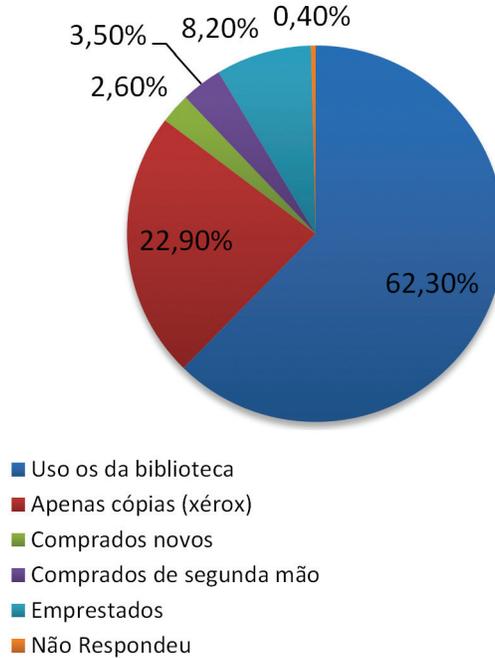


ILUSTRAÇÃO 18: PERCENTUAL EM RELAÇÃO A DORMA DE ADQUIRIR LIVROS ESCOLARES DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A maior parte dos estudantes (84%) afirmou não poder ir a pé às IES, enquanto apenas uma pequena parte (16%) afirmou que poderia (Ilustração 19). O que, considerando o perfil de renda dos estudantes do ProUni, poder ir a pé diariamente às IES significa, além de uma redução de custo diário com passagens, uma redução de gastos relevante com a alimentação. Vale lembrar que grande parte do dinheiro gasto por um estudante, seja o nível de estudo em que estiver, é decorrente de transporte e alimentação. Um estudante na Zona Metropolitana do Recife que gaste R\$ 3,00⁶³ de alimentação por dia, e que precise pegar apenas um ônibus com a tarifa mais barata possível⁶⁴ — ida e volta na passagem mais simples, cinco vezes por semana — gastará, durante um mês R\$ 98.

63 Valor arbitrário.

64 Como os estudantes pagavam (em 2010 e na cidade do Recife) meia passagem de Tarifa A, cujo valor era R\$1,85, a quantia gasta, por passagem, era R\$ 0,95.

Isso representa, aproximadamente, 13% (12,81%) do teto estipulado de renda (R\$ 765 ou 1,5 salário mínimo)⁶⁵ para ter acesso à bolsa integral do ProUni. Todavia, como 88% dos estudantes pernambucanos não poderiam ir a pé para às IES, fica evidente que o critério de distância não foi central no processo de escolha da instituição. Tal afirmação é reforçada quando observamos que, dentre os que podem ir a pé para as IES, apenas 51% o fazem. Dentre os que moram distante das IES, 78.9% utilizam ônibus; 10.8% usam do sistema integrado de transporte público; 5.4% usam automóvel próprio; 4.3% usam motocicleta; e 0.5% vão de bicicleta.

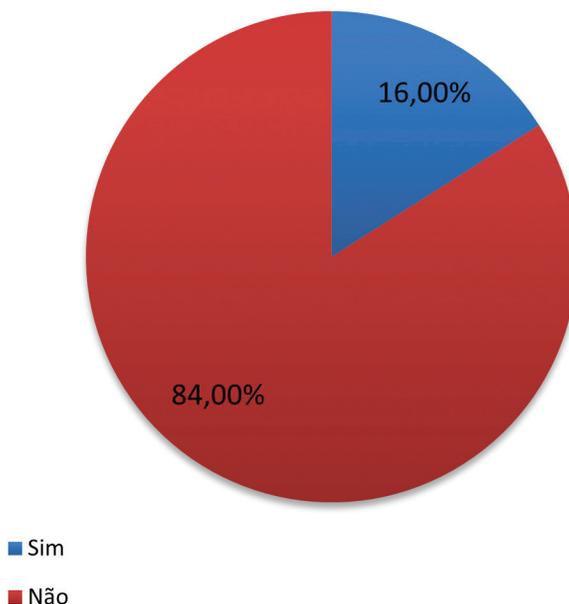


ILUSTRAÇÃO 19: PERCENTUAL POR DECLARAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE IR PARA SUA IES A PÉ DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO.
FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

65 Em valores de 2010.

A TRAJETÓRIA ESCOLAR DO BOLSISTA DO PROUNI EM PERNAMBUCO

Sabe-se que, no Brasil, o “gargalo” do Ensino Superior nem sempre é fácil de ser ultrapassado. A quantidade de estudantes que entram neste grau de ensino é absurdamente menor do que o número de candidatos. Por outro lado, o foco desta pesquisa se encontra em estudantes que passaram por esse processo de seleção e já se encontram no Ensino Superior. Assim, torna-se importante entender a história desses estudantes, identificar suas particularidades e tentar traçar o caminho feito por eles — especialmente por serem eles, ao menos em tese, “casos de sucesso”.

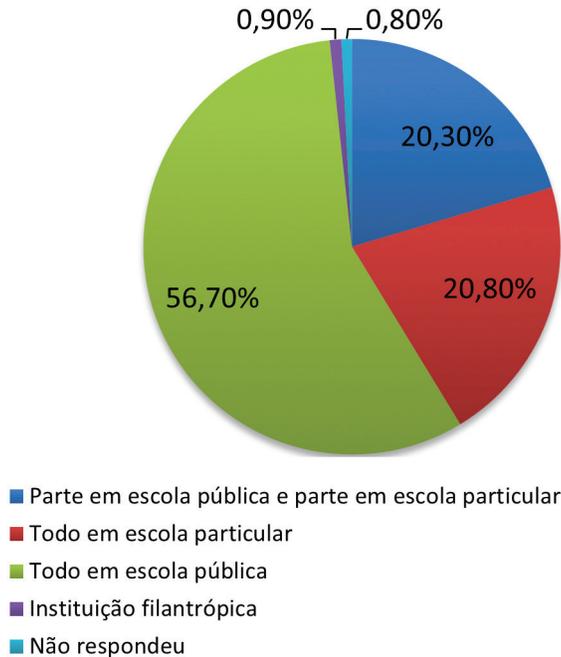


ILUSTRAÇÃO 20: PERCENTUAL POR TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO CURSADA NO PRIMEIRO GRAU (ENSINO FUNDAMENTAL) DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Quando comparado ao percentual de estudantes que declararam ter feito Ensino Médio em escola pública, temos um mapa interessante dos anos escolares dos estudantes. Por ser um dos critérios de elegibilidade ao ProUni, era de se esperar esse resultado tão expressivo de estudantes oriundos do Ensino Médio em escolas públicas. Por outro lado, um fator que chama atenção, quando comparamos as declarações de tipo de instituição de Ensino Médio com o tipo de instituição de Ensino Fundamental, é percebermos o número representativo de estudantes (quase 15%) que migrou do Ensino Fundamental privado para o Ensino Médio público (Ilustrações 20 e 21). Dos estudantes que declararam estudar em escolas públicas no Ensino Médio, 63,2% declararam ter estudado em escolas públicas no Ensino Fundamental. 14,2% declararam ter estudado em escola privada e migrado, posteriormente, para a escola pública.

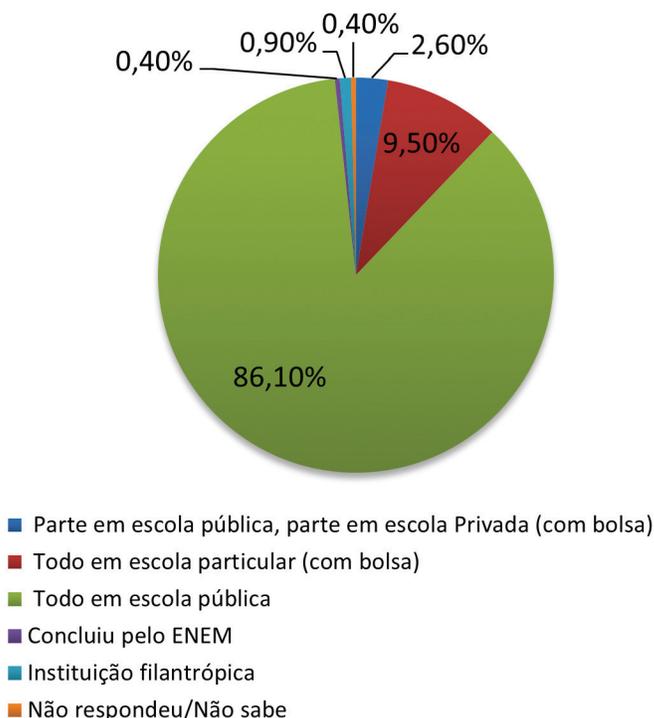


ILUSTRAÇÃO 21: PERCENTUAL POR TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO MÉDIO CURSADA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Voltando a apresentar dados referentes à trajetória escolar dos bolsistas, apresento abaixo a distribuição percentual de bolsistas por tipo de curso realizado no Ensino Médio (Ilustração 22).

A grande maioria dos estudantes (67,5%) declarou ter feito o curso de Estudos Gerais no Ensino Médio. Um percentual relevante (16,5%) afirmou ter feito curso profissionalizante; 10,4% afirmaram ter feito Magistério; 4,3% ter feito supletivo.

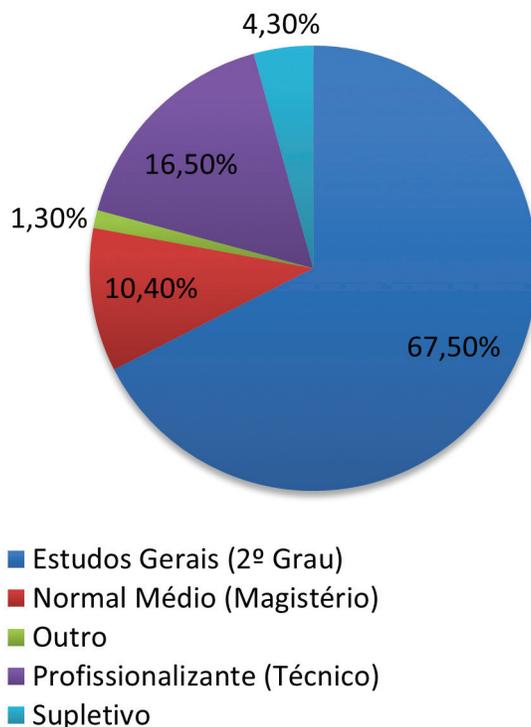


ILUSTRAÇÃO 22: PERCENTUAL POR TIPO DE CURSO REALIZADO NO SEGUNDO GRAU (ENSINO MÉDIO) DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Esses dados levaram-me a observar a escolha dos estudantes pelo curso de Ensino Superior. Com base nos dados da distribuição de estudantes por curso, comparei a opção de curso de Ensino Médio dos estudantes com sua opção de curso superior e, dos estudantes que declararam ter feito o curso normal médio, apenas 20% cursaram também Pedagogia na graduação. A maioria dos estudantes realizou o Ensino Médio em uma instituição de formação propedêutica, o que permite ao estudante migrar para qualquer tipo de área de formação.

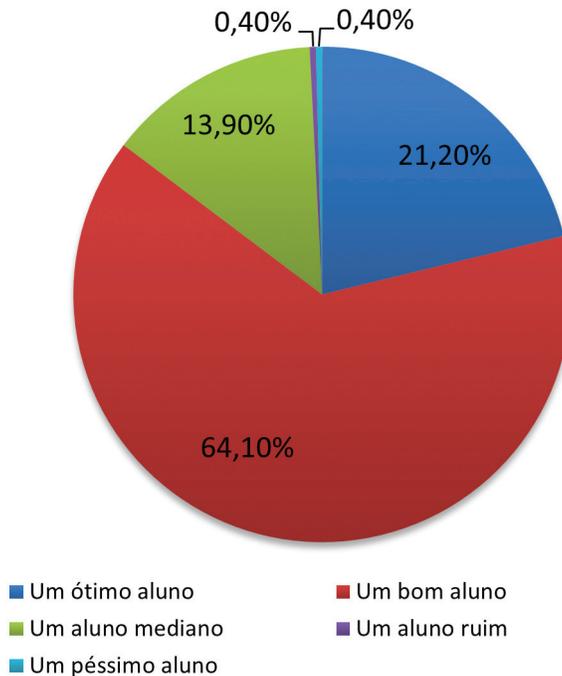


ILUSTRAÇÃO 23: PERCENTUAL POR AUTOPERCEPÇÃO DE DESEMPENHO ENQUANTO ESTUDANTE DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

De forma resumida, o estudante parece ter nos cursos de formação propedêutica a melhor forma de acesso ao Ensino Superior; basta, para isso, observar que há uma predominância evidente por esse tipo de instituição de ensino. Por outro lado, não se pode deixar de destacar a baixa oportunidade de escolha em relação aos outros tipos de cursos. De maneira geral, a maior parte da oferta na rede pública de ensino é de formação propedêutica, justificando os números anteriormente apresentados. Outro ponto importante que vem a colaborar com a maior quantidade de estudantes que decidem fazer cursos de formação propedêutica no Ensino Médio é a adaptação das provas de vestibular

a esse tipo de ensino. Em linhas gerais, ao adotar esse modelo de instituição, o estudante de Ensino Médio tem a certeza de que terá acesso a todo o conteúdo cobrado nas provas dos vestibulares, já que essas levam em conta a grade curricular de formação propedêutica.



ILUSTRAÇÃO 24: PERCENTUAL POR DECLARAÇÃO DE COMPETENCIA QUE MAIS FAVOREÇA O BOM DESEMPENHO NO AMBIENTE ACADÊMICO DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Além da necessidade de entender a trajetória desses estudantes no momento da entrada no ProUni, é interessante conhecer um pouco

mais o que eles consideram importante para um bom desempenho no Ensino Superior. Para isso, e como ferramenta de recorte inicial, perguntei aos estudantes como eles se avaliavam em relação ao seu desempenho acadêmico (Ilustração 23).

Os dados nos mostram que: 21,2% dos bolsistas se consideram ótimos estudantes; 64,1% se consideram bons estudantes; 13,9% se consideram estudantes medianos; e 0,8% dos bolsistas se consideram ruins ou péssimos. Ainda na tentativa de compreensão do comportamento e das percepções do estudante bolsista, busquei entender o que ele considera essencial para um bom desempenho acadêmico, ou seja, quais as ferramentas imprescindíveis para um bom desempenho no Ensino Superior (Ilustração 24).

Apenas 12,6% dos estudantes consideram que ter bagagem cultural é relevante; 81% acreditam ser predominantemente necessário o esforço no estudo; 4,3% afirmam ser relevante ter um bom relacionamento com os professores; e 1,7% acreditam não ser importante, desde que o estudante faça tudo o que é pedido pelos professores. Isso, por um lado, reforça a crença, por partes dos estudantes, de que é possível obter sucesso apenas com o esforço no Ensino Superior e, por outro, aponta uma possível descrença e tendência de desprezo de seu passado escolar e social, uma vez que a bagagem cultural se mostra irrelevante na opinião deles.

Focando um pouco na análise do impacto do histórico social e familiar no desempenho acadêmico dos estudantes, a aparente tendência ao desprezo do seu passado escolar e social se mostra como uma característica contrária a todo o caminho traçado por eles até o Ensino Superior. Se as condições adversas levaram os estudantes ao

Ensino Superior via ProUni, como poderiam considerar que essas condições não seriam relevantes para seu desempenho no Ensino Superior e conseqüentemente no mercado de trabalho? Buscando responder a essas perguntas, resolvi aprofundar um pouco mais esse ponto da pesquisa. Para isso, defini, sob a tutela das respostas dadas, uma escala de relevância do histórico familiar e cultural (tudo que o estudante tinha vivido antes de entrar no Ensino Superior) em relação a um melhor desempenho acadêmico e profissional do estudante. Em resumo, pedi que os estudantes colocassem em uma escala o quanto eles achavam relevantes os seus históricos familiar e social no desempenho acadêmico (Ilustração 25).

A maior parte (78%) dos estudantes bolsistas considera ser recuperável o déficit anterior (excluindo apenas aqueles que não o consideram recuperável e os que creem ser praticamente impossível uma recuperação). Isso reforça a crença de que, para esses estudantes, o Ensino Superior pode vir a ser capaz de “sanar” uma falha da formação acadêmica de muitos anos. Comparando com dados dos gráficos anteriores, dentre os que consideram que seria recuperável, 83,5% afirmaram que a melhor forma de ter êxito no Ensino Superior é com esforço nos estudos. Dentre esses, os que consideram irrelevante ou facilmente recuperável, 81% também dão aos esforços no estudo o crédito maior pelo bom desempenho acadêmico e profissional. Tal análise reforça a ideia de que seu passado é deixado de lado ao entrar no Ensino Superior, mas há a pendência de analisar se é deixado de lado apenas o histórico cultural ou também o histórico acadêmico. Ou seja, para esse estudante, a irrelevância em relação ao passado se dá em torno de seu histórico como um todo ou apenas o histórico social?

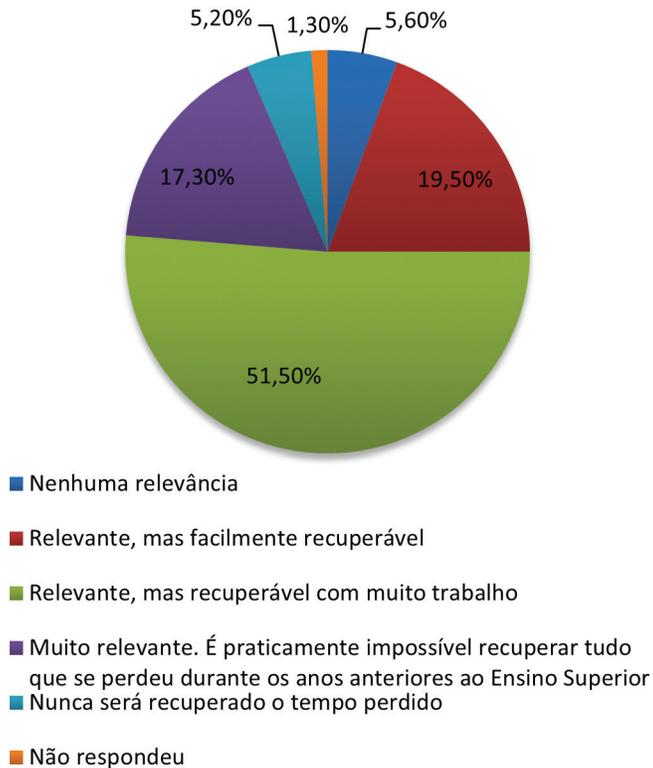


ILUSTRAÇÃO 25: DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES EM ESCALA DE RELEVÂNCIA DO HISTÓRICO FAMILIAR E SOCIAL PARA UM MELHOR DESEMPENHO ACADÊMICO DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Dessa forma, ao ser questionado sobre a capacidade do Ensino Superior em sanar as deficiências acumuladas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, 46% afirmaram que é possível saná-las, e 54% acreditam que não é. Por si só, esse resultado já é impactante, já que quase 50% dos estudantes acreditam que podem sanar toda uma formação básica malfeita em apenas um curso superior. Mas, é ainda mais interessante observar que, dentre os que afirmaram não ser possível

recuperar, 74,3% havia afirmado, quando questionamos acerca do déficit social, que era possível se recuperar no Ensino Superior, ou seja, apenas 25% desses estudantes acreditam não ser possível recuperar o déficit social e escolar ao mesmo tempo. Isso reforça a ideia de que, para o estudante, o “passado social” é recuperável, enquanto o escolar, não. Para esse estudante, as vivências extraescolares se apresentam como um segundo plano da educação, sendo o déficit recuperável com o ingresso no Ensino Superior. Para a maioria deles, o histórico familiar é pouco relevante no desempenho acadêmico e profissional, já o histórico escolar tem um peso um pouco maior.

O impacto desse resultado me lembra da importância de entender o processo de autoaceitação, e de aceitação por parte dos colegas e das IES, dos estudantes bolsistas do ProUni. É importante e necessário observar a relevância desses resultados, pois esses estudantes colocam “nas mãos” do Ensino Superior a responsabilidade por corrigir toda uma formação deficitária ao longo de, no mínimo, 12 anos escolares e 17 anos de vida.

COM QUEM VIVEM E COMO VIVEM? ⁶⁶

Entender a condição de moradia e vida dos estudantes bolsistas é entender parte de suas necessidades cotidianas, por isso resolvi apresentar a distribuição dos bolsistas levando em consideração a sua moradia (Ilustração 26) — englobando referências à sua residência e ao histórico escolar de seus pais.

⁶⁶ É fundamental destacar que alguns dados encontrados nos questionários não foram apresentados neste livro — por exemplo, dados referentes à quantidade de quartos da casa. Decidi por não apresentá-los não por considerá-los menos relevantes, e sim por ter dado prioridade a uma linha de raciocínio lógico que muitas vezes não me permitia sua inclusão. Deixo isto claro, pois, como disponibilizo o banco de dados junto ao livro, fica a critério do leitor/pesquisador, que se interessar pelo tema, aprofundar-se nesses dados.

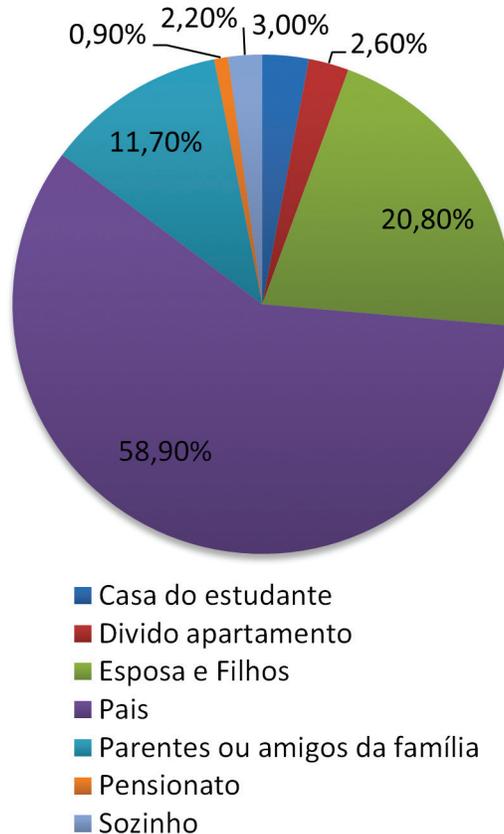


ILUSTRAÇÃO 26: PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MORADIA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A maior parte dos estudantes bolsistas vive com seus pais (58,9%), e uma parte significativa mora com parentes (11,7%), o que dá um primeiro indício de que são também dependentes de seus pais. Tentando conhecer detalhes que circundam a vida desses estudantes, busquei aprofundar o entendimento sobre sua responsabilidade financeira em casa⁶⁷, pois entender isso pode significar entender ainda

⁶⁷ É importante destacar que os dados apontados na ilustração dizem respeito à responsabilidade sobre as finanças da casa são relativos ao custo de vida do estudante, o que o torna diferente do gráfico apontado na seção anterior, onde destaquei os custos apenas com os gastos escolares.

mais o mecanismo de manutenção financeira de sua vida, já que, como apontei anteriormente, a maior parte deles ainda vive com os pais.



ILUSTRAÇÃO 27: PERCENTUAL EM RELAÇÃO A RESPONSABILIDADE SOBRE AS FINANÇAS DA PRÓPRIA CASA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A ilustração acima agrupa dados extremamente curiosos sobre o perfil dos estudantes, principalmente quando comparado com a ilustração anterior. Se havia observado que a maioria desses estudantes vive com seus pais, agora percebo que a maioria afirma ter participação na renda familiar, e apenas 34,2% deles afirmam depender totalmente de outras pessoas (Ilustração 27). Ou seja, a maioria dos estudantes

bolsistas em Pernambuco afirmou ajudar nas contas da casa, o que é um dado extremamente contundente, já que, mesmo morando com os pais, os estudantes contribuem para as contas de casa. Por outro lado, os mesmos dados reforçam a dependência dos pais, pois, dos que afirmaram morar com os pais, apenas 5,8% também afirmaram ser responsáveis pela renda familiar, ou seja, tais dados apontam que estudantes buscam meios de conseguir ajudar financeiramente em casa; no entanto, sem ajuda financeira dos pais, a maioria não conseguiria se manter, reforçando o papel central da família no percurso de escolarização dos estudantes.

Tais dados me levaram a observar se o grau de andamento do curso poderia ter influência na participação na renda familiar pelos estudantes. Para isso, recorri ao gráfico que mostra a distribuição dos estudantes por estágio de andamento do curso (Ilustração 28).

É interessante e, de certa forma, chocante observar que há uma pequena diferença na participação do estudante na renda familiar com o estágio de andamento do curso superior. O percentual de estudantes totalmente dependentes de terceiros é, como era de se esperar, menor entre os concluintes; entretanto, é bastante curioso que haja maior concentração de responsável pela residência entre os não concluintes. Era de se esperar que os estudantes na fase final do curso tivessem maior responsabilidade sobre as finanças da casa, o que, aparentemente, não se verifica no estudo em questão. Esse dado é impactante, pois ajuda a desconstruir a imagem de que, ao avançar no curso superior, o estudante teria maior participação na renda familiar, e isso me deu uma interessante dimensão da importância dos pais na vida dos estudantes. Seja pelo custeio dos gastos escolares, seja pela moradia, eles se

mostraram fundamentais na trajetória escolar do Ensino Superior dos estudantes bolsistas do ProUni. Como forma de melhor entender seu perfil, detalharei o histórico escolar e familiar dos estudantes e de seus pais na próxima seção.

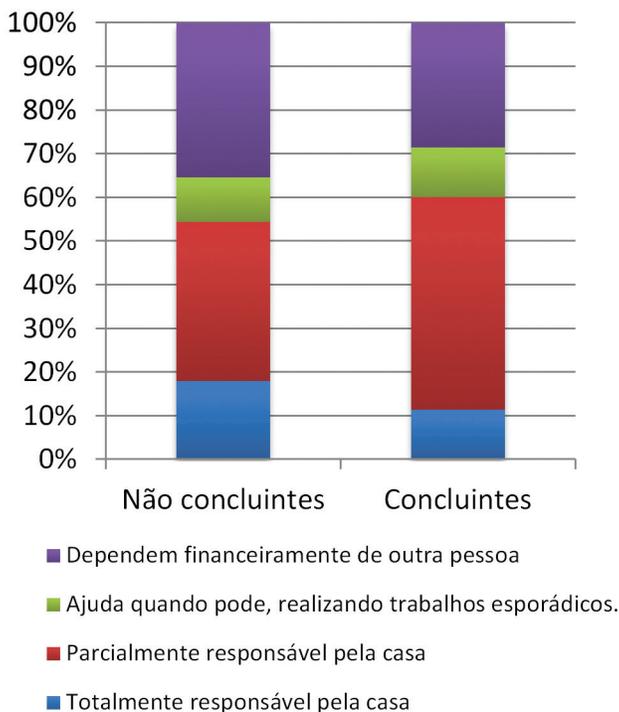


ILUSTRAÇÃO 28: PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO DO CURSO DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

QUEM SÃO E QUAL É A TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS PAIS DOS ESTUDANTES?

De início, pretendo trazer a tona o debate em torno do perfil dos pais dos estudantes bolsistas (Ilustração 29). Para tal, apresentarei

algumas características sociais e educacionais desses pais e mães. Esse, provavelmente, foi um dos tópicos que mais me chamou atenção em uma primeira leitura. Se por esse ponto de vista a análise dos dados já assusta bastante, quando cruzei as duas variáveis (pai e mãe), os resultados se agravam — apenas 1,7% dos pais dos estudantes bolsistas têm curso superior. Só para dimensionar, 3,03% deles têm pais e mães analfabetos. Além disso, aproximadamente 35,9% dos estudantes têm pai e mãe com, no máximo, o Ensino Fundamental completo, e aproximadamente 20,3% dos pais não têm nem o fundamental.

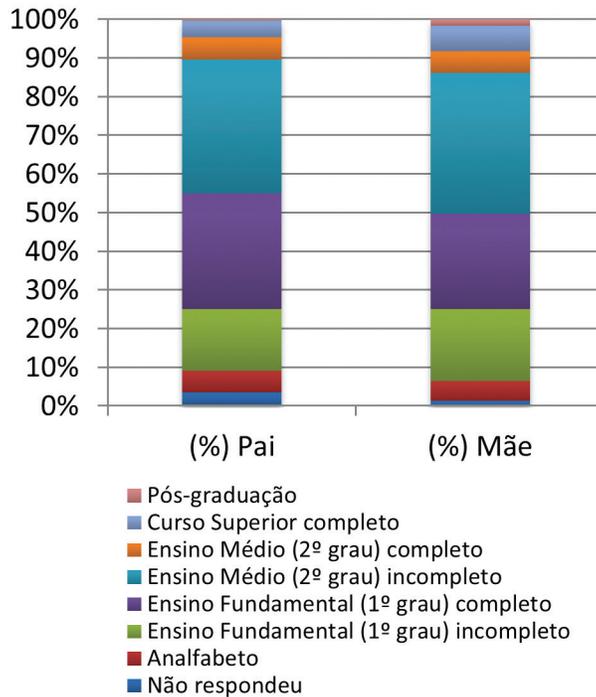


ILUSTRAÇÃO 29: SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS PAIS DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

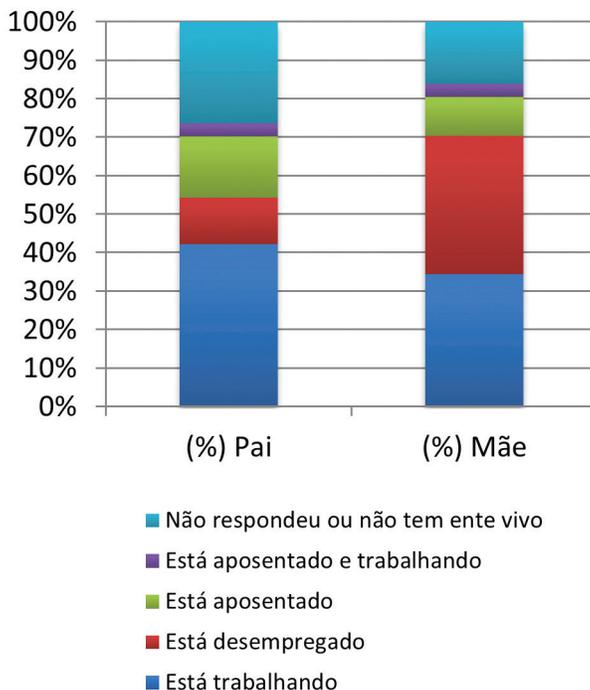


ILUSTRAÇÃO 30: GRAU DE INSTRUÇÃO FORMAL DOS PAIS DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Partindo desses dados, principalmente do último, observa-se a relevância do ProUni como porta de entrada para muitas famílias no Ensino Superior. A maioria (86,3%) dos pais e mães que cursaram o Ensino Médio não chegou a concluir essa fase de ensino. Quando observado pela intersecção de pais e mães, menos de 2% dessa população teve acesso a um curso superior, o que indica que os bolsistas fazem parte, para a grande maioria, da primeira geração da família que ingressa no Ensino Superior.

Retomando a “percepção de riqueza” declarada pelos estudantes, observei se o grau de instrução dos pais tem relação com a percepção

de riqueza dos filhos, pois me parece extremamente importante poder discutir a relevância dessa distribuição dos pais dos estudantes pela situação de emprego, desemprego, etc. e, assim, perceber a relevância do Ensino Superior no imaginário desses estudantes.

A maior parte dos pais (57%) se encontra trabalhando, e apenas 17% deles estão desempregados (Ilustração 30). O alto número de mães desempregadas indicou a necessidade de trabalhar um pouco mais os dados. Observando-os em comparação com o grau de formação dos pais e das mães, tem-se uma perspectiva bastante interessante do papel do Ensino Superior na vida desses profissionais.

		(%) Mãe	(%) Pai
Analfabeto	Trabalhando	15,4%	7,7%
	Desempregado(a)	23,1%	30,8%
	Aposentado(a)	15,4%	15,4%
	Outro	46,2%	46,2%
	Total	100%	100%
Ensino Fundamental (1º Grau) completo	Trabalhando	13,5%	21,6%
	Desempregado(a)	40,5%	13,5%
	Aposentado(a)	16,2%	18,9%
	Aposentado(a) e trabalhando	2,7%	5,4%
	Outro	27,0%	40,5%
	Total	100%	100%
Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto	Trabalhando	31,9%	40,6%
	Desempregado(a)	39,1%	11,6%
	Aposentado(a)	13,0%	17,4%
	Aposentado(a) e trabalhando	4,3%	1,4%
	Outro	11,6%	26,1%
	Não respondeu	-	2,9%
	Total	100%	100%

Ensino Médio (2º Grau) completo	Trabalhando	43,8%	52,5%
	Desempregado(a)	35,0%	11,3%
	Aposentado(a)	6,3%	13,8%
	Aposentado(a) e trabalhando	2,5%	5,0%
	Outro	11,3%	17,5%
	Não respondeu	1,3%	-
	Total	100%	100%
Ensino Médio (2º Grau) incompleto	Trabalhando	61,5%	61,5%
	Desempregado(a)	23,1%	7,7%
	Aposentado(a)	7,7%	15,4%
	Aposentado(a) e trabalhando	-	7,7%
	Outro	7,7%	7,7%
	Total	100%	100%
	Curso Superior Completo	Trabalhando	50,0%
Desempregado(a)		40,0%	-
Aposentado(a)		-	20%
Outro		10,0%	-
Total		100%	100%
Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado)	Trabalhando	100%	100%
Não Respondeu	Trabalhando	12,5%	-
	Desempregado(a)	37,5%	12,5%
	Aposentado(a) e trabalhando	25,0%	-
	Outro	25,0%	75%
	Não respondeu	-	12,5%
	Total	100%	100%

TABELA 4: SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS PAIS DOS ESTUDANTES BOLSISTAS E TEMPO DE ESTUDO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO

A observação dos dados anteriores me deu duas possíveis perspectivas. Percebi que 67% dos pais desempregados e 51,6% das mães desempregadas não completaram o Ensino Médio. Por outro lado, 51,5% dos pais empregados e 42% das mães empregadas também não

completaram esse nível de ensino. Ou seja, é próximo o percentual de homens e mulheres desempregados, independentemente de seu grau de estudo.

Apesar da pequena quantidade de respondentes com curso superior, resolvi destacar que 90% das mulheres que fizeram curso superior estão empregadas/aposentadas; para os homens, esse número chega a 100%, ou seja, todos os homens que fizeram curso superior estão empregados/aposentados. Quanto aos que cursaram o Ensino Médio, 13,6% dos homens e 41% das mulheres estão desempregados.

Dando continuidade ao mapa dos bolsistas no Estado de Pernambuco, apresento a seguir dados que possam esclarecer a perspectiva dos estudantes bolsistas sobre seu futuro profissional, qual foi a trajetória escolar adotada por eles e qual o impacto dessa trajetória em sua vida. Busquei apresentar melhor o caminho traçado pelos estudantes bolsistas até o Ensino Superior, destacando o que consideram fundamental para um bom desempenho acadêmico e apontando as percepções dos bolsistas sobre o ProUni e sobre ser estudante do ProUni.

O QUE ELES PENSAM E QUEREM PARA SEU FUTURO?

Considero fundamental entender a percepção dos estudantes quanto à importância do curso superior; para isso, agrupei, em uma escala de zero a quatro, a posição dos estudantes quanto à importância do Ensino Superior para uma melhor qualidade de vida (Ilustração 31). Antes de qualquer coisa, é relevante e necessário apontar que 14% dos estudantes consideram que um curso superior é irrelevante

ou mesmo que, sem ele, é possível conseguir um bom emprego. Isso me deu um número interessante de estudantes que fizeram um curso sem acreditar que isso signifique necessariamente uma vantagem no mercado de trabalho. Porém, é impossível não destacar que a maior parte dos estudantes acredita que o Ensino Superior está associado a melhores oportunidades profissionais. Isso me levou a discutir que tipos de oportunidades são essas, tentando entender o que os estudantes esperam⁶⁸ do Ensino Superior. Nesse sentido, a ilustração 32 agrupa as expectativas dos estudantes quanto ao Ensino Superior.

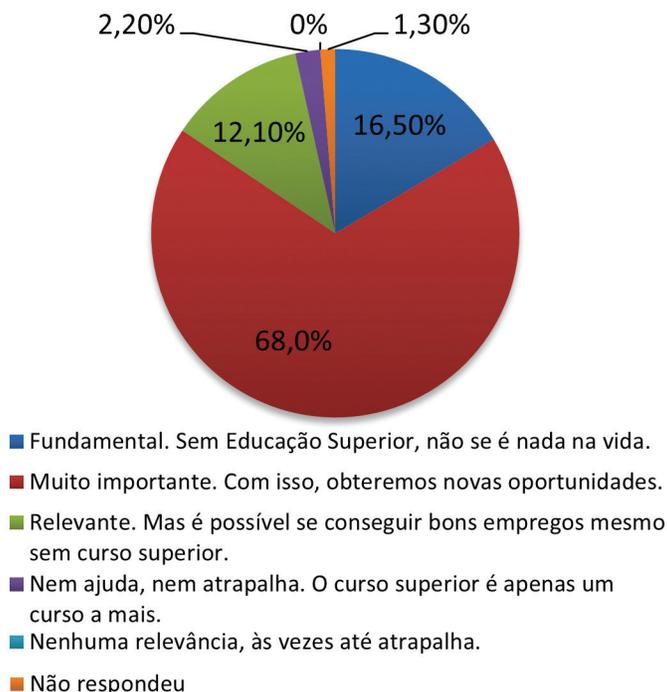


ILUSTRAÇÃO 31: DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES EM ESCALA DE RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

⁶⁸ Foi dada a opção de acrescentar novas razões além das marcadas originalmente no questionário.

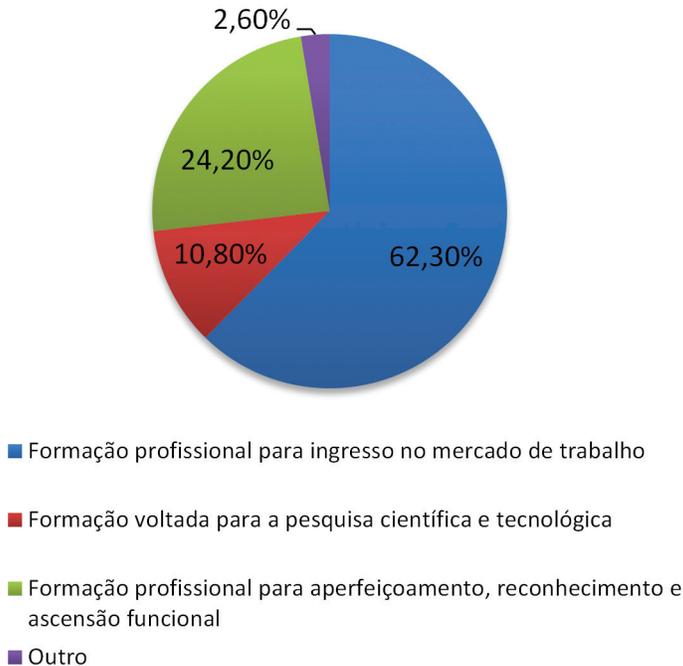


ILUSTRAÇÃO 32: PERCENTUAL PORE EXPECTATIVA DO CURSO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Essa análise dá dimensão da percepção dos estudantes acerca do Ensino Superior. Apenas 36% dos estudantes não consideram que a formação deve estar unicamente associada ao mercado de trabalho. Desse modo, a formação superior voltada para o mercado aparenta ser o foco da maioria dos estudantes, o que me forçou a analisar qual seria a expectativa profissional deles. Posteriormente, levou-me a tentar entender qual a razão da escolha de um curso superior dentre os muitos cursos de graduação possíveis.

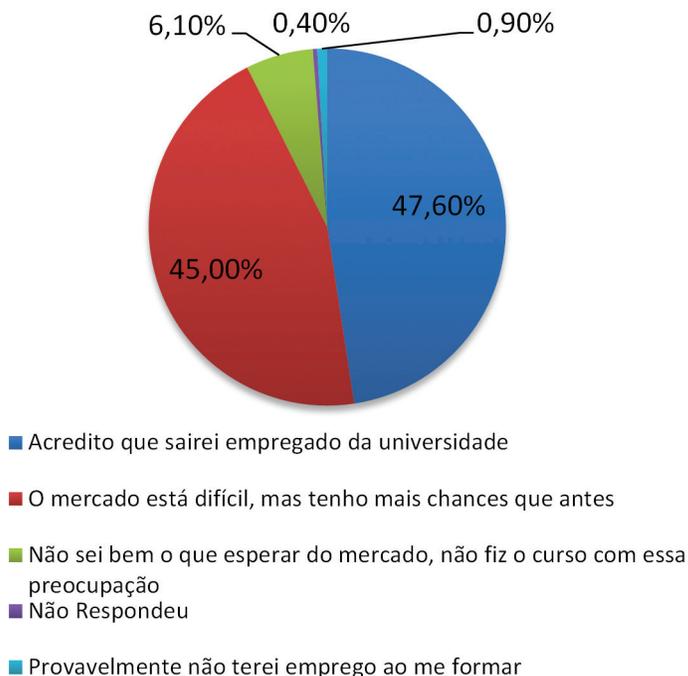


ILUSTRAÇÃO 33: PERCENTUAL POR EXPECTATIVA PROFISSIONAL PÓS CURSO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Tais resultados tornam nítida a percepção de que a esperança de capacitação para o mercado é o grande impulsionador da entrada do estudante no Ensino Superior, já que aproximadamente 48% deles acreditam que, ao concluir o curso, estarão empregados (ilustração 33). Resta-me, então, discutir a existência da preferência por um curso superior de acordo com o mercado de trabalho. Para isso, é necessário considerar que há possibilidade, por conta do Programa, de o estudante não estar no curso que desejava inicialmente. O sistema de seleção do ProUni abre margem para mudanças de candidatura do estudante de acordo com sua possibilidade de aprovação para a vaga preterida. Ele

permite que o estudante saiba a sua posição⁶⁹ nos cursos escolhidos no momento da inscrição. Assim, um estudante que percebe não ter chance de classificação no curso desejado pode mudar de opção. O estudante aponta cinco⁷⁰ opções de curso e pode modificá-las enquanto estiver aberta a inscrição no Programa. O resultado disso é que, muitas vezes, o estudante pode vir a “ter condição” de concorrer em apenas parte dos cursos e das IES, não cabendo a ele a opção de escolha de qualquer curso.



ILUSTRAÇÃO 34: PERCENTUAL POR SITUAÇÃO DE ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

⁶⁹ O estudante pode digitar sua nota no Enem, recebendo automaticamente a posição para aquela opção de entrada.

⁷⁰ A partir de 2012, passou a escolher duas.

Metade dos estudantes afirmou estar em sua primeira opção de curso superior, fato que remete a outro dado impactante: A outra metade dos estudantes não estava no curso que desejava inicialmente (Ilustração 34). Com o intuito de entender os estudantes que estavam em um curso que não desejavam, resolvi comparar tais dados com **a expectativa dos estudantes por seu curso superior**: dentre os estudantes que afirmaram ter feito o curso que pretendiam, 67% afirmaram ter entrado no Ensino Superior esperando uma formação unicamente voltada para o mercado; e entre os que afirmaram fazer o segundo ou terceiro curso de escolha, 59% afirmam a mesma coisa.

Observando esses dados em comparação com a **expectativa futura dos estudantes em relação ao mercado**: entre os estudantes que declararam ter feito o curso que pretendiam, 55% acreditam que sairão empregados, e 37% acreditam que sairão em vantagem de mercado. Entre os que estão cursando sua segunda ou terceira opção, 41% acreditam sair empregados do Ensino Superior, e 52% acreditam sair em vantagem de mercado. Por outro lado, dentre os que afirmaram fazer o curso por ser a única vaga disponível, apenas 25% consideram-se empregados ao final do curso. Isso aponta uma provável escolha do curso superior em função de fatores fortemente ligados ao mercado de trabalho. Tanto estudantes que fizeram seus cursos desejados quanto os que precisaram mudar de opção o fizeram acreditando que sairão empregados do Ensino Superior e, além disso, desejando encontrar, no Ensino Superior, uma formação voltada para o mercado de trabalho.

Um fato interessante se dá pela possibilidade de a escolha inicial do curso ser pautada na oportunidade no mercado de trabalho, ou seja, a possibilidade de o estudante não escolher seu curso por vocação ou

vontade, e sim por possibilidade maior de emprego. Isso me levou a aprofundar a análise acerca dos reais motivos que levaram os estudantes a escolher um curso superior em detrimento de outros.

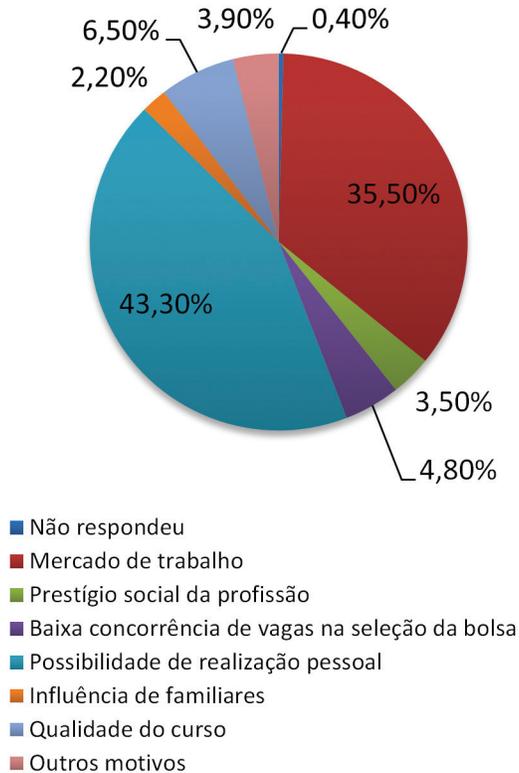


ILUSTRAÇÃO 35: PERCENTUAL POR MOTIVAÇÃO DE ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Há grande predomínio de estudantes (43,3%) interessados na possibilidade de realização pessoal, seguidos por 36% que buscam unicamente um curso superior voltado ao mercado de trabalho (Ilustração 35). Ainda tentando entender as razões que levam os estudantes a optar por seu curso superior, pareceu-me interessante observar a possibilidade

de estudar em um curso que sempre quis e compará-la com a razão pela qual escolheu seu curso.



ILUSTRAÇÃO 36: PERCENTUAL POR SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À ESCOLHA DAS IES PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Na comparação dos dados, pode observar que a **possibilidade de escolha do curso superior** está diretamente ligada à busca da realização pessoal, já que 68,5% dos estudantes que entraram no curso que sempre quiseram alegaram tê-lo escolhido por esse motivo. Dos estudantes que declararam estar em cursos que não eram sua primeira opção, 58,5% afirmaram fazê-lo pelo mercado de trabalho. Ou seja, a maior parte dos estudantes que não está no curso desejado está em um curso profissionalmente promissor, enquanto a maior parte dos que

afirmam estar no curso que desejam o fizeram por realização pessoal, e não apenas pelo mercado de trabalho. Percebe-se a tendência de correspondência entre a impossibilidade de escolha de seu curso e a escolha pelo curso mais promissor.

Desse modo, pareceu-me prudente analisar a satisfação desses estudantes em relação à escolha de sua instituição de ensino. 53,2% dos estudantes⁷¹ estão satisfeitos com suas IES (Ilustração36), mesmo tendo plena consciência de que ela não é a melhor em sua área de atuação, e 44,2% acreditam estar na melhor instituição possível. Repetindo a comparação que fiz anteriormente e observando tais dados pela **possibilidade de escolha ou não do curso** pelos estudantes, percebe-se que: dos que estão plenamente satisfeitos com sua instituição, 57,4% estão em sua primeira opção de curso; e, entre os que não estão plenamente satisfeitos, 53,6% não estão em sua primeira opção de curso.

Agora, analisando esses dados em função da **razão alegada pela escolha do curso**: 53,2% dos que declararam busca de realização pessoal como justificativa pela escolha do curso também consideraram estar na melhor instituição possível; e 57,3% dos que declararam estar unicamente interessados no mercado de trabalho, consideraram que não estão estudando na melhor instituição possível. Lembrando que 50% dos estudantes do ProUni não cursam o curso desejado, apresento nova análise do processo de seleção em si, buscando entender o mecanismo de seleção e o que os levou a optar pelo ProUni. Assim sendo, perguntei-lhes sobre a quantidade de vestibulares prestados antes de entrar no Ensino Superior via ProUni.

71 Foi dada aos estudantes a opção de resposta: a exclusividade do curso (esse curso só existe na minha instituição), porém não houve estudantes que optaram por essa resposta.

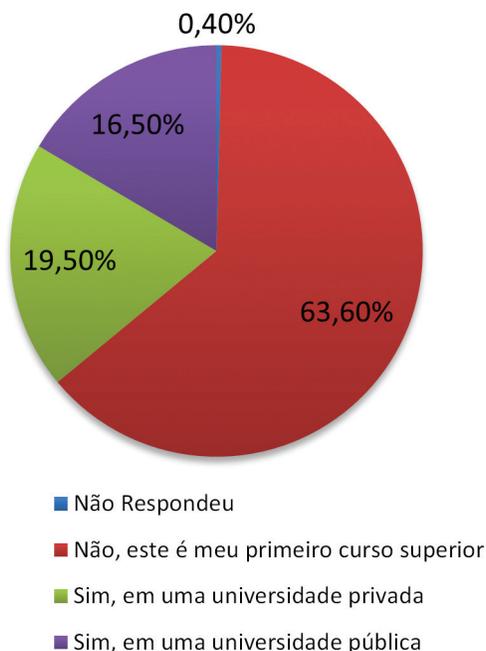


ILUSTRAÇÃO 37: PERCENTUAL POR APROVAÇÃO EM VESTIBULARES ANTERIORES À APROVAÇÃO PELO PROUNI DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A maior parte (62%) dos estudantes nunca havia sido aprovada em um vestibular, e 21% afirmaram terem sido aprovados em uma instituição privada (Ilustração 37). Porém, antes de seguir com a análise, é necessário dar destaque a uma falha metodológica do questionário: ao perguntar aos estudantes sobre ter sido aprovado anteriormente, subsequentemente havia a pergunta sobre qual seria o motivo da sua desistência, caso houvesse sido aprovado em uma instituição privada. Isso fez com que parte dos estudantes que foram aprovados nas IES públicas não respondesse ao segundo questionamento. Dessa forma, parte significativa da amostra ficou sem resposta para essa questão, e não poderei especificar as razões da desistência do estudante das IES pública.

Considerando essa falha metodológica e analisando as justificativas dadas pelos estudantes que desistiram do Ensino Superior anteriormente, é destacável que, **entre os estudantes que haviam sido aprovados numa instituição privada**, 54% afirmaram que não puderam pagar; 31% fizeram o curso até serem aprovados no ProUni; 11% afirmaram que não tinham gostado do curso; 2% garantiram que sua instituição não era aprovada pelo MEC; e 2 % afirmaram ter concluído um curso superior anteriormente. Esse é o último ponto importante a ser destacado, já que um dos critérios de elegibilidade ao Programa é não ter formação superior. Essa alegação propõe uma fraude e uma prova de falha no sistema de controle. Ademais, os dados mostram que a maior parte dos estudantes anteriormente aprovados nas IES privadas não pôde pagá-las. Infelizmente, isso não responde ao questionamento em torno das reais razões da desistência das IES públicas, mas dá uma interessante dimensão do impacto das mensalidades nos índices de desistência nas IES privadas, visto que a maior parte dos estudantes afirmou não poder pagar as mensalidades ao ser aprovado anteriormente.

Quando observamos esses dados em comparação com a **escolha do curso superior**, temos o seguinte: dos estudantes que afirmaram estar no primeiro curso superior, 50% afirmaram estar no curso que sempre quiseram; 40% estavam na segunda opção, e 10% estavam no único curso em que conseguiram ser aprovados. Observando os que afirmaram já terem sido aprovados nas IES privadas, 45% estavam no curso que sempre desejaram; 40% estavam no segundo ou terceiro curso de escolha; 15% estavam ou num curso que nunca quiseram (ou pretendiam mudar de curso). Entre os que foram aprovados nas IES privadas e desistiram, 52% dos estudantes afirmaram estar no curso que queriam; 42% estavam no segundo ou terceiro curso que desejavam;

e 6% ou não estavam no curso que queriam, ou pretendiam mudar de curso.

O interessante dessa análise é observar que há um padrão de distribuição entre aprovados e não aprovados anteriormente, quando observamos sob o prisma de **estar ou não no curso desejado**. Há uma distribuição equivalente dos dados anteriores, restando saber se há diferenças nas razões alegadas pela desistência do curso previamente aprovado. Para isso, observei, entre os que declararam já terem desistido de um curso superior, as razões alegadas. Como afirmei anteriormente, a falha metodológica do questionário aplicado me impede de aprofundar as razões pela desistência das IES pública. Assim, farei apenas a análise em relação às IES privadas.

Dentre os que desistiram por não poderem pagar seu curso superior nas IES privadas, 37% estavam no curso que desejavam; 50% estavam na segunda ou na terceira opção de curso; e 13% estavam em um curso que não desejavam, ou seja, entre os estudantes que mudaram de curso por não ter condições financeiras de pagar a mensalidade, a maior parte não estava no curso que desejaria estar. Resultado diferente do encontrado entre os que nunca haviam desistido de um curso superior, pois 75% dos que mudaram de curso por não gostar do que estavam fazendo passaram a fazer o curso que sempre sonhou pelo ProUni.

Infelizmente, não pude fazer uma análise melhor em torno das razões da desistência de estudantes previamente aprovados nas IES públicas. Por outro lado, tive uma interessante dimensão do impacto das mensalidades nos índices de desistência nas IES privadas. A maioria dos estudantes afirmou não poder pagar as mensalidades ao ser aprovado anteriormente, e, mais, a maioria dos que desistiram das IES

privadas por não poderem pagar terminaram por fazer um curso que não desejavam via ProUni.

A análise dos resultados anteriores mostra que a escolha do curso pode ser muito influenciada pela empregabilidade, e a opção por realização pessoal fica praticamente restrita aos que puderam escolher livremente seu curso. A escolha pela expectativa profissional levou, na maioria dos casos, o estudante a escolher pelo futuro profissionalmente mais promissor, mesmo que esse não fosse sua primeira opção de estudo.

A motivação de escolha do curso superior unicamente voltado ao mercado por boa parte dos estudantes somada à impossibilidade de escolha do curso por 50% dos estudantes traz consigo a possibilidade do surgimento de profissionais que fogem de um padrão conhecido até então. Se por um lado sempre houve essa impossibilidade de escolha livre pelo crivo do vestibular; por outro, não havia uma política pública que impulsionasse tanto o ingresso do estudante no Ensino Superior.

O real impacto do Programa deve ser sentido nos próximos anos, mas, de qualquer forma, podemos prever que a inclusão de estudantes que não pretendiam cursar seus respectivos cursos e, no entanto, optaram por fazê-lo com propósitos meramente econômicos pode ser umas das mais fortes características desses futuros profissionais. Parafraseando o ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, “pela primeira vez na história do Brasil” teremos um grande contingente de profissionais oriundos das classes populares com formação superior unicamente voltada ao mercado de trabalho. Esses estudantes passaram a escolher seu curso independentemente do custo atrelado à sua escolha. Ou seja, pela primeira vez, a escolha do curso deixa de depender de seu custo médio e passa a depender principalmente de vantagens futuras no

mercado de trabalho e da concorrência pelo financiamento da vaga via ProUni.

O Programa pode gerar um novo tipo de formação profissional. É relevante lembrar que um dos critérios de elegibilidade ao ProUni é não ter curso superior. Ou seja, não existe a opção de o estudante concluir um curso pouco rentável, ou por ideologia, com a ideia de cursar outro posteriormente. Assim, a opção de ter o curso superior financiado pode ser única, ficando acima da escolha por vocação ou por “curiosidade”. A escolha entre ter financiado um curso “rentável” ou um curso por vocação deve ser amenizada pela impossibilidade de uma “segunda chance”, ou seja, o estudante que concluir um curso superior só poderá fazer outro se o custear. Isso pressiona para que a escolha pelo curso rentável seja feita.

É importante deixar claro que não estou afirmando ou fazendo qualquer projeção nesse sentido. Apenas observo que, com base nos números disponíveis, há possibilidade de uma nova perspectiva de estudante matriculado no Ensino Superior brasileiro. E, conseqüentemente, uma nova perspectiva de profissional no mercado.

Aliados à baixa formação dos pais desses estudantes, tais dados remetem à necessidade de apontar um possível reforço nessa mudança de percepção das camadas populares em relação ao Ensino Superior. Se antes era inacessível, hoje passou a ser acessível. E mais, se o Ensino Superior antes era uma opção exclusiva de determinados segmentos da sociedade, deixou de sê-lo. O ProUni se apresenta como uma nova possibilidade de ascensão financeira para outras classes sociais, já que, até então, a possibilidade de acesso ao Ensino Superior pelas famílias desses estudantes era impossibilitada. Por outro lado, passa também a

formar um novo tipo de estudante e de profissional no mercado, que precisa ser mais detalhadamente observado. Assim, se torna importante entender os impactos do Programa na vida social desses estudantes e sobre o ponto de vista deles em relação aos seus pais e à sua vida antes do Ensino Superior.

Parece predominar a ideia de que o ProUni é uma saída para a impossibilidade de o estudante popular conseguir vaga nas IES públicas, entretanto boa parte dos estudantes faz sua escolha de curso independentemente do histórico familiar, do sucesso em vestibulares e da própria intenção em fazer determinado curso. Isso pode significar que a chance de ter uma vaga financiada e uma perspectiva de entrada no mercado passe a pesar mais na escolha do que qualquer outra opção. Para esse estudante, o ProUni representa uma chance de ascensão e de formação voltada para o mercado, onde pouco importa sua vocação. A percepção que tive com os dados apresentados até agora é de que o Programa soa, acima de tudo, como um investimento de mercado para os estudantes, ou seja, o “governo” está pagando por um curso que o estudante não poderia pagar caso quisesse. Desse modo, o ProUni aparece como algo que vai ampliar as possibilidades profissionais da população de baixa renda, sendo tido como um desperdício de oportunidade a não aceitação de uma vaga oriunda do Programa — mesmo que para isso seja necessário cursar algo que não desejava. O impacto de ter financiado um curso que seu poder aquisitivo não lhe permitiria fazer parece ser determinante para a aceitação da bolsa em qualquer curso superior. O estudante muitas vezes escolhe de antemão mais de uma possibilidade de curso; dessa forma, vai selecionando e colocando em *ranking* suas reais chances de entrada em cada curso, aceitando, inclusive, um curso que não desejaria.

É possível também observar e reforçar essa perspectiva de investimento ao lembrar que não aceitar o financiamento do ProUni significa mais um ano sem curso superior e, conseqüentemente, mais um ano sem formação para o mercado de trabalho e com gastos não considerados anteriormente. Ou seja, o estudante termina por aceitar a bolsa, mesmo quando não lhe interessa diretamente, pois, mesmo com a ampliação de vagas no Ensino Superior público, ele não terá a garantia de aprovação no ano subseqüente, perdendo, com isso, uma oportunidade de mercado. O que implicará o aumento de gastos pelo tempo em que não deu prosseguimento aos estudos, a cobrança da família por trabalho e o atraso de sua entrada no mercado.

Chegando até aqui, muitos são os questionamentos que permeiam minha leitura desses dados. Questionamentos que não tenho como responder agora, mas que considero de urgente necessidade: O que significa essa esperança dos estudantes depositada no Ensino Superior? Quais os possíveis resultados dessa postura dos estudantes no mercado de trabalho futuro? Que tipo de profissional será formado ao somarmos a impossibilidade da escolha dos cursos por parte dos estudantes à escolha feita com base no mercado de trabalho por outra parte? Como lidar com a esperança em sanar anos e mais anos de formação deficitária com apenas um curso superior?

São muitas as perguntas que deixo com um pedido de continuidade da leitura sobre o tema, entretanto dando continuidade ao que este livro se propõe, creio ser necessária uma breve discussão que precede tudo isso: Como o estudante enxerga o Programa enquanto uma política pública? Como o estudante do ProUni se vê? Quem ele pensa que é o bolsista do ProUni?

O QUE PENSAM E O QUE SENTEM SOBRE O PROUNI?

O capítulo de encerramento deste livro é marcado pelas percepções dos estudantes acerca do ProUni e será dividido em duas partes. A primeira versará sobre as percepções dos estudantes sobre o Programa em si, apontando as principais impressões do ProUni como política pública do Ensino Superior; e a segunda irá apontar as observações dos estudantes sobre o “ser” bolsista do ProUni, destacando suas impressões sobre sua atual condição.

O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO

No intuito de entender o posicionamento do estudante em relação ao Programa, questionei-os sobre o investimento de dinheiro público nas vagas no Ensino Superior privado. Há de se destacar, de antemão, o enorme risco de essa questão ter, involuntariamente, induzido a uma resposta, já que grande parte dos entrevistados terminou respondendo de forma que considero politicamente correta, ou seja, afirmando que o dinheiro naturalmente deveria ser investido no espaço público e nunca no espaço privado. Percebi isso, pois, em alguns casos, os estudantes afirmaram preferir o investimento na esfera pública, mas defendiam o ProUni como uma solução para a educação brasileira. Muitos foram os casos em que, durante a conversa com o entrevistado, eu percebi que seu discurso não condizia com essa resposta. A pergunta foi mal formulada e possibilitou que uma resposta fosse mais “confortável” que todas as outras. Essa percepção só foi possível no momento de tabulação dos

dados, quando observei que havia uma resposta única que não causava conflito algum. Entretanto, considero que, apesar dessa possibilidade, seja necessário apresentar esses dados, até mesmo como uma forma de alertar aos futuros pesquisadores que quiserem trabalhar com os mesmos.

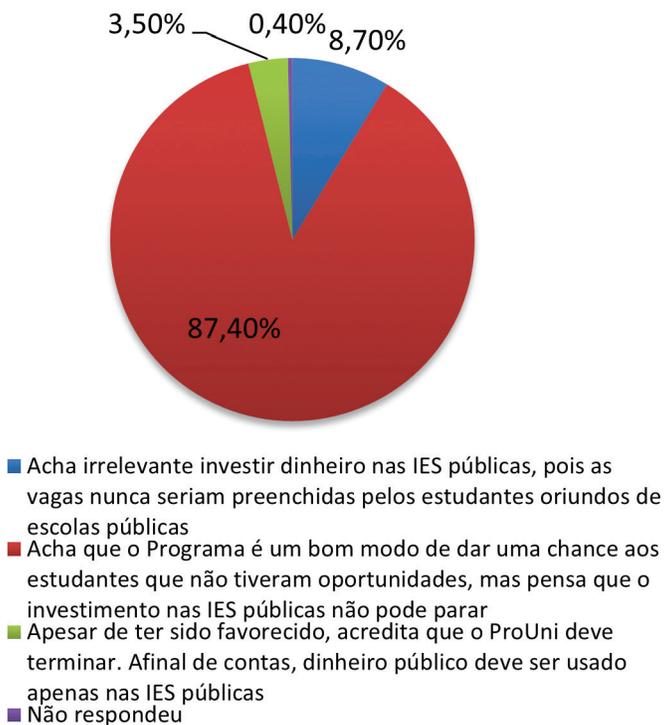
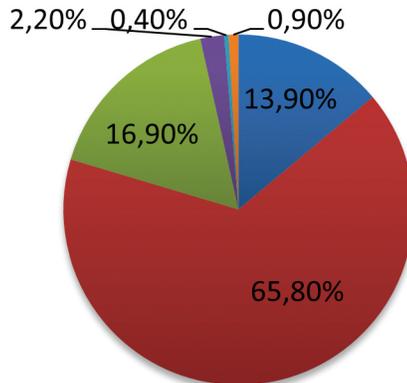


ILUSTRAÇÃO 38: DISTRIBUIÇÃO DE VALORES EM ESCALA DE PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO DE DINHEIRO PÚBLICO EM VAGAS NAS IES PRIVADAS DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.



- Não muda nada, as vagas para as IES públicas são sempre para estudantes mais ricos.
- É sempre importante abrir mais vagas; afinal de contas, bons estudantes oriundos de escolas públicas também poderiam lutar por vagas públicas.
- É necessário que existam investimentos tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.
- Devem ser abertas novas vagas nas IES públicas, porém é necessária a criação de mecanismos que garantam sua destinação aos estudantes mais necessitados
- Deveriam abrir vagas, mas em horário noturno, permitindo que estudantes trabalhadores pudessem cursar. Porém, em cursos tidos como “de ponta” (medicina, engenharia, jornalismo), e não só em cursos de “segunda classe”(sic).
- Outros ou não respondeu

ILUSTRAÇÃO 39: DISTRIBUIÇÃO DE VALORES EM ESCALA DE PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À ABERTURA DE NOVAS VAGAS NO ENSINO SUPERIOR PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Sobre os dados (Ilustração 38), é relevante destacar que cerca de 9% dos estudantes afirmaram que de nada adiantaria investir no Ensino Superior público, já que esse investimento resultaria, indiretamente, em uma abertura de novas vagas para os estudantes oriundos do Ensino

Médio e Fundamental privados. Pareceu-me interessante analisar essa perspectiva e questionar os estudantes de que forma eles encaram a abertura de novas vagas no Ensino Superior público. Para isso, criei um quadro com respostas possíveis e possibilitei o acréscimo, caso os estudantes achassem necessário⁷².

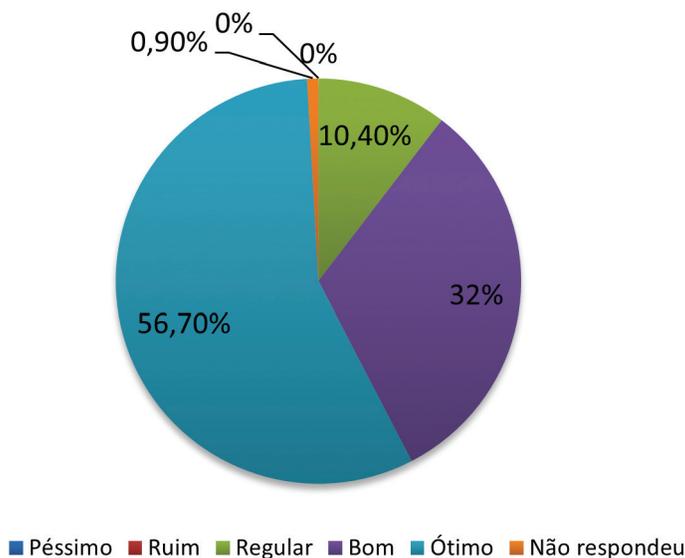


ILUSTRAÇÃO 40: DISTRIBUIÇÃO DE VALORES EM ESCALA DE RENDA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA COMO POLÍTICA PÚBLICA PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

A maioria dos estudantes (65,8%) acredita ser importante a abertura de novas vagas nas IES públicas; por outro lado, 17% acreditam ser necessário o investimento nas duas esferas de ensino, pública e privada (Ilustração 39). Dando continuidade e questionando os estudantes sobre a necessidade de mudar algo no Programa e como eles o avaliam, é marcante observar que não há estudantes que consideram o Programa ruim ou péssimo, que 57% acreditam ser ótimo e 32% o

classificam como bom (Ilustração 40). São dados que deixam claro o alto grau de aceitação do programa entre os bolsistas — como era de se esperar.

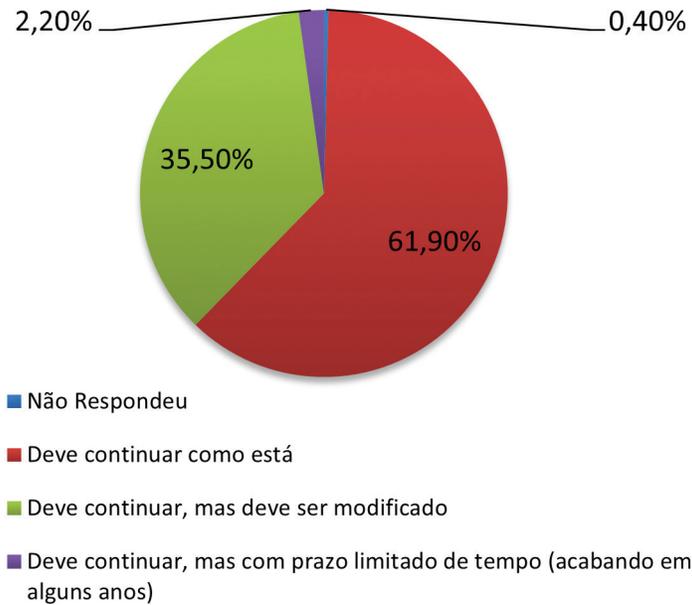


ILUSTRAÇÃO 41: PERCENTAGEM DAS MUDANÇAS SUGERIDAS PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Na linha do que vinha destacando, pareceu-me interessante observar as mudanças propostas pelos estudantes bolsistas. De tal forma, solicitei aos estudantes que tivessem respondido ser importante mudar o Programa que apresentassem quais mudanças seriam essas (Ilustração 41). Dentre os estudantes que alegaram a necessidade de modificações no Programa, 28,5% defenderam a ampliação do número de bolsas e 38,4% falaram sobre a necessidade de mudança na regulação do Programa, pois muitos dos estudantes contemplados com as bolsas não poderiam recebê-las legalmente.

Outros pontos foram comentados, entretanto com percentuais bem menores. Dentre eles, destaco a:

Necessidade de financiamento extra: para os estudantes, não adianta receber uma bolsa de estudo se isso não o ajuda a se manter na instituição. Assim, por mais que receba a isenção do pagamento das IES, sem auxílio financeiro extra, o número de estudantes que poderiam cursar o Ensino Superior com dedicação exclusiva fica bem restrito.

Dificuldade de manutenção de um bolsista parcial: O bolsista, majoritariamente, precisa trabalhar para se manter, aumentando sua renda e correndo o risco de perder o financiamento. Ou seja, segundo os estudantes, os bolsistas se encontram em uma “sinuca de bico” onde trabalhar pode significar perder a bolsa, e não trabalhar significa não ter condição de financiar os gastos com o estudo. Assim, a avaliação periódica do estudante, mesmo depois de já estar ligado ao ProUni, gera um fator agravante: não podem conseguir estágios remunerados registrados sob o risco de perder a bolsa. O resultado disso, segundo os estudantes, é que eles se submetem a estágios com menor remuneração, ou até mesmo subempregos, apenas para não perder o financiamento do ProUni. Na opinião deles, o critério de manutenção deveria mudar, já que inibe o crescimento econômico do estudante bolsista ou até mesmo incentiva a fraude fiscal.

Mudança no critério de seleção: Muitos argumentaram que o critério de seleção deveria passar unicamente a levar em consideração a renda do estudante. Eles alegam que é impossível manter um corte unicamente social quando existe a possibilidade de um estudante ser oriundo de escola pública mas, ainda assim, poder pagar por seu estudo. Dessa maneira, seria necessário um “filtro” mais rigoroso que garantisse o financiamento a quem “realmente precisa”.

O ESTUDANTE DO PROUNI PELO ESTUDANTE DO PROUNI



ILUSTRAÇÃO 42: REAÇÃO AO TER VAGA NO ENSINO SUPERIOR VIA PROUNI PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Busquei entender como os bolsistas observam o “ser bolsista”. Assim, resolvi perguntar-lhes como reagiram ao saber de sua entrada no Ensino Superior pelo Programa (Ilustração 42). Acredito que isso me deu um valioso parâmetro sobre as expectativas em torno do Programa e sobre como esses estudantes observam e almejam ao ProUni.

É importante destacar a ausência de respostas que demonstrem alguma resistência por parte dos estudantes em ter seus estudos financiados. Apesar de ter dado opções referentes a esse sentimento, não

existiram respostas dos estudantes, no questionário, quanto à questão. No mais, é notável o sentimento de orgulho dos estudantes.



ILUSTRAÇÃO 43: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR ATITUDE DIANTE DA NÃO EXISTÊNCIA DO PROUNI PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

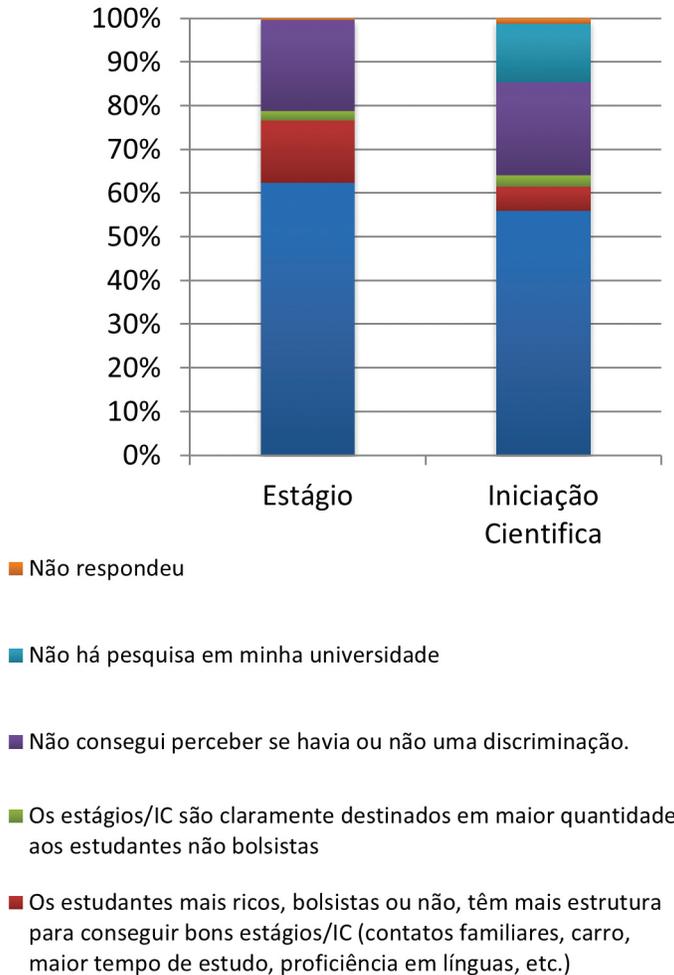


ILUSTRAÇÃO 44: DISTRIBUIÇÃO DE VALORES EM ESCALA DE RELEVÂNCIA DA PERCEPÇÃO DE DIFERENÇAS NAS OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA PELOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Outro detalhe interessante a ser observado é a provável atitude do bolsista diante da não existência do ProUni. Tais dados reforçam que, na perspectiva dos bolsistas, independentemente das razões apontadas, o ProUni é uma porta de entrada muito importante para o

Ensino Superior. Estejam os estudantes em seus cursos desejados ou não, o ProUni se mostra como fundamental para os estudantes bolsistas no acesso a esse nível de ensino (Ilustração 43). Eles mostram também que é grande o percentual de estudantes que tentaria entrar nas IES públicas, mas que preferiu garantir seu acesso ao Ensino Superior por meio do ProUni.

Além disso, resolvi aprofundar um pouco a discussão acerca da percepção desses estudantes quanto ao fato de ser bolsista e de ter uma formação social e acadêmica possivelmente deficitária em relação aos seus colegas não bolsistas (Ilustração 44). Como primeiro ponto de aprofundamento, questionei se há diferenças nas oportunidades de estágio e de iniciação científica (IC) a favor de estudantes não bolsistas. Para isso, criei uma tabela de classificação e pedi que os estudantes comentassem algumas respostas. A ilustração 45 agrupa as respostas dadas pelos estudantes⁷³.

Em relação à iniciação científica, há, nitidamente, uma lacuna no estudo — a maioria das instituições não conta com programas específicos de IC. Apesar de apenas um percentual pequeno ter deixado claro não haver pesquisa na universidade, há uma real possibilidade de que os bolsistas tenham declarado não perceber diferença pela ausência de comparação, ou seja, o fato de ninguém ter acesso a IC coloca todos em pé de igualdade.

Apesar de grande número de estudantes afirmar que não há diferença entre ricos e pobres, é preciso destacar que a análise sobre a IC se mostra um tanto quanto irrelevante sob o aspecto das oportunidades.

⁷³ Foi dada, também, uma opção em que destacava-se a ausência de iniciação científica na Instituição frequentada pelo estudante.

Por outro lado, a análise é importante sob o aspecto do tipo de educação padrão das IES privadas. É de se considerar que o estudante que afirmou não haver diferença entre ricos e pobres não necessariamente está afirmando que já teve oportunidades de pesquisa. Talvez, até por uma questão de erro na elaboração do questionário, há possibilidade de três respostas serem equivalentes:

- Não ter diferença poderia significar que há pouca pesquisa para ambos.
- Não perceber se há ou não diferença pode significar a mesma coisa.
- E afirmar que não há iniciação nas IES também significa a mesma coisa.

A observação de inexistência de pesquisa em boa parte das IES, atrelada à motivação dos estudantes em torno do Ensino Superior, serve como boa demonstração da veracidade do fato de que o Ensino Superior privado virou uma espécie de sinônimo de formação para o mercado. Quanto às oportunidades de estágio, a maior parte dos estudantes (56%) não percebeu qualquer diferença, e 14% deles afirmam que os estudantes mais ricos têm mais oportunidades por possuírem bens materiais que facilitam o acesso a bons estágios. Quanto aos que não sentiram diferença alguma, o percentual encontrado é bastante significativo. Embora o estágio tenha assumido o papel de uma fonte de mão de obra barata para as empresas, essas oportunidades podem sinalizar também as oportunidades acerca do mercado de trabalho.

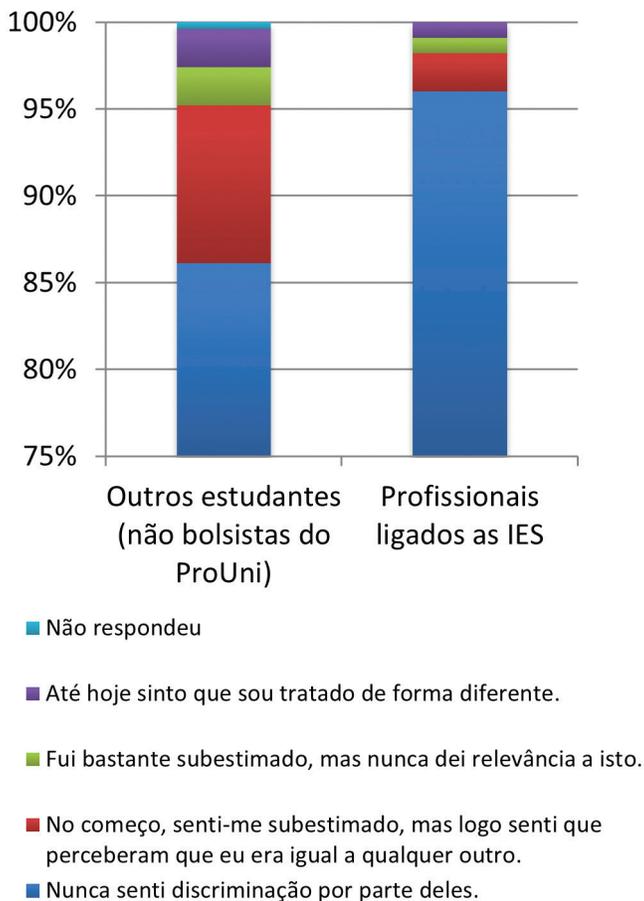


ILUSTRAÇÃO 45: DISTRIBUIÇÃO DE VALORES EM ESCALA DE PERCEPÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO POR PARTE DOS ESTUDANTES NÃO BOLSISTAS E DE PROFISSIONAIS LIGADOS ÀS IES NA OPINIÃO DOS BOLSISTAS PERNAMBUCANOS DE ACORDO COM A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Em relação aos estudantes que se mostraram insatisfeitos quanto às oportunidades de estágio, solicitou-se que comentassem a razão das respostas dadas. Dentre os que justificaram a resposta: a grande maioria (72,3%) afirmou que contatos familiares seriam imprescindíveis para algumas áreas de atuação. A existência de parentes, principalmente

na área de Direito, poderia abrir portas para o “mercado” de estágio. Muitos estudantes afirmaram que não participariam mais de processos de seleção para estágio na iniciativa privada, pois, sem uma indicação, seria impossível consegui-lo. Outros garantiram que participaram de inúmeros processos seletivos para estágios em iniciativa privada, no entanto só conseguiram a vaga quando tiveram alguma indicação de parentes ou amigos. Para muitos, é impossível, em algumas áreas, conseguir estágio remunerado sem conhecimentos básicos e disponibilidade financeira. Eles alegam que, sem um carro e conhecimentos de informática/inglês, um estudante mais pobre é prejudicado na disputa por uma vaga de estágio. Há também os que afirmaram que o estudante bolsista perde oportunidades de estágio, pois precisa de trabalho com boa remuneração para sobreviver. Dentre os que não souberam informar se há ou não diferença entre os estudantes mais ricos e os mais pobres, 75% afirmaram que ainda não tinham conseguido oportunidade de disputar uma vaga de estágio, e 25% alegaram que, em sua área de atuação, estágios remunerados inexistem, independentemente da condição financeira do estudante.

Voltando à apresentação dos dados propriamente ditos, além de perceber possíveis vantagens e desvantagens decorrentes da formação diferenciada e da baixa renda, resolvi investigar a possibilidade de haver algum tratamento diferenciado por parte dos estudantes não bolsistas e dos profissionais ligados às IES (professores e funcionários do setor administrativo). Para essa análise, pedi comentários extras em relação à resposta dada.

A maioria dos estudantes apontou não sentir qualquer tipo de preconceito por parte dos outros estudantes (87%) ou dos funcionários das IES (96%) (Ilustração 45). Entretanto, apesar de a maior parte dos

estudantes declarar não sentir qualquer tipo de preconceito, interessante entender justamente os que afirmaram senti-lo. Assim, dentre os que destacaram ter sentido algum tipo de preconceito por parte dos outros estudantes, a maioria (75%) afirmou que atribuía esse preconceito a questões sociais e financeiras. A impossibilidade de frequentar os mesmos lugares e consumir os mesmos produtos seria relevante na diferenciação entre estudantes.

O fato de a grande maioria dos estudantes apontar não sentir preconceito algum é por si só emblemático. No entanto, é importante ressaltar que 25% desses estudantes alegaram que não poderiam um tratamento preconceituoso. Alguns estudantes afirmaram sempre fazer por onde não serem identificados como bolsistas, justamente para evitar qualquer tipo de segregação; de modo que só é possível identificar o bolsista do ProUni quando é necessário cumprir os trâmites necessários à manutenção da bolsa.

Essa afirmação é reforçada pela recorrente argumentação, por parte das IES, de que observavam problemas em permitir a realização desta pesquisa por medo de expor os estudantes. É bem verdade que uma das maiores dificuldades pela qual passei foi a identificação os bolsistas, até mesmo por seus colegas de classe. Não foram poucas as vezes em que a aplicação do questionário causou certo alvoroço ou susto em parte dos estudantes, surpresos ao saber que esse ou aquele colega era bolsista.

Voltando à possibilidade de os alunos evitarem a identificação como justificativa para o alto índice de estudantes que nunca se

considerou segregado, a questão que fica, e é importante ser aprofundada posteriormente, é se esse percentual elevado de respostas “zero” deve-se ao reflexo de uma boa aceitação por parte dos estudantes ou deve-se à maquiagem imposta pelas IES e pelos estudantes de modo a disfarçar a condição de bolsista, vindo a se caracterizar como uma segregação até maior que a original — já que até mesmo o próprio estudante procura se esconder e evitar maiores preconceitos.

Outra característica que corrobora para essa perspectiva é a observação de que praticamente todos os estudantes bolsistas sabem da condição de bolsista de seus colegas, mas o mesmo não ocorre com os estudantes não bolsistas. Na tentativa de identificar os bolsistas, a dificuldade era enorme, só sendo possível encontrá-los com a indicação de outros bolsistas. Assim, seja devido aos encontros nas reuniões de bolsistas, seja por uma posição de defesa conjunta; a maior parte dos estudantes bolsistas andavam em grupos e se relacionavam entre si. A relação dos estudantes não bolsistas parece ser harmoniosa, embora, em boa parte, o estudante não bolsista desconheça a participação do colega do Programa.

É importante e necessário deixar claro que a análise apontada anteriormente deu-se por meio de uma observação superficial do que foi encontrado no campo, não podendo ser tida como uma verdade ou mesmo como uma análise estatística do comportamento do bolsista pernambucano. De qualquer modo, ela vale como uma reflexão sobre as possibilidades desse percentual apresentado na pesquisa.

No que se refere ao tratamento por parte dos profissionais ligados às IES, tal perspectiva se mantém constante, ou seja, a maior parte (96%)

deles nunca percebeu ou sentiu qualquer tipo de preconceito. Se há certo padrão que me fez considerar o percentual de estudantes que alegaram não haver diferença alguma no tratamento entre o bolsista e o não bolsista; há, no entanto, uma diferença destacável: ao ser questionada, *in off*⁷⁴, a maior parte dos professores afirmou receber das IES uma relação com o nome e o número de bolsistas por turma, porém eles também afirmaram não perceber qualquer diferença entre os estudantes bolsistas e os não bolsistas, a ponto de esquecer completamente quem eram os ligados ao ProUni. E mais, dos poucos que afirmaram perceber alguma diferença, foi unânime a afirmação de que os bolsistas do ProUni apresentam melhor desempenho acadêmico do que os demais. Segundo os professores, isso se deve à oportunidade única de ascensão social focada no ProUni. Eles acreditam que esses estudantes veem no Programa uma chance de ter “algo na vida” e abraçam a oportunidade com mais afinco do que os outros que “tiveram outras oportunidades”. Para os profissionais entrevistados⁷⁵, o estudante bolsista é, na maioria dos casos, mais esforçado e predisposto a aprender.

É importante destacar que essa é uma análise que usou de fontes superficiais, não podendo ser tida como definitiva. Apenas apontei possibilidades de leitura para os números apresentados anteriormente, sem preocupação ou pretensão de apontar verdades ou definir tendências.

74 Alegou-se a necessidade de autorização formal das IES, que foi dificultada em todas as IES onde tentei consguir-la. Após sucessivas tentativas frustradas, deixei de lado a entrevista com os profissionais e mantive conversas informais para que fosse possível entender melhor o processo. Sem, para isso, ter liberdade de citar os profissionais.

75 Tais entrevistas não foram colocadas na metodologia, pois não estavam catalogadas ou arquivadas, servindo apenas como fonte informal de pesquisa. Considerei essa informação por acreditar que não poderia apontar como uma fonte oficial, já que não tinha documentação comprobatória para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma breve apresentação da legislação em torno do Programa, resolvi apresentar dados sobre sua distribuição pelo País sob os mais diversos recortes possíveis. Ficou muito claro que o ProUni tem oferecido vagas no Ensino Superior a estudantes que provavelmente não teriam condições de pagar para estudar nas IES privadas. Assim, o Programa, no que se refere à renda média dos estudantes, mostra-se extremamente inovador e, provavelmente, causará enorme impacto no tipo de estudante formado pelas IES brasileiras.

No que se refere à distribuição por tipo de instituição de Ensino Superior, percebi que o ProUni mudou completamente a lógica das IES brasileiras. De forma indireta ou não, ele serviu como ferramenta para a expansão maciça das IES com fins lucrativos, oferecendo a elas isenção de impostos semelhantes às oferecidas para as IES sem fins lucrativos anteriormente. O real impacto do Programa no Ensino Superior, no que se refere aos tipos de IES predominantes, foi o definitivo estabelecimento de um modelo de expansão do Ensino Superior pautado nas IES com forte ligação ao mercado de trabalho e que pode vir a ser extremamente prejudicial ao futuro da educação superior brasileira.

A lógica mercantil do Ensino Superior tem a tendência de transformar definitivamente o que se entende por formação superior. Cada vez mais, teremos menos instituições preocupadas com a pesquisa científica e mais instituições preocupadas com a distribuição de diplomas voltados ao mercado. Essa situação, que já é a realidade da Educação Superior no Brasil, tende a ser agravada e, aliada a um

novo perfil de estudante do Ensino Superior também ligado ao mercado, poderá colocar em xeque a formação de Ensino Superior voltada à academia. Esse dado se torna mais grave quando percebemos que mesmo as Instituições Federais de Ensino Superior adotam uma lógica de mercado em sua estrutura, seja pelas fundações privadas dentro das IFES, seja pela lógica de produtividade, tão comum aos nossos centros de pós-graduação.

Como forma de concluir esta análise da distribuição do Programa pelo País, não pude deixar de observar sua distribuição geográfica. É interessante perceber que nem sempre os números absolutos dão a exata noção do impacto do programa por região. Concluí, então, que uma grande oferta de vagas no Ensino Superior implica em uma maior oferta de vagas no ProUni, porém isso não significa que centros que ofereçam mais bolsas sejam necessariamente os mais favorecidos pelo Programa. Assim, há locais que, mesmo recebendo poucas bolsas do Programa, quando comparados à oferta geral de vagas, mostram-se bem mais dependentes do ProUni do que grandes centros urbanos com grande número de bolsas ofertadas. De todo modo, é evidente que há uma concentração de oferta nos grandes centros urbanos, mostrando, mais uma vez, que o Programa segue, na maioria dos casos, a lógica de distribuição semelhante ao apresentado no Ensino Superior privado como um todo.

Considero importante também lembrar todas as dificuldades encontradas na fase de campo deste trabalho. Foram muitas as adversidades, mas a maior parte delas foi decorrente de dois pontos básicos: a falta de recursos financeiros e a recusa em colaborar com a pesquisa, tanto das IES quanto dos estudantes bolsistas.

Voltando a observar o perfil dos estudantes bolsistas, percebi que, quanto à sua autopercepção de renda, é interessante destacar que há uma enorme disparidade entre o que acreditam ser sua condição social e os números apontados por eles. Em suma, a maior parte apresenta uma percepção de condição social bem aquém dos dados. A maior parte dos estudantes se considera em uma escala social bem acima do que realmente aparenta estar. Além disso, resolvi também analisar a rotina de vida dos estudantes, destacando pontos que considere fundamentais para entender as razões que os levaram a escolher sua carreira no Ensino Superior e sua instituição de ensino. Pontos como a distância das IES e a participação do estudante nas finanças da casa foram profundamente analisados, mas considero que nenhum ponto teve tanto destaque como a perspectiva dos estudantes em relação ao Ensino Superior. Para a maior parte deles, o que deve ser levado em conta na entrada no Ensino Superior é a oportunidade de mercado, o que pode vir a mudar drasticamente o perfil do profissional graduado no Brasil, restando a necessária missão futura de observar as trajetórias dos primeiros egressos do ProUni.

De modo geral, reforcei, neste estudo, o argumento de que haverá uma mudança em breve no perfil do estudante no Ensino Superior brasileiro, que deixou de escolher o curso e as IES por fatores financeiros e passou a levar em conta, principalmente, a oportunidade de ser aprovado em um curso promissor e a ascensão social atrelada a isso. Para eles, fatores como vocação ou custo de um curso podem deixar de ser considerados em prol de uma oportunidade mais segura no mercado de trabalho; isso se confirma ao percebermos que a maior parte desses estudantes não está em um curso que desejava anteriormente e que essa escolha foi tomada com pretensões mercadológicas, acima de

tudo. Outro dado que corrobora esse resultado é perceber que a maior parte dos estudantes bolsistas considera que sairão do Ensino Superior empregados ou em vantagem comercial em relação aos demais; e, além disso, afirma que buscou no curso superior apenas a garantia de seu futuro profissional.

Antes de qualquer vocação ou sonho, aparenta prevalecer a oportunidade de ter seus estudos financiados, mesmo que para isso seja necessário cursar um curso que não seja sua primeira opção. Como afirmei anteriormente, também é interessante aprofundar essa análise acerca do tipo de profissional que será formado a partir desse Programa, discutindo e aprofundando a análise sobre um novo modelo de profissional que poderá surgir.

Aproveitei este trabalho para tentar entender o que pensam os estudantes bolsistas sobre o ProUni e como se enxergam enquanto bolsistas. Grande parte dos estudantes acredita poder sanar toda uma formação básica malfeita em apenas um curso superior; mais interessante ainda é observar que, dentre os que afirmaram não ser possível recuperar a formação acadêmica defasada, a maioria afirma que não é possível recuperá-la, mas é possível recuperar o déficit social acumulado, reforçando a ideia de que, para o estudante, o “passado social” é recuperável, enquanto o escolar não. Para esse estudante, as vivências extraescolares se apresentam como um segundo plano da educação, sendo recuperável com o ingresso no Ensino Superior, ou seja, para a maioria deles, o histórico familiar é pouco relevante no desempenho acadêmico e profissional, já o histórico escolar tem um peso um pouco maior. E mais, para esses estudantes, o estudo é responsável pela recuperação de todo um déficit social acumulado ou

pela irrelevância desse déficit quando tratamos de sucesso acadêmico e profissional. Esse resultado me levou a crer que eles colocam “nas mãos” do Ensino Superior a responsabilidade por corrigir toda uma formação deficitária ao longo de, no mínimo, 12 anos escolares e 17 anos de vida. Faz-se necessário, então, discutirmos mais profundamente o que significa essa esperança depositada no Ensino Superior e refletir sobre os possíveis resultados de sua postura no mercado de trabalho futuro.

Outro dado interessante sobre a percepção dos estudantes enquanto bolsista se deu pela ausência de estudantes que afirmassem, de forma significativa, sofrer algum tipo de preconceito por ser bolsista do ProUni. Dado que, a princípio, mostra-se bem interessante, mas que pode ser lido de uma forma um pouco menos romântica, já que a ausência de preconceito pode ocorrer por sua não identificação por parte dos colegas de classe. Percebi, neste trabalho, que os bolsistas do ProUni têm total conhecimento de quem são os demais bolsistas, porém os não bolsistas não conseguem identificar os bolsistas. Isto aliado ao depoimento de estudantes que afirmaram não se identificar por medo de represálias pode ser um sinal de certa coerência com tal afirmação. Por outro lado, ficou muito claro, nos estudos, que as próprias IES não têm interesse em expor tais estudantes. Na maioria dos casos, percebi que há, sim, um enorme respeito e admiração pelo bolsista ProUni, que, na maioria dos casos, foi tratado como sendo dos melhores alunos das IES. Ou seja, se por um lado há o interesse do estudante em se manter anônimo, como afirmei anteriormente, por outro, mesmo os profissionais que poderiam identificar os estudantes bolsistas acreditam que não há diferença perceptível entre os bolsistas e os não bolsistas. E quando há uma diferença perceptível, esta favorece os bolsistas.

Quanto ao ProUni como política pública, fiquei com a impressão de que, para os bolsistas, o investimento público não pode ser direcionado só para as IES públicas, pois existe a possibilidade de essas vagas não serem destinadas aos estudantes mais necessitados. Também foi recorrente a argumentação de que o problema maior do ensino brasileiro não se encontra nas universidades, e sim no Ensino Básico. Para boa parte dos estudantes, sem uma mudança drástica no ensino público como um todo, não seria viável focar todo o investimento em verbas para as IES públicas, já que estas apenas serviriam para ampliar o fosso entre estudantes ricos e pobres. Quando questionados sobre o Programa, grande parte dos estudantes argumentou que ele tinha, sim, alguns defeitos, mas que, de maneira geral, deveria ser mantido como está.

Por fim, saio um pouco dos dados apresentados neste trabalho e conduzo meus comentários para uma linha mais próxima às minhas impressões pessoais sobre as pesquisas relacionadas ao Programa. Primeiramente, parece-me evidente que se faz necessário maiores trabalhos sobre o ProUni e todos os seus aspectos. Além disso, ainda que tenhamos alguma bibliografia específica sobre o acesso de jovens de baixa renda no Ensino Superior via ProUni, mostra-se uma evidente lacuna em relação à quantidade de trabalhos sobre as trajetórias escolares dos bolsistas e os impactos decorrente do acesso ao Ensino Superior, em especial no que se refere a trabalhos sobre egressos do Programa.

Este livro teve sua pesquisa de campo realizada no ano de 2010, entretanto, hoje, em 2014, já é possível a produção de trabalhos que tratem diretamente do impacto do Programa, visto que já temos algumas turmas de egressos. A inexistência desse tipo de bibliografia

preocupa, já que ela reforça que entender o acesso por si só é suficiente. Creio que seja estritamente necessária uma reflexão mais pautada na vivência do Ensino Superior e nos resultados do Programa na vida dos egressos; deste modo, poderemos, enfim, começar a traçar uma maior compreensão sobre o Programa e seus resultados. Faz-se evidente a necessidade, depois de dez anos de Programa, de uma ampliação da compreensão sobre o que mudou na vida dos contemplados com as bolsas; como se deu a trajetória destes contemplados no Ensino Superior; qual o perfil do profissional Egresso do ProUni; como está a inserção destes no mercado de trabalho; entre outras.

Assim, ainda que saiba das limitações, especialmente pela sua delimitação geográfica, chego ao fim deste trabalho com a certeza de que respondi à maioria das perguntas surgidas durante o desenvolvimento da pesquisa e também que deixei outras perguntas sem resposta. Tenho, no entanto, a esperança de que essas respostas ausentes até o momento, sejam alcançadas o mais breve possível.

QUESTIONÁRIO APLICADO

- **Você é:**

- a) Solteiro (a)
- b) Casado (a)
- c) Separado judicialmente
- d) Divorciado

- **Sexo** M F _____

- **Idade** _____

1 - Você tem filhos?

- a) Não
- b) um
- c) dois
- d) três
- e) quatro ou mais

2 - Você mora com:

- a) Pais
- b) Parentes
- c) Esposa e Filhos
- d) Casa do Estudante
- e) Pensionato
- f) Outros (especifique): _____

3 - Qual o tipo de curso de Ensino Médio que concluiu?

- a) Profissionalizante (Técnico)
- b) Normal Médio (Magistério)
- c) Estudos Gerais (2º Grau)
- d) Supletivo

4 – Quantos vestibulares você prestou até entrar na universidade pelo ProUni?

- a) 1 vez
- b) 2 vezes
- c) 3 vezes
- d) 4 vezes ou mais

5 – Antes de conseguir a bolsa do ProUni, você já havia sido aprovado em algum vestibular?

- a) Não, este é meu primeiro curso superior.
- b) Sim, numa universidade pública
- c) Sim, numa universidade privada.

6 – Caso você tenha cursado uma faculdade privada anteriormente, qual o motivo da sua desistência?

- a) Nunca havia cursado outro curso de graduação.
- b) Fui aprovado, mas não gostei do curso.
- c) Fui aprovado, mas não pude pagar.
- d) Outro: especifique: _____

7 - Qual o motivo principal que o levou a optar pela sua faculdade?

- a) A faculdade é uma referencia na minha área.
- b) A exclusividade do curso (só há este curso na minha instituição)
- c) Foi o curso que eu sempre quis fazer.
- d) Foi a vaga que apareceu para mim.
- e) Dentre as vagas que concorri, foi a única que consegui.

8 - Qual a sua responsabilidade nas finanças da sua casa?

- a) Sou total responsável pela minha casa.
- b) Ajudo em partes das contas da casa.
- c) Ajudo quando posso ajudar, realizando trabalhos esporádicos.
- d) Dependo financeiramente de outra pessoa.

9- Qual a ocupação do seu pai?

- a) Meu pai não é mais vivo.
- b) Profissional liberal: _____
- c) Empresário: _____
- d) Servidor Público: _____
- e) Empregado em Empresa Privada
- f) Empregado Rural / Agricultor
- g) Comerciante (área: _____)
- h) Empregado do setor informal (autônomo)
- i) Empregado doméstico
- j) Desempregado
- k) Outras: especificar _____

10- Qual a ocupação da sua mãe?

- a) Minha mãe não é mais viva.
- b) Profissional liberal
- c) Empresária
- d) Servidora Pública
- e) Empregada em Empresa Privada
- f) Empregado Rural / Agricultor
- g) Comerciante
- h) Empregado do setor informal (autônomo)
- i) Empregada doméstica
- j) Desempregada
- k) Outras: especificar _____

11 - Onde fez os estudos do Ensino Fundamental (1º grau)?

- a) Todo em escola pública
- b) Todo em escola particular
- c) Parte em escola pública, parte em escola particular
- d) Outro

12 - Onde fez os estudos do Ensino Médio (2º grau)?

- a) Todo em escola pública
- b) Todo em escola particular (com bolsa)
- c) Parte em escola pública, parte em escola Particular (com bolsa)

13 - Qual o nível de instrução do pai ou responsável?

- a) Analfabeto
- b) Ensino Fundamental (1º Grau) completo
- c) Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto
- d) Ensino Médio (2º Grau) completo
- e) Ensino Médio (2º Grau) incompleto
- f) Curso Superior Completo
- g) Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado)

14 - Qual o nível de instrução da mãe ou responsável?

- a) Analfabeta
- b) Ensino Fundamental (1º Grau) completo
- c) Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto
- d) Ensino Médio (2º Grau) completo
- e) Ensino Médio (2º Grau) incompleto
- f) Curso Superior Completo
- g) Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado)

15 - Qual das seguintes alternativas melhor descreve a atual situação ocupacional de seu pai?

- a) Está Trabalhando
- b) Está desempregado
- c) Está aposentado
- d) Aposentado e trabalhando
- e) Outra

16 - Qual das seguintes alternativas melhor descreve a atual situação ocupacional de sua mãe?

- a) Está Trabalhando
- b) Está desempregada
- c) Está aposentada
- d) Aposentada e trabalhando
- e) Outra

17 - Quantas pessoas moram em sua residência (incluindo você)?

- a) 1 apenas
- b) 2 pessoas
- c) 3 pessoas
- d) 4 pessoas
- e) 5 pessoas
- f) 6 ou mais pessoas

18 - Quantos dormitórios existem em sua residência?

- a) Um
- b) Dois
- c) Três
- d) Quatro
- e) Mais de quatro

19 - Qual a renda líquida mensal da família, em reais?

- a) Até 510
- b) Entre 510,00 e a 1.020
- c) De 1.020 a 1530
- d) De 1530 a 2040
- e) De 2040 a 3060
- f) De 3060 a 3570
- g) De 3570 a 4080
- h) De 4080 a 4590
- i) De 4590 a 5100
- j) Acima de 5100

20 – Aproximadamente, quanto da renda de seus pais, foram gastos na educação dos filhos (escola e cursos)?

- a) Toda
- b) Não gastou
- c) 10%
- d) 20%
- e) 30%
- f) 40%
- g) 50%
- h) 60%
- i) 70%
- j) 80%
- k) 90%

21 – Numa escala de zero a sete, você se auto-percebe em que próximo de que classe social (zero indica classe mais baixa e 7) a classe mais alta na escala social brasileira

22 - Qual o meio de transporte que você utiliza para ir para a faculdade?

- a) Bicicleta
- b) Motocicleta
- c) Ônibus
- d) Integração
- e) Apenas metrô
- f) Automóvel próprio ou da família
- g) Outros, qual?

23- Você poderia ir para a faculdade a pé?

- a) Sim
- b) Não

Em relação ao seu atual curso superior

24 – Qual é seu curso? _____

25- Quando iniciou? _____

26 - Sobre a escolha do curso.

- a) Sempre foi minha primeira escolha.
- b) Era minha segunda ou terceira opção, pois pretendia cursar outro.
- c) Vim para este curso pois foi o único que conseguir cursar, e precisava de uma profissão.
- d) Pretendo mudar de curso.

27 – Sobre a expectativa futura.

- a) Acredito que sairei da universidade empregado.
- b) O mercado está difícil, mas tenho muito mais chances do que antes.
- c) Não sei bem o que esperar do mercado, não fiz o curso com esta preocupação.
- d) Provavelmente não terei emprego ao me formar.

28 - Questão: Sobre o andamento do curso: como você se considera?

- a) Um ótimo aluno
- b) Um aluno mediano
- c) Um aluno mediano
- d) Um aluno ruim
- e) Um péssimo aluno

29 - O que você espera de um curso universitário?

- a) Formação profissional para ingresso no mercado de trabalho
- b) Formação voltada para a pesquisa científica e tecnológica
- c) Formação profissional para aperfeiçoamento, reconhecimento, ascensão funcional
- d) Outros: especificar _____

30 – E quanto a sua instituição de ensino superior.

- a) Não poderia ser melhor, considero-a uma das melhores na área.
 - b) Estou satisfeito com minha faculdade, mas sei que existem outras bem melhores
 - c) Estou satisfeito pois é a melhor que sou capaz de conseguir cursar.
 - d) Não gosto da faculdade, por quê?
-
-

31 - Qual o motivo predominante na escolha do curso?

- a) Mercado de trabalho
- b) Prestígio social da profissão
- c) Baixa concorrência de vagas na seleção da bolsa
- d) Possibilidade de realização pessoal
- e) Influência de familiares
- f) Qualidade do curso
- g) Outros motivos: especificar

Em relação ao ambiente de curso:

32 – Ao entrar no curso superior pelo ProUni, você:

- a) Me senti muito orgulhoso, pois sei que passei por uma concorrência muito grande pela bolsa.
- b) Me senti orgulhoso, mas ao mesmo tempo sabia que poderia ter passado numa universidade pública.
- c) Demorei um tempo para me acostumar, mas logo nos primeiros exames já esqueci que eu era bolsista
- d) Ainda não sei lidar com isto, sinto-me estranho por não pagar o curso.
- e) Pouco importa, o importante é ter meu curso superior.

33 – Em relação ao comportamento dos seus colegas.

- a) Nunca senti discriminação alguma por parte deles.
- b) No começo eles me subestimavam, mas logo perceberam que eu era igual a todos.
- c) Fui bastante subestimado, mas nunca dei relevância a isto.
- d) Até hoje sinto que sou tratado de forma diferente.

Se ‘d’, a que você atribui essa forma de tratamento?

34 – E quanto aos professores e profissionais da instituição de ensino superior:

- a) Nunca senti discriminação alguma por parte deles.
- b) No começo eles me subestimavam, mas logo perceberam que eu era igual aos demais estudantes.
- c) Fui bastante subestimado, mas nunca dei relevância a isto.
- d) Até hoje sinto que sou tratado de forma diferente.

Se ‘d’, a que você atribui essa forma de tratamento?

35 – Em relação as oportunidades de estágio.

- a) Nunca senti diferença alguma de mim para os estudantes não bolsistas. O que é levado em conta é a mérito.
- b) Os alunos mais ricos, bolsistas ou não, conseguem mais bons estágios (contatos familiares, carro, maior tempo de estudo, proficiência em línguas...)
- c) Os estágios são claramente destinados em maior quantidade aos

alunos não bolsistas.

- d) Não consegui perceber se havia ou não uma discriminação.

Se 'b' ou 'c', você poderia indicar os motivos?

36 – Em relação as oportunidades de pesquisa de iniciação científica.

- a) Nunca senti diferença alguma de mim para os alunos não bolsistas. O que é levado em conta é a mérito.
- b) Os alunos mais ricos, bolsistas ou não, tem mais estrutura para conseguir bons estágios (contatos familiares, carro, maior tempo de estudo, proficiência em línguas...)
- c) Os estágios são discriminadamente dados em maior quantidade aos alunos não bolsistas.
- d) Não consegui perceber se havia ou não uma discriminação.
- e) Não há pesquisa em minha universidade.

Idem, acima.

37 – Se você fosse classificar competências que favoreçam o bom desempenho no ambiente acadêmico, qual das a seguir tem mais relevância.

- a) Esforço nos estudos.
- b) Bom relacionamento com professores.
- c) Bagagem cultural relevante (ler muito, viajar, conhece idiomas e culturas, boa retórica...)
- d) Não adianta nada, o que importa é ter bom relacionamento e fazer tudo o que querem os professores.

38 – Numa escala de zero a cinco, qual a relevância que você dá ao histórico familiar e cultural (*tudo que ele viveu antes de entrar na faculdade*), no que se refere a um melhor desempenho acadêmico e profissional de um indivíduo?

0 – Nenhuma relevância

1 – Relevante , mas facilmente recuperável

2 - Relevante, mas recuperável com muito trabalho.

3 - Muito relevante, é praticamente impossível recuperar tudo que se perdeu durante os anos anteriores à universidade.

4 - Nunca será recuperado o tempo perdido.

39 –Partindo do fato que o ensino público brasileiro deixa de oferecer, aos seus alunos, uma série de ferramentas necessárias ao bom aprendizado, você acha que durante a universidade é possível sanar parte ou todas as deficiências acumuladas durante os ensinamentos fundamentais e médio, a fim de equiparar a qualidade da formação de todos os alunos?

a) Sim

b) Não

Em relação ao PROUNI

40 – Numa escala de zero a quatro, qual sua classificação para o Programa, quando se tratando de uma política pública? CÓDIGO OPÇÃO

1- Péssimo

2- Ruim

3- Regular

4- Bom

5- Ótimo

41 – Qual sua posição em relação ao investimento de dinheiro público na abertura de vagas em universidades ou instituições privadas? Como você vê este investimento?

- a) Acho irrelevante investir em universidades públicas, as vagas delas nunca seriam destinadas a estudantes que vieram de escolas públicas.
- b) Acho que o Programa é um bom modo de dar uma chance aos estudantes que não tiveram oportunidades, mas penso que o investimento na universidade pública não pode acabar.
- c) Apesar de ter me favorecido, acredito que o ProUni deva terminar. Dinheiro público é para ser usado em universidades públicas.
- d) Não me importo muito com o dinheiro público, estou mais preocupado com minha formação.

42- E quanto a continuidade do programa.

- a) Deve continuar como está.
- b) Deve continuar, mas deve ser modificado.
- c) Deve continuar, mas com prazo limitado de tempo (acabando em alguns anos).
- d) Deve acabar.

Se b ou d, por qual razão?

43- E quanto a abertura de vagas nas universidades públicas, qual sua postura em relação a isto?

- a) Não muda nada, vagas de universidades públicas são sempre para estudantes ricos
- b) É sempre importante abrir mais vagas, afinal de contas, os bons estudantes oriundos de escolas públicas também poderiam lutar por vagas públicas.
- c) Tem que haver investimento na pública e na privada também.

d) Outros, qual? _____

44- Qual o impacto do programa nas suas escolhas eleitorais? A continuidade do programa é um fator determinante pra teu voto?

- a) Sim
 - b) Não
 - c) Depende do candidato - por quê?
-

45 – Caso não houvesse o programa, o que você teria feito no ano seguinte?

- a) Estudaria para tentar uma vaga em uma universidade pública.
- b) Iria trabalhar e tentar estudar na hora que tivesse disponibilidade.
- c) Tentaria um empréstimo para bancar minha meus estudos em instituição privada.
- d) Deixaria de lado o curso superior, e iria trabalhar.
- e) Não sei o que faria.

Em relação ao impacto do programa na sua vida

46 – Em relação aos seus pais, você:

- a) Acha que é uma pessoa diferente e que não gostaria de viver vida igual ou similar a de meus pais (*em termos de trabalho, moradia, salário,...*).
- b) Acho que posso avançar em termos em termos financeiros e culturais, mas conseguiria viver exatamente a vida que meus pais viveram (*mesmo tipo de trabalho, moradia, salário ...*).
- c) Não sou nada mais que meus pais foram, este curso não mudará minhas condições de vida .

47 – Em relação aos seus gostos culturais:

- a) Acha que fazer um curso superior abre a cabeça das pessoas. Não consigo mais me imaginar vivendo e consumindo o que eu consumia anteriormente.
- b) A faculdade me apresentou muita coisa nova, e hoje consigo mixar tudo que eu consumia anteriormente com o que eu consumo agora.
- c) Aproveitei o que a graduação me trouxe de melhor e novo e tentei levar essa novidade aos meus amigos/parentes que não tiveram esta oportunidade.
- d) Estudo é uma coisa, cultura é outra. Continuo indo aos mesmos lugares e consumindo as mesmas coisas.

48 – Em relação ao seu bairro:

- a) Agora que cursei um curso superior, minha meta de vida é sair de onde eu morava. Tenho que evoluir e passar a viver em um lugar que condiga com minha atual condição.
- b) Até quero morar em outro bairro, mas não tenho tanta pressa. Consiço conviver bem com minha vida de antes da universidade, até achar algo melhor pra mim.
- c) Minhas raízes são fixas. Não considero a possibilidade de sair de onde eu nasci. Independente de ser bom ou ruim, é meu lugar.
- d) Vou ficar vivendo onde sempre vivi, e aproveitarei do que aprendi na universidade pra melhorar as condições do meu bairro.

49 – Em relação aos seus relacionamentos:

- a) Não me relaciono com alguém que não estude. Estudar pra mim é o mínimo. Sem estudo não é possível ser ninguém. E não quero constituir família com alguém que não esteja do meu nível.
- b) Não vejo problemas em me relacionar com alguém que não esteja estudando, desde que esta pessoa aproveite o meu exemplo e comece a se dedicar agora.
- c) Não vejo uma pessoa pelo que ela tem para me oferecer intelectualmente, pouco importa se a pessoa estudou ou não.

50 – Ainda em relação aos seus relacionamentos:

- a) Não me relaciono com alguém que ganhe muito menos do que eu. Estudei para subir na vida, e não pretendo dividir ela com alguém que não pense igual.
- b) Não importa me relacionar com alguém que ganhe menos que eu, o importante é que esta pessoa tenha um ofício e possa me ajudar na vida.
- c) Não ligo em dividir o que ganhar e, quem sabe até, baixar meu futuro padrão de vida. O importante é estar com alguém que me faça bem.
- d) Pouco me importa as relações futuras, não tenho pretensão alguma de casar.

51 – Em relação aos seus filhos, qual parte da sua renda você destinaria para educação de seus filhos?

- a) Toda
- b) Não gastou
- c) 10%
- d) 20%
- e) 30%
- f) 40%
- g) 50%
- h) 60%
- i) 70%
- j) 80%
- k) 90%

52 – Qual a relação dos seus pais com o seu “investimento” no ensino superior?

- a) Apóiam-me incondicionalmente
- b) Não gostavam da idéia, mas aceitaram que eu esteja cursando e acreditam em mim.

- c) Apóiam, mas querem que eu ajude nas despesas da casa.
- d) Açam que estou perdendo tempo e deixando de contribuir financeiramente em casa
- e) Não sabem o que eu estou fazendo.

53 – Numa escala de zero a quatro, qual a importância do ensino superior para a melhor qualidade de vida de um indivíduo

- 1- Nenhuma relevância, as vezes até atrapalha.
- 1- Nem ajuda, nem atrapalha. O curso superior é apenas um curso a mais.
- 2- Relevante, mas é possível se conseguir bons empregos, mesmo sem curso superior.
- 3- Muito importante, com isso obteremos novas oportunidades.
- 4- Fundamental, sem educação superior não se é nada na vida.

Em relação aos gastos escolares

54 – Seus livros são:

- a) Empréstados
- b) Comprados de segunda mão
- c) Comprados novos
- d) Apenas cópias (xérox).
- e) Uso os da biblioteca

55 – Em relação aos custos de manutenção escolar:

- a) Faço pequenos trabalhos para pagar meus custos.
- b) Consigo dinheiro com meus pais para bancar meus gastos.
- c) Não consigo dinheiro algum.

d) Consigo dinheiro de outra forma. Qual?

56 – Costuma ir ao cinema?

a) Sim

b) Não

Se sim, quantas vezes por mês? _____

57 – Costuma ir ao biblioteca?

a) Sim

b) Não

Se sim, quantas vezes por semana? _____

58 – Qual seu tipo de bolsa?

a) Integral (100%)

b) Parcial (50%)

c) Parcial (25%)

BASE DE DADOS CONSULTADA

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Microdados do Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2011.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais do IBGE 2013**. Brasília: IBGE, 2013.

INEP.SUPERIOR. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2006**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2008**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2009**. Brasília: MEC/INEP, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2010**. Brasília: MEC/INEP, 2011.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2011**. Brasília: MEC/INEP, 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2012**. Brasília: MEC/INEP, 2013.

PROUNI

PERFIL DA
PRIMEIRA GERAÇÃO
DO PROGRAMA
EM PERNAMBUCO



Nada mais oportuno convidar à leitura deste livro para desfrutar das análises, do rico material reunido e da qualidade das informações, ao mesmo tempo se sentir instigado a participar do debate crítico-propositivo que o tema desperta. Creio que temos aqui uma referência fundamental para os próximos estudos sobre o ProUni, assim como para os estudos das políticas públicas de educação.

Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes.

Editora  UFPE



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO